



lead
ESPECIAL

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

NEAD/MDA

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário

Estatísticas do Meio Rural

2ª edição

Brasília / São Paulo - 2006





B823e

Estatísticas do meio rural / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. -- 2 Ed. -- Brasília : MDA : DIEESE, 2006.

276 p. ; 11 x 15 cm. (NEAD Especial ; 3)

ISBN 978-85-87326-29-4

1. Estatística. 2. Meio Rural – Brasil. 3. Agropecuária.
4. Meio ambiente. 5. População rural. 6. Educação.
7. Saúde. 8. Trabalho rural. I. Título. II. DIEESE III. MDA

CDD 519.531734



Sumário

Apresentação	19
Notas explicativas	21
Siglário	22
CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE	25
■ Estrutura Fundiária	27
T.1 Distribuição da área territorial oficial	29
T.2 Estrutura fundiária	30
G.1 Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria	31
G.2 Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total	32
G.3 Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Incra	33
T.3 Evolução do índice de Gini da propriedade da terra	34
T.4 Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América	35
T.5 Distribuição da área total dos imóveis rurais, segundo sua situação jurídica	36
G.4 Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	37

3





Sumário

G.5	Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	38	
■	Estrutura Produtiva	39	
T.6	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de utilização	41	
G.6	Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo sua utilização	42	
T.7	Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem	43	
G.7	Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor	44	
G.8	Distribuição da área colhida da lavoura permanente	45	
G.9	Distribuição da área colhida da lavoura temporária	46	
G.10	Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização	47	
T.8	Distribuição das áreas dos imóveis rurais não explorados por tipo de área	48	
■	Meio Ambiente	49	
T.9	Áreas de floresta natural	51	
T.10	Unidades de Conservação (UC) Federais - Amazônia	52	
T.11	Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Brasil	53	
4	T.12	Incremento na área das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria	54





Sumário

G.11 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria e tipo de uso - Brasil	55
T.13 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Amazônia Legal	56
G.12 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria e tipo de uso - Amazônia Legal	57
G.13 Proporção da área dos biomas protegida por Unidades de Conservação (UC) segundo a esfera de governo responsável e o tipo de proteção	58
CAPÍTULO 2 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	59
■ Características Gerais da População Rural	61
T.14 População total por situação do domicílio	63
G.14 Evolução da população por situação do domicílio	65
G.15 População residente por situação do domicílio e sexo	66
G.16 População residente por situação do domicílio, segundo cor ou raça	67
T.15 Distribuição da população com situação do domicílio rural por cor ou raça	68
G.17 Distribuição e estimativa da população residente por situação do domicílio segundo faixa etária	69





Sumário

T.16	Distribuição das pessoas com situação do domicílio rural segundo faixa etária	70
G.18	Distribuição e estimativa da população por situação do domicílio segundo estado civil	71
G.19	Distribuição da população com situação do domicílio rural segundo estado civil	72
G.20	Distribuição da população por situação do domicílio segundo a religião	73
G.21	Estrutura da despesa média familiar por situação do domicílio	74
■	Educação	75
G.22	Taxa de analfabetismo por situação do domicílio segundo a faixa etária	77
G.23	Distribuição da população por situação do domicílio segundo grupos de anos de estudo	78
T.17	Estimativa da população com situação do domicílio rural por sexo segundo grupos de anos de estudo	79
T.18	Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por situação do domicílio e sexo segundo o grau de escolaridade cursado	80
■	Saúde e Fecundidade	81
T.19	População residente por situação do domicílio segundo cobertura e tipo de plano de saúde	83
T.20	Proporção da população por sexo e situação do domicílio segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade	84
T.21	Distribuição das mulheres por situação do domicílio segundo o número de filhos nascidos vivos	85





Sumário

■ Características dos Domicílios	87
T.22 Pessoas responsáveis pelos domicílios por situação do domicílio e sexo	89
G.24 Número médio de moradores por domicílio segundo situação do domicílio	90
G.25 Domicílios com equipamentos básicos e outros bens duráveis por situação do domicílio	91
G.26 Domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis	92
G.27 Distribuição dos domicílios por situação do domicílio segundo o tipo de esgotamento sanitário	93
T.23 Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário	94
T.24 Domicílios urbanos e rurais segundo a forma de abastecimento de água	95
T.25 Distribuição dos domicílios rurais segundo a forma de abastecimento de água	96
CAPÍTULO 3 - TRABALHO E RENDIMENTO	97
■ Características Gerais do Trabalho no Meio Rural	99
T.26 Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas segundo a posição na ocupação	101
T.27 Variação do pessoal ocupado na agropecuária	102
T.28 Estimativa da população com situação do domicílio rural segundo a condição de atividade	103





Sumário

G.28	Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos com situação do domicílio rural por sexo	104
G.29	Distribuição dos ocupados segundo grupo de atividade econômica	105
G.30	Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e posição na ocupação	106
T.29	Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade segundo posição na família	107
T.30	Médias de jornada semanal, idade e escolaridade do pessoal ocupado na agropecuária, segundo o sexo	108
G.31	Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado	109
T.31	Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica	110
T.32	Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas	111
G.32	Distribuição dos trabalhadores agrícolas por sexo segundo classes de horas de trabalho semanal	112
G.33	Distribuição dos empregados no setor agrícola segundo registro em carteira de trabalho	113
T.33	Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural	114
G.34	Distribuição dos ocupados na atividade agrícola segundo contribuição para a Previdência	115





Sumário

G.35 Distribuição dos beneficiários do seguro desemprego com último emprego na agropecuária, extração vegetal ou caça e pesca nas Grandes Regiões	116
T.34 Distribuição dos ocupados segundo faixa etária em que começaram a trabalhar por sexo e situação do domicílio	117
T.35 Distribuição das crianças de 5 a 14 anos por atividade de trabalho principal e sexo	118
T.36 Distribuição das crianças de 5 a 14 anos por situação de ocupação e domicílio	119
G.36 Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos de idade sem frequência escolar por sexo e situação do domicílio	120
■ Rendimento	121
T.37 Rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo condição de atividade	123
G.37 Distribuição dos ocupados na atividade agrícola segundo faixa de rendimento e sexo	124
G.38 Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade e sexo	125
T.38 Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por situação do domicílio segundo origem do rendimento	126
G.39 Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural segundo origem do rendimento	127
G.40 Rendimento médio mensal por situação do domicílio	128

9





Sumário

G.41 Distribuição dos domicílios por situação do domicílio segundo faixas de rendimento	129
T.39 Rendimento médio mensal segundo situação do domicílio e sexo	130
T.40 Rendimento médio mensal domiciliar por situação do domicílio	131
T.41 Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécies	132
T.42 Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com rendimento por situação do domicílio	133
CAPÍTULO 4 - INDICADORES SINDICAIS	135
T.43 Sindicatos e número de associados	137
T.44 Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais, por faixas de associados	138
T.45 Distribuição dos sindicatos de empregadores rurais, por faixas de associados	139
T.46 Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais segundo faixas de associados em relação à base	140
T.47 Distribuição dos sindicatos de empregadores rurais segundo faixas de associados em relação às empresas na base	141
T.48 Composição da diretoria dos sindicatos de trabalhadores rurais por tipo de inserção na agropecuária	142





Sumário

T.49	Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixas de participação de mulheres na diretoria do sindicato	143
T.50	Serviços prestados e atividades oferecidas pelos sindicatos rurais	145
T.51	Sindicatos de trabalhadores e empregadores rurais por condição de registro no Ministério do Trabalho e Emprego	147
G.42	Sindicatos de trabalhadores rurais, segundo filiação à Central Sindical	148
T.52	Distribuição das negociações coletivas realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais por natureza da negociação	149
CAPÍTULO 5 - REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR		151
■	Reforma Agrária	153
G.43	Evolução da área destinada à reforma agrária	155
T.53	Número de imóveis e área desapropriada	156
G.44	Investimento em obtenção de terras	157
G.45	Evolução do número de famílias assentadas	158
G.46	Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica	159
G.47	Situação do domicílio dos assentados anterior ao assentamento	160
G.48	Moradia dos assentados anterior ao assentamento	161

11





Sumário

G.49	Proporção de assentados que frequentam a escola	162
G.50	Escolaridade dos responsáveis pelos lotes dos Projetos de Assentamento	163
G.51	Proporção de escolas que atendem assentados que oferecem determinados níveis e modalidades de ensino	164
T.54	Distribuição das escolas que atendem assentados segundo características do perfil dos professores	165
T.55	Distribuição das escolas que atendem assentados segundo a localização em relação ao assentamento	166
G.52	Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos	167
T.56	Posse de bens de consumo duráveis, antes e depois dos assentamento	168
T.57	Material de construção das casas, antes e depois do assentamento	169
G.53	Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média em relação à produtividade dos municípios	170
G.54	Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 98/99	171
T.58	Área e número de imóveis que tiveram o cadastro notificado pela Portaria 558/99 por indício de grilagem e situação atual do cadastro	172





Sumário

T.59	Número de comunidades quilombolas identificadas pelo Governo Federal	173
T.60	Dimensões dos módulos fiscais	174
■	Agricultura Familiar	177
G.55	Distribuição do PIB das cadeias produtivas segundo o tipo de produtor	179
G.56	Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura no PIB segundo o tipo de produtor	180
G.57	Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor segundo a cultura	181
G.58	Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor segundo a criação	182
T.61	Distribuição do pessoal ocupado por grau de integração no mercado dos estabelecimentos em que estão ocupados	183
T.62	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo a propriedade da terra e os tipos de renda da agricultura familiar	184
T.63	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o grau de integração no mercado	185
T.64	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o grau de especialização	186
T.65	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o tipo de mão-de-obra utilizada	187



Sumário

G.59 Renda média dos estabelecimentos da agricultura familiar por tipo de renda segundo o grau de integração no mercado	188
T.66 Distribuição da área dos estabelecimentos da agricultura familiar por condição do produtor segundo grau de integração no mercado	189
T.67 Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar por tipo de tecnologia empregada segundo o grau de especialização da produção	190
■ Crédito	191
G.60 Evolução do crédito rural	193
T.68 Valor dos financiamentos rurais concedidos por finalidade segundo a fonte de recursos	194
T.69 Operações de crédito rural por origem do recurso	195
T.70 Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas segundo faixa de financiamento	196
T.71 Financiamentos concedidos às cooperativas	197
T.72 Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf	198
T.73 Evolução dos municípios atendidos pelo Pronaf	199
G.61 Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf segundo atividade e finalidade	200





Sumário

T.74	Valor financiado pelo Pronaf e variação em relação ao ano-agrícola anterior segundo modalidade de financiamento	201
G.62	Evolução do crédito do Pronaf por ano-agrícola	202
T.75	Evolução do número de contratos e do montante do crédito rural do Pronaf	203
G.63	Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf	204
T.76	Variação do crédito do Pronaf em relação ao ano-agrícola anterior segundo modalidade e linha de crédito	205
G.64	Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf	206
T.77	Evolução da participação dos grupos A e A/C no total de contratos e no montante do crédito do Pronaf	207
T.78	Evolução das cooperativas de crédito	208
T.79	Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário	210
CAPÍTULO 6 - INDICADORES AGROPECUÁRIOS		213
■	Desempenho da Agropecuária	215
G.65	Participação da agropecuária no PIB - valor corrente	217
T.80	Distribuição do valor adicionado bruto da agropecuária	218





Sumário

G.66	Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR)	219
T.81	Balança comercial do agronegócio	220
T.82	Balança comercial dos principais produtos do agronegócio brasileiro	221
T.83	Balança comercial do agronegócio e variação relativa	223
T.84	Evolução da balança comercial do agronegócio	224
T.85	Destino das exportações e origem das importações do agronegócio brasileiro	225
T.86	Principais produtos importados do agronegócio	226
G.67	Produção de bens de capital agrícolas	227
T.87	Venda de agrotóxicos	228
G.68	Fertilizantes entregues ao consumidor	229
G.69	Venda interna e externa de máquinas agrícolas	230
■	Indicadores de Produção	231
G.70	Produção da lavoura permante	233
G.71	Evolução da distribuição da produção dos principais grãos por safra	234
G.72	Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho	235
T.88	Produção, produtividade e área plantada dos principais grãos	236
T.89	Oferta e demanda brasileira de alguns grãos selecionados	237
T.90	Oferta e demanda mundial de alguns grãos selecionados	238





Sumário

CAPÍTULO 7 - CONFLITOS NO CAMPO	239
G.73 Evolução do número de ocupações de terra	241
G.74 Distribuição das ocupações de terra por Grandes Regiões	242
T.91 Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações	243
G.75 Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra	244
T.92 Violência no campo contra a pessoa	245
G.76 Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários	246
T.93 Violência contra a ocupação e a posse de terras	247
T.94 Conflitos pela água no Brasil	248
G.77 Número de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas	250
T.95 Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	251
T.96 Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	252
T.97 Número de acampamentos no campo e de famílias acampadas	253
Glossário	257
Guia de Referências Bibliográficas	271





Apresentação

Estatísticas do Meio Rural vem preencher uma lacuna importante na sistematização e apresentação de dados e indicadores acerca das variadas dimensões relacionadas ao desenvolvimento rural, a agricultura familiar e a reforma agrária.

Destaca-se ao reunir dados que contribuem para evidenciar a participação da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária na produção, comercialização e processamento industrial da produção agrícola e pecuária, bem como nas receitas geradas e de seus impactos sobre a arrecadação nas diversas esferas de governo.

Para estabelecer esse diálogo revelador das potencialidades produtivas e sociais do meio rural brasileiro, este trabalho contou com o acúmulo e credibilidade do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e foi inspirado em uma de suas produções, o Anuário dos Trabalhadores.

Mais uma iniciativa do NEAD/MDA no campo da sistematização e da democratização do acesso a informações e indicadores, o trabalho desenvolvido privilegiou duas frentes. Em um primeiro momento, o minucioso trabalho desenvolvido pelas equipes do DIEESE e do NEAD, com a colaboração de técnicos das várias áreas do MDA e do Incra, envolveu um extenso levantamento de fontes, tanto internas quanto externas ao MDA.

Como resultado, foi criado o sistema de consultas na internet, *Fontes Rurais*, disponível no endereço <http://www.dieese.org.br/serve/apresentacao.xhtml>, que contempla a identificação das instituições produtoras de estatísticas e das fontes disponibilizadas por elas, assim como a descrição de sua abrangência, das principais potencialidades e condicionantes presentes em cada uma delas.

Numa segunda etapa, procedeu-se ao levantamento e sistematização dos dados e indicadores relacionados aos temas do desenvolvimento rural. A seleção dos dados para compor a publicação caracterizou-se por um processo de discussão que envolveu a crítica qualificada de profissionais do conjunto da estrutura do MDA e Incra, e contou ainda com a contribuição de especialistas na pesquisa e no tratamento de informações estatísticas.





Apresentação

O resultado desse trabalho construído coletivamente é uma publicação que servirá como instrumento de consulta e difusão de informações tanto ao público especializado quanto à sociedade em geral que ainda não dispunha de uma matriz unificada de consulta, em função da natureza metodologicamente diversificada da produção de indicadores e estatísticas relacionados ao setor.

Com a apresentação dessas informações-base, de modo sistematizado e claro, utilizando-se de mecanismos de acesso qualificado e facilitado a dados e indicadores das mais variadas esferas, estamos certos que ***Estatísticas do Meio Rural*** contribuem efetivamente para compor um retrato da realidade do meio rural brasileiro e, particularmente, da agricultura familiar, do ponto de vista macroeconômico, do mundo do trabalho, da produção e do comércio, da estrutura fundiária, dentre outros.

GUILHERME CASSEL
Ministro do Desenvolvimento Agrário



Notas Explicativas

Convenções utilizadas nesta publicação

nd : dados não disponíveis

- : quando, pela natureza do fenômeno, não puder existir o dado.

0; 0,0; 0,00 : quando a aplicação dos critérios de arredondamento não permitir alcançar respectivamente 1; 0,1; 0,01.

Símbolos e Abreviações

% = porcentagem

nº = número

h = hora

SM = salário mínimo

min = minuto

URV = Unidade Real de Valor

kg = kilograma

MP = medida provisória

R\$ = reais

G = gráfico

T = Tabela

Ton = tonelada

US\$ = dólar americano



Siglário

Aladi – Associação Latino-Americana de Integração
Bacen – Banco Central do Brasil
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
Cempre – Cadastro Central de Empresas
CGPMA/SRA – Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação/Secretaria do Reordenamento Agrário (MDA)
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Defit – Departamento de Fiscalização do Trabalho
Detrae – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
FOB – *Free on Board*
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
22 Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



Siglário

ITR – Imposto Territorial Rural

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MinC – Ministério da Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

Nafta – *North America Free Trade Agreement*

NEAD/MDA – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNERA – Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPIGRE/MDA – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia / Ministério do Desenvolvimento Agrário

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronea – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Saeg – Sistema de Acompanhamento Estatístico-Gerencial do Seguro-Desemprego

SAF/MDA – Secretaria de Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário

SDS – Social Democracia Sindical



Siglário

Sepir – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SFIT – Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

URV – Unidade Real de Valor





Capítulo 1

Território e Meio Ambiente







Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Fundiária





Distribuição da área territorial oficial Brasil e Estados da Federação 2006

Tabela 1

Grandes Regiões e Estados da Federação	Em km ²	Em %	Grandes Regiões e Estados da Federação	Em km ²	Em %
Acre	152.581,4	1,8	Espírito Santo	46.077,5	0,5
Amapá	142.814,6	1,7	Minas Gerais	586.528,3	6,9
Amazonas	1.570.745,7	18,4	Rio de Janeiro	43.696,1	0,5
Pará	1.247.689,5	14,7	São Paulo	248.209,4	2,9
Rondônia	237.576,2	2,8	Sudeste	924.511,3	10,9
Roraima	224.299,0	2,6	Paraná	199.314,9	2,3
Tocantins	277.620,9	3,3	Rio Grande do Sul	281.748,5	3,3
Norte	3.853.327,2	45,3	Santa Catarina	95.346,2	1,1
Alagoas	27.767,7	0,3	Sul	576.409,6	6,8
Bahia	564.692,7	6,6	Distrito Federal	5.801,9	0,1
Ceará	148.825,6	1,7	Goiás	340.086,7	4,0
Maranhão	331.983,3	3,9	Mato Grosso	903.357,9	10,6
Paraíba	56.439,8	0,7	Mato Grosso do Sul	357.125,0	4,2
Pernambuco	98.311,6	1,2	Centro-Oeste	1.606.371,5	18,9
Piauí	251.529,2	3,0			
Rio Grande do Norte	52.796,8	0,6			
Sergipe	21.910,3	0,3	BRASIL	8.514.876,6	100,0
Nordeste	1.554.257,0	18,3			

■ Fonte: IBGE. Cartografia
Elaboração: DIEESE





Tabela 2

Estrutura Fundiária Brasil 2003

Estratos área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média Hectares
	Nº de imóveis	%	Hectares	%	
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0	99,2

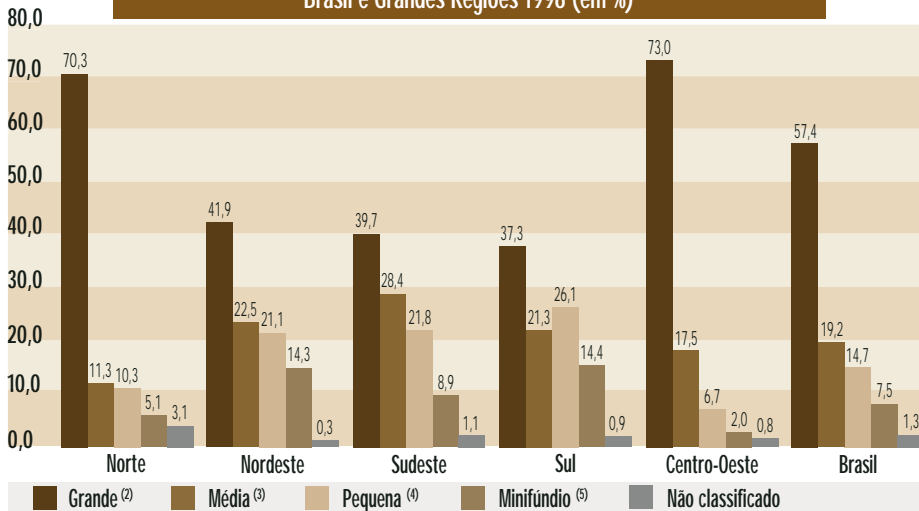
Fonte: Incra. II PNRA

Obs.: Situação em agosto de 2003



Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾ por categoria Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Gráfico 1



Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra se encontra no glossário; (2) Imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais;

(3) Imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; (4) Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4

(quatro) módulos fiscais; (5) Imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal

Obs.: O Incra exclui 149.548 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

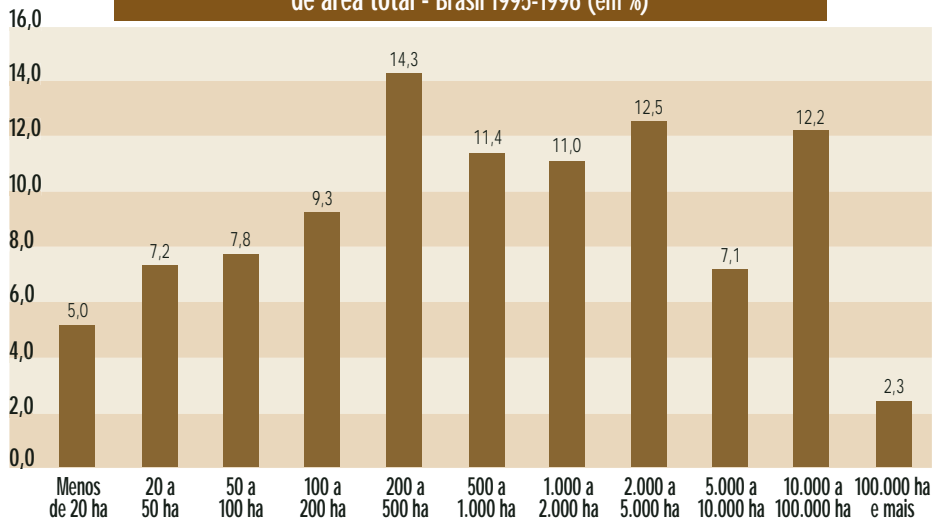
31





Gráfico 2

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários ⁽¹⁾ por grupos de área total - Brasil 1995-1996 (em %)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário

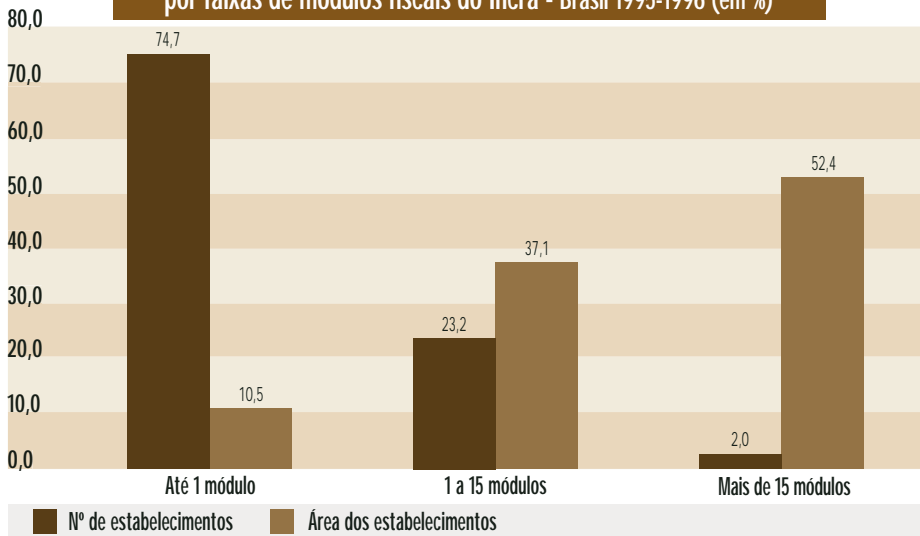
Obs.: As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 20 a 50 ha entende-se de 20 a 49,99 ha





Distribuição do número e área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Inbra - Brasil 1995-1996 (em %)

Gráfico 3



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE





Tabela 3

Evolução do índice de Gini ⁽¹⁾ da propriedade da terra Brasil e Grandes Regiões 1967-2000

Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

■ Fonte: Inkra. O Brasil Desconcentrando Terras

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente

Obs.: a) Para permitir uma análise da evolução da estrutura agrária, foi necessário uniformizar a delimitação geográfica das Regiões e Unidades da Federação, agregando Tocantins a Goiás em 1992, reconstituindo o antigo estado de Goiás que é incluído na região Centro-Oeste

b) Para os anos de 1967 a 1998 foi usado o cálculo das *Estatísticas Cadastrais* do Inkra e para 2000 o cálculo da Pesquisa *Novo Cenário Fundiário*



Índice de Gini ⁽¹⁾ da propriedade da terra dos países da América Brasil e países selecionados 1960-2000

Tabela 4

Posição	País	Ano	Gini	Posição	País	Ano	Gini
1	Canadá	1980	0,602	12	El Salvador	1971	0,808
2	México	1960	0,622	13	Costa Rica	1973	0,813
3	EUA	1987	0,754	14	Equador	1974	0,816
4	Bolívia	1989	0,768	15	Guatemala	1979	0,848
5	Colômbia	1990	0,774	16	Argentina	1988	0,850
6	Porto Rico	1980	0,776	17	Panamá	1990	0,871
7	Honduras	1974	0,779	18	Bahamas	1994	0,872
8	Nicarágua	1960	0,801	19	Venezuela	1971	0,910
9	Brasil	2000	0,802	20	Peru	1972	0,911
10	Uruguai	1980	0,803	21	Paraguai	1980	0,928
11	Jamaica	1980	0,806	22	Barbados	1989	0,928

Fonte: Inkra. O Brasil Desconcentrando Terras

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente





Tabela 5

Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾, segundo sua situação jurídica - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Propriedade	Propriedade e Posse		Posse	Área total	
	Área registrada	Área registrada	Área de posse	Área de posse	%	Nº absolutos (em 1.000 ha)
Norte	76,2	1,3	0,5	21,9	100,0	92.052,8
Nordeste	79,5	2,9	1,4	16,3	100,0	79.068,8
Sudeste	84,0	6,2	2,1	7,6	100,0	65.721,1
Sul	86,5	6,7	1,6	5,2	100,0	44.187,0
Centro-Oeste	87,0	3,4	1,0	8,6	100,0	133.396,2
BRASIL	82,6	3,6	1,2	12,5	100,0	414.425,9

■ Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo IBGE se encontra no glossário

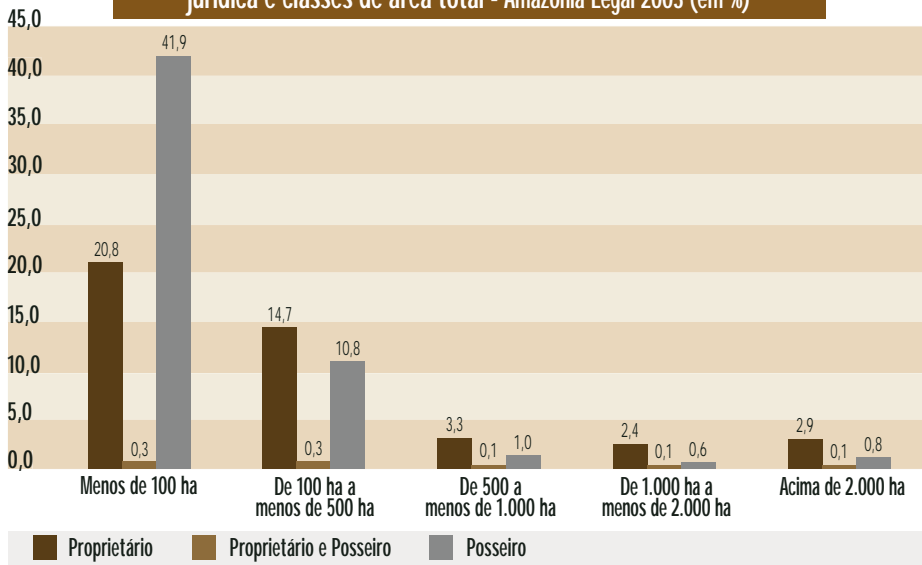
Obs.: O Incra exclui 123.864 imóveis com dados inconsistentes: imóveis cuja soma das áreas registrada, de posse a justo título e de posse por simples ocupação seja maior que 105% ou menor que 95% da área total do imóvel.





Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal 2003 (em %)

Gráfico 4



Fonte: Incra, SNCR
Elaboração: DIEESE

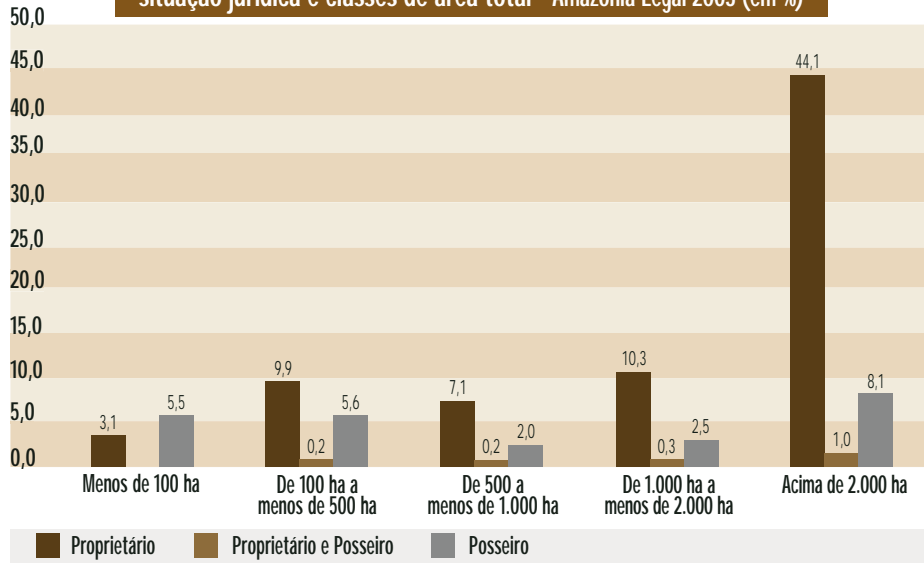
Obs.: a) Percentual do total dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra





Gráfico 5

Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal 2003 (em %)



Fonte: Incra. SNCR
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Percentual do total da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra





Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Produtiva





Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ por tipo de utilização - Brasil e Grandes Regiões 1995-1996 (em %)

Tabela 6

Tipo de produção	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Lavouras permanentes	1,3	3,4	5,1	1,5	0,2	2,1
Lavouras temporárias	2,1	9,8	11,4	26,3	5,8	9,7
Lavouras temporárias em descanso	1,9	5,2	1,7	2,7	0,8	2,4
Pastagens naturais	16,5	25,5	27,0	30,8	16,1	22,1
Pastagens plantadas	25,3	15,5	31,9	15,8	41,8	28,2
Matas e florestas naturais	43,7	24,8	12,0	12,0	28,6	25,1
Matas e florestas artificiais	0,4	0,5	3,9	4,3	0,3	1,5
Terras produtivas não utilizadas	5,8	11,0	2,0	1,4	2,2	4,6
Terras inaproveitáveis	3,0	4,3	4,9	5,3	4,2	4,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

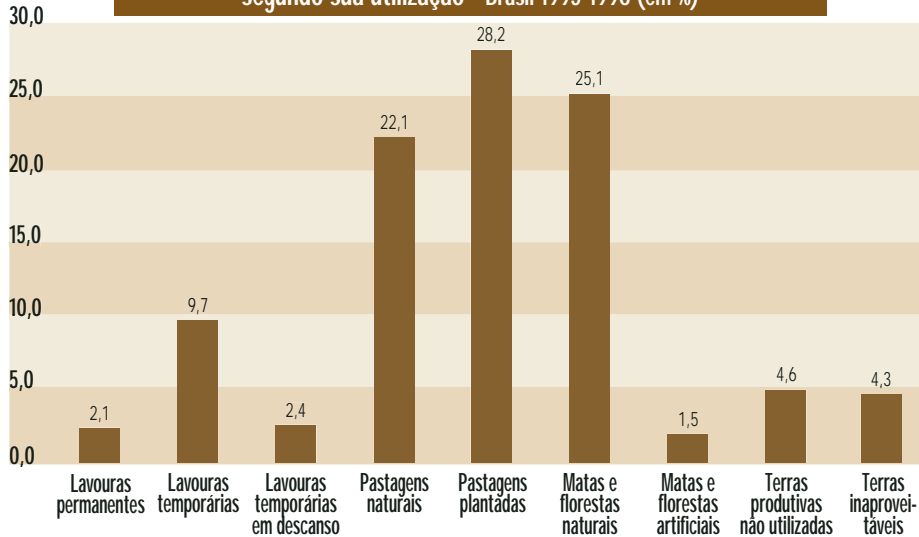
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário



Gráfico 6

Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ segundo sua utilização - Brasil 1995-1996 (em %)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário





Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Tabela 7

Brasil e Grandes Regiões	Até 0,4 UA	0,4 a 0,8 UA	0,8 a 1,5 UAs	1,5 a 2 ou mais UAs	Área total	
					%	Nº absolutos (em 1.000 ha)
Norte	69,4	21,8	7,5	1,4	100,0	18.931,7
Nordeste	72,3	19,0	6,6	2,0	100,0	33.321,2
Sudeste	36,4	32,1	25,9	5,6	100,0	36.834,8
Sul	13,3	26,3	48,9	11,5	100,0	19.764,6
Centro-Oeste	45,1	33,1	19,1	2,6	100,0	61.882,8
BRASIL	47,6	28,1	20,3	4,0	100,0	170.735,1

■ Fonte: Inbra. Estatísticas Cadastrais

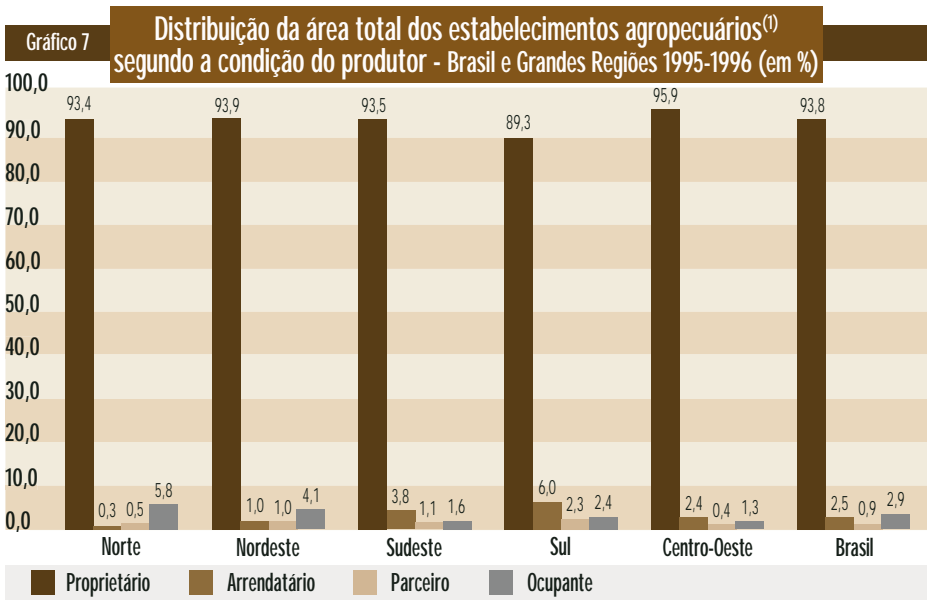
Elaboração: DII/EESE

Obs.: a) As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 0,4 a 0,8 entende-se de 0,4 a 0,79

b) UA: Unidade Animal é a representação do rebanho de diferentes espécies e/ou idades em uma unidade homogênea. Uma Unidade Animal corresponde a 450 kg de peso vivo

c) A unidade UA por hectare de pastagem expressa o grau de eficiência no uso das pastagens. Quanto mais unidades animais por hectare, mais eficiente

d) O Inbra exclui 22.121 imóveis com dados inconsistentes: imóveis para os quais a relação entre os números de Unidades Animais e a área de pastagens for maior que 12



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

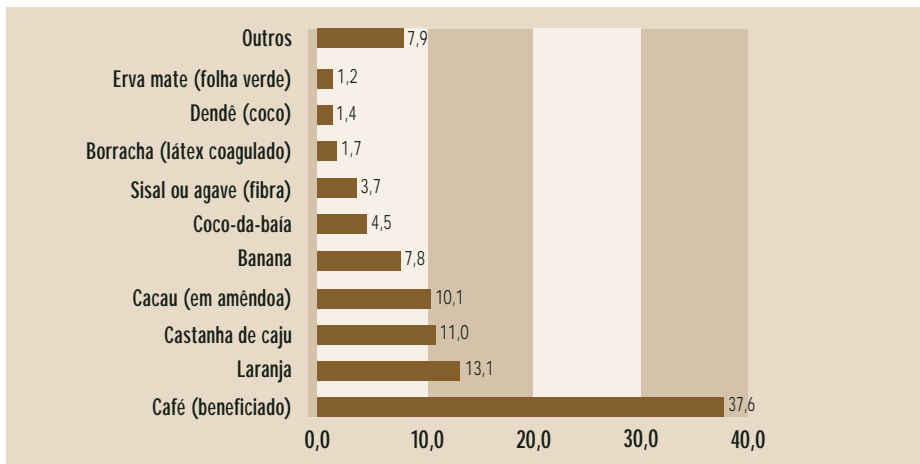
Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE se encontra no glossário





Distribuição da área colhida da lavoura permanente Brasil 2004 (em %)

Gráfico 8



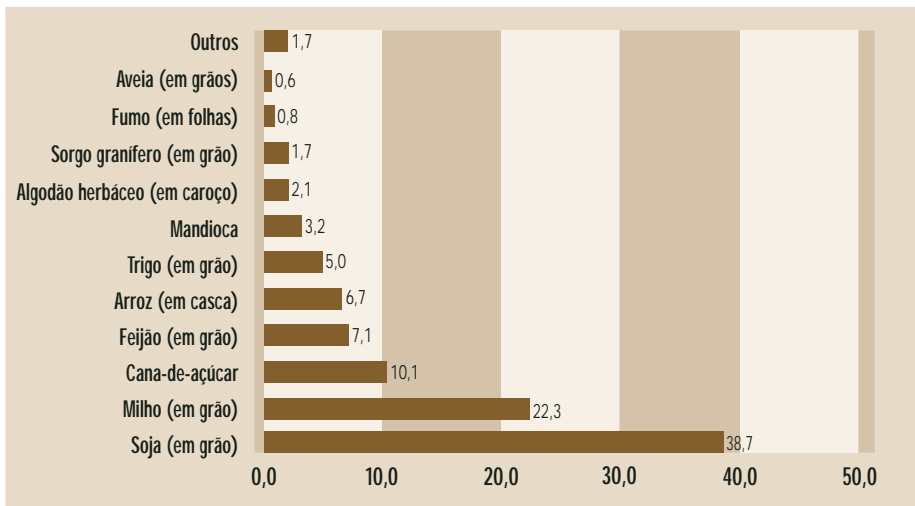
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal
Elaboração: DIEESE





Gráfico 9

Distribuição da área colhida da lavoura temporária Brasil 2004 (em %)



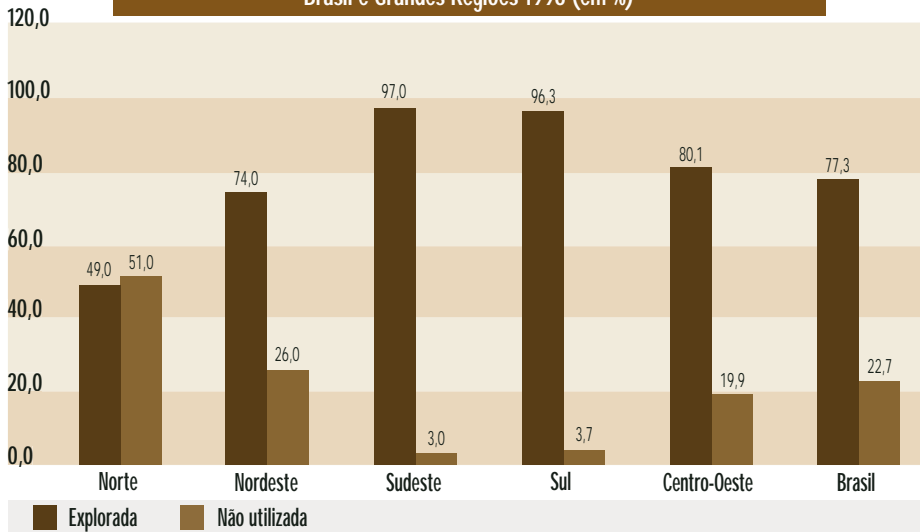
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal
Elaboração: DIEESE





Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Gráfico 10



Fonte: Inbra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIEESE

Obs.: O Inbra exclui 149.548 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

47





Tabela 8

Distribuição das áreas dos imóveis rurais ⁽¹⁾ não explorados por tipo de área - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Tipo de área			Área total	
	Aproveitável não utilizada	Não aproveitável	Preservação do meio ambiente ⁽²⁾	%	Nº absolutos (em 1.000 ha)
Norte	62,5	7,4	30,1	100,0	21.018,2
Nordeste	81,4	7,8	10,8	100,0	4.112,6
Sudeste	33,3	26,1	40,5	100,0	1.379,2
Sul	30,6	13,8	55,5	100,0	701,7
Centro-Oeste	64,4	8,1	27,6	100,0	11.137,3
BRASIL	63,4	8,4	28,1	100,0	38.348,9

■ Fonte: Inbra. Estatísticas cadastrais

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Inbra se encontra no glossário

(2) Áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente

Obs.: O Inbra exclui 26.682 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório





Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Meio Ambiente





Áreas de floresta natural Brasil e Grandes Regiões 1995 (em 1 milhão ha)

Tabela 9

Brasil e Grandes Regiões	Área total floresta (A)	% sobre o total	Área com potencial produtivo (B)	% sobre total de floresta (B/A)
Norte	358,0	100,0	310,0	86,6
Floresta densa	284,0	79,3	246,0	86,6
Floresta aberta e outras	74,0	20,7	64,0	86,5
Nordeste	73,0	100,0	62,0⁽¹⁾	84,9
Floresta densa	11,0	15,1	6,0	54,5
Floresta aberta e outras	62,0	84,9	52,0	83,9
Sudeste	22,0	100,0	14,0	63,6
Floresta densa	4,0	18,2	1,0	25,0
Floresta aberta e outras	18,0	81,8	13,0	72,2
Sul	9,0	100,0	2,0	22,2
Floresta densa	4,0	44,4	1,0	25,0
Floresta aberta e outras	5,0	55,6	1,0	20,0
Centro-Oeste	95,0	100,0	72,0	75,8
Floresta densa	48,0	50,5	34,0	70,8
Floresta aberta e outras	47,0	49,5	38,0	80,9
BRASIL	557,0	100,0	460,0	82,6
Floresta densa	352,0	63,2	288,0	81,8
Floresta aberta e outras	205,0	36,8	172,0	83,9

Fonte: Ibama. GeoBrasil 2002
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O dado do Nordeste não corresponde à soma da área da floresta densa e floresta aberta e outras, como observado nas demais regiões

51





Tabela 10

Unidades de Conservação (UC) Federais Amazônia 1984-2005 (em 1.000 ha)

Período	Área das UCs criadas	Área acumulada	Taxa de crescimento da área criada em relação ao período anterior (%)	% da área da Amazônia
até 1984	11.013,2	11.013,2	-	2,20
1985-1989	10.109,3	21.122,5	91,8	4,22
1990-1993	143,0	21.265,5	0,7	4,25
1994-1997	4.690,3	25.955,8	22,1	5,19
1998-2002	4.765,6	30.721,3	18,4	6,14
2003-2005	8.477,0	39.198,3	27,6	7,84

■ Fonte: MMA. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
Elaboração: DIEESE



Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Brasil ⁽¹⁾ 2006

Tabela 11

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs (ha)	Participação em relação à área total (%)	Participação em relação à área continental do Brasil (%)
Estação Ecológica	Proteção integral	7.188.252,7	10,0	0,8
Parque Nacional	Proteção integral	19.117.073,6	26,6	2,2
Refúgio de Vida Silvestre	Proteção integral	144.645,4	0,2	0,0
Reserva Biológica	Proteção integral	3.804.788,3	5,3	0,4
Reserva Ecológica	Proteção integral	126,6	0,0	0,0
Área de Proteção Ambiental	Uso sustentável	9.286.904,3	12,9	1,1
Área de Relevante Interesse Ecológico	Uso sustentável	43.214,9	0,1	0,0
Floresta Nacional	Uso sustentável	23.718.666,7	33,1	2,8
Reserva Extrativista	Uso sustentável	8.384.577,4	11,7	1,0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Uso sustentável	64.441,3	0,1	0,0
TOTAL		71.752.691,25	100,00	8,40

Fonte: MMA

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Área continental do Brasil: 854.546.635,68 ha; não inclui as ilhas oceânicas

Obs.: a) Situação em abril de 2006

b) Dados de circulação interna do MMA





Tabela 12

Incremento na área das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Brasil 2003-2006 (em hectares)

Categoria de UC	Até 2002 (a)	2003 a 2006 (b)	Variação % (b/a)
Estação Ecológica	3.806.619,7	3.381.633,1	88,8
Parque Nacional	17.020.414,0	2.096.659,6	12,3
Refúgio de Vida Silvestre	128.051,2	16.594,2	13,0
Reserva Biológica	3.388.077,4	416.710,8	12,3
Reserva Ecológica	126,6	-	-
Área de Proteção Ambiental	7.225.746,0	2.061.158,4	28,5
Área de Relevante Interesse Ecológico	43.214,9	-	-
Floresta Nacional	19.590.015,0	4.128.651,8	21,1
Reserva Extrativista	5.178.343,5	3.206.233,9	61,9
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	-	64.441,3	-
TOTAL	56.380.608,2	15.372.083,1	27,3

■ Fonte: MMA

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Situação em abril de 2006

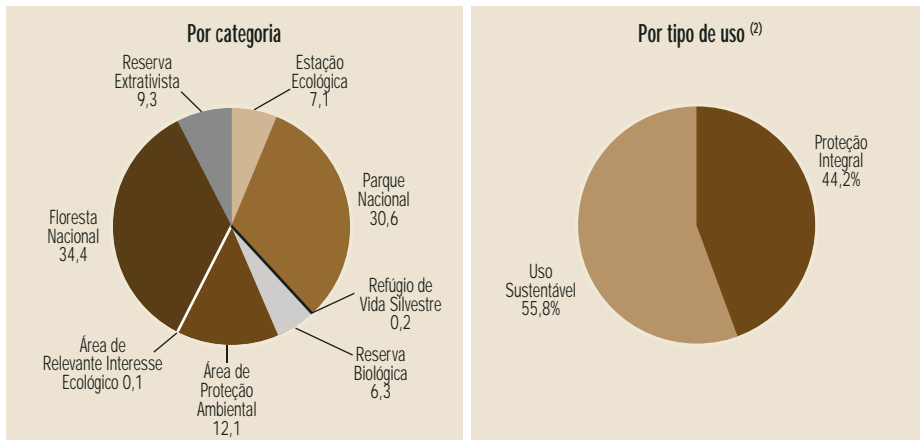
b) Dados de circulação interna do MMA





Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria e tipo de uso - Brasil ⁽¹⁾ 2003 (em %)

Gráfico 11



Fonte: Ibama. Informações Gerais sobre as Unidades de Conservação
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Não inclui as ilhas oceânicas

(2) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Biológica correspondem ao tipo de uso e a área de Proteção Integral; as categorias área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Natural e Reserva Extrativista correspondem à área de Uso Sustentável

Obs.: a) Situação em 28/08/2003

b) As sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição





Tabela 13

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Amazônia Legal ⁽¹⁾ 2003

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs (ha)	% do total da área das UCs	% da Amazônia Legal
Estação Ecológica	Proteção integral	3.246.700,6	7,4	0,6
Parque Nacional	Proteção integral	13.646.804,7	31,2	2,7
Reserva Biológica	Proteção integral	3.252.610,8	7,4	0,6
Reserva Ecológica	Proteção integral	127,2	0,0	0,0
Área de Proteção Ambiental	Uso sustentável	365.005,8	0,8	0,1
Área de Relevante Interesse Ecológico	Uso sustentável	18.794,5	0,0	0,0
Floresta Nacional	Uso sustentável	18.283.413,3	41,8	3,6
Reserva Extrativista	Uso sustentável	4.948.416,5	11,3	1,0
TOTAL		43.761.873,5	100,0	8,7

Fonte: Ibama. Informações Gerais sobre as Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 503.735.726,26 ha

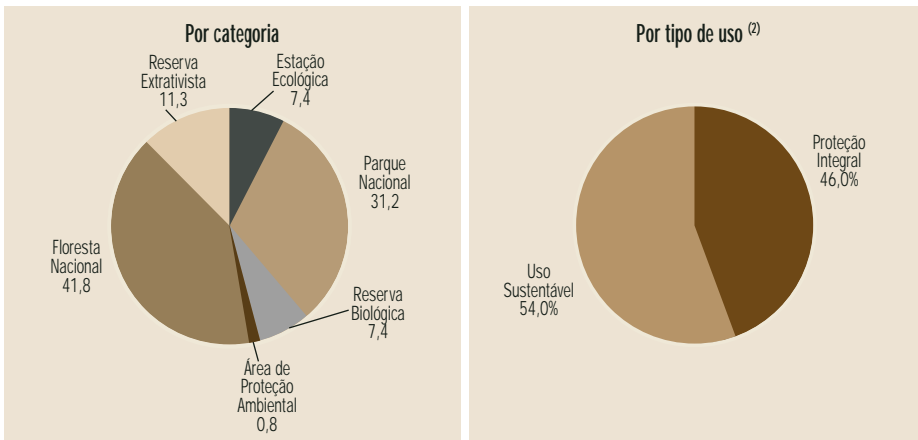
Obs.: a) Situação em 28/08/2003

b) As sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição



Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria e tipo de uso - Amazônia Legal ⁽¹⁾ 2003 (em %)

Gráfico 12



Fonte: Ibama. Informações Gerais sobre as Unidades de Conservação
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins
(2) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional e Reserva Biológica correspondem ao tipo de uso e a área de Proteção Integral; as categorias Área de Proteção Ambiental, Floresta Natural e Reserva Extrativista correspondem à área de Uso Sustentável

Obs.: a) Situação em 28/08/2003

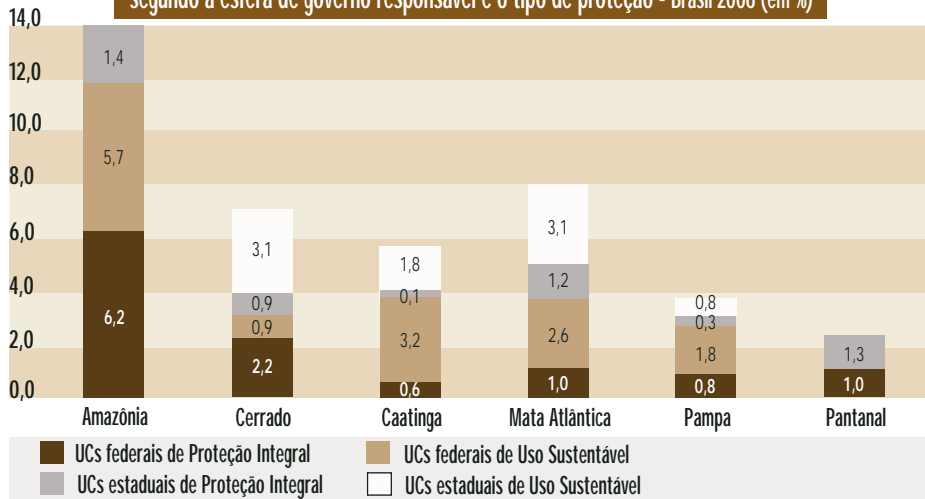
b) As sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição





Gráfico 13

Proporção da área dos biomas⁽¹⁾ protegida por Unidades de Conservação (UC) segundo a esfera de governo responsável e o tipo de proteção - Brasil 2006 (em %)



Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. No Brasil, são identificados seis Biomas: Bioma Pantanal, que constitui a maior superfície inundável interiorana do mundo. O Bioma Amazônia é definido pela unidade de clima, fisionomia florestal e localização geográfica. O Bioma Mata Atlântica, que ocupa toda a faixa continental atlântica leste brasileira e se estende para o interior no Sudeste e Sul do País, é definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O Pampa, restrito ao Rio Grande do Sul, se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. A vegetação predominante dá nome ao Cerrado, segundo bioma do Brasil em extensão, que se estende desde o litoral maranhense até o Centro-Oeste e ao Bioma Caatinga, típico do clima semi-árido do sertão nordestino





Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais







Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características Gerais da População Rural





População total por situação do domicílio Brasil, Grandes Regiões e Estados da Federação 2000

Tabela 14

Grandes Regiões e Estados da Federação	População urbana		População rural		Total	
	N ^{os} absolutos	%	N ^{os} absolutos	%	N ^{os} absolutos	%
Acre	370.267	66,4	187.259	33,6	557.526	100,0
Amapá	424.683	89,0	52.349	11,0	477.032	100,0
Amazonas	2.107.222	74,9	705.335	25,1	2.812.557	100,0
Pará	4.120.693	66,5	2.071.614	33,5	6.192.307	100,0
Rorônia	884.523	64,1	495.264	35,9	1.379.787	100,0
Roraima	247.016	76,1	77.381	23,9	324.397	100,0
Tocantins	859.961	74,3	297.137	25,7	1.157.098	100,0
Norte	9.014.365	69,9	3.886.339	30,1	12.900.704	100,0
Alagoas	1.919.739	68,0	902.882	32,0	2.822.621	100,0
Bahia	8.772.348	67,1	4.297.902	32,9	13.070.250	100,0
Ceará	5.315.318	71,5	2.115.343	28,5	7.430.661	100,0
Maranhão	3.364.070	59,5	2.287.405	40,5	5.651.475	100,0
Paraíba	2.447.212	71,1	996.613	28,9	3.443.825	100,0
Pernambuco	6.058.249	76,5	1.860.095	23,5	7.918.344	100,0
Piauí	1.788.590	62,9	1.054.688	37,1	2.843.278	100,0
Rio Grande do Norte	2.036.673	73,3	740.109	26,7	2.776.782	100,0
Sergipe	1.273.226	71,4	511.249	28,6	1.784.475	100,0
Nordeste	32.975.425	69,1	14.766.286	30,9	47.741.711	100,0

continua

63





Tabela 14

População total por situação do domicílio Brasil, Grandes Regiões e Estados da Federação 2000

conclusão

Grandes Regiões e Estados da Federação	População urbana		População rural		Total	
	N ^{os} absolutos	%	N ^{os} absolutos	%	N ^{os} absolutos	%
Espírito Santo	2.463.049	79,5	634.183	20,5	3.097.232	100,0
Minas Gerais	14.671.828	82,0	3.219.666	18,0	17.891.494	100,0
Rio de Janeiro	13.821.466	96,0	569.816	4,0	14.391.282	100,0
São Paulo	34.592.851	93,4	2.439.552	6,6	37.032.403	100,0
Sudeste	65.549.194	90,5	6.863.217	9,5	72.412.411	100,0
Paraná	7.786.084	81,4	1.777.374	18,6	9.563.458	100,0
Rio Grande do Sul	8.317.984	81,6	1.869.814	18,4	10.187.798	100,0
Santa Catarina	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3	5.356.360	100,0
Sul	20.321.999	80,9	4.785.617	19,1	25.107.616	100,0
Distrito Federal	1.961.499	95,6	89.647	4,4	2.051.146	100,0
Goiás	4.396.645	87,9	606.583	12,1	5.003.228	100,0
Mato Grosso	1.987.726	79,4	516.627	20,6	2.504.353	100,0
Mato Grosso do Sul	1.747.106	84,1	330.895	15,9	2.078.001	100,0
Centro-Oeste	10.092.976	86,7	1.543.752	13,3	11.636.728	100,0
BRASIL	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8	169.799.170	100,0

■ Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Dados do total da população

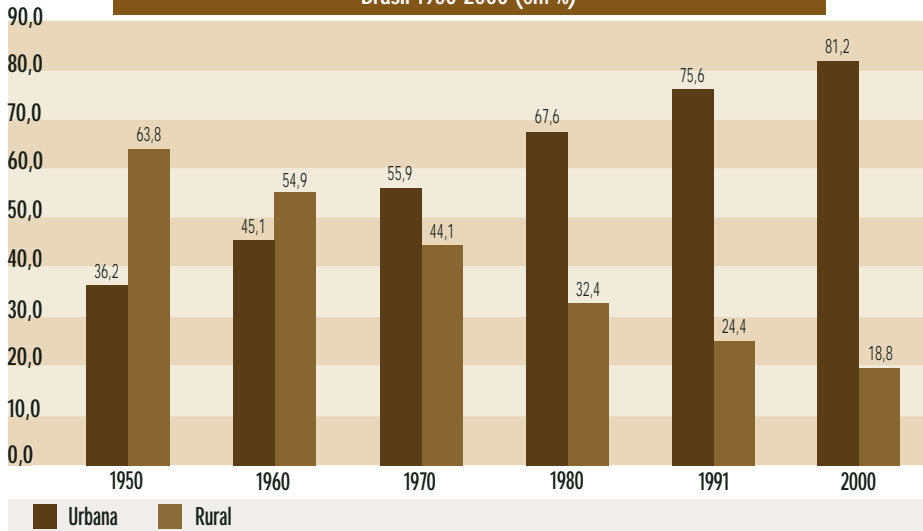
b) Dados revisitos





Evolução da população por situação do domicílio Brasil 1950-2000 (em %)

Gráfico 14



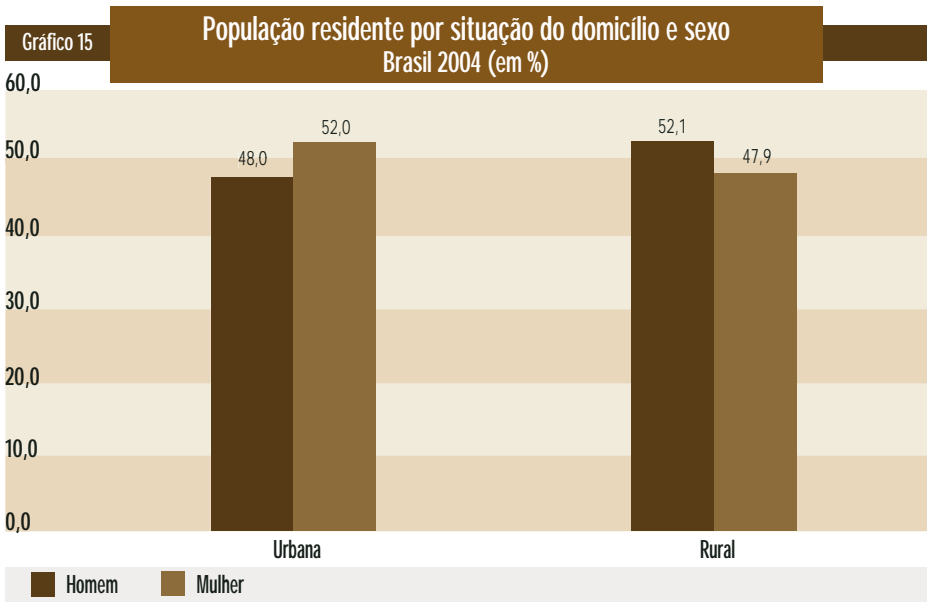
Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Para 1950: população presente; b) Para 1960: população recenseada; c) Para 1970 até 2000: população residente; d) Para 1970 e 1980: dados da amostra; e) Para 1991: dados do total da população; f) Para 2000: dados da sinopse preliminar

65





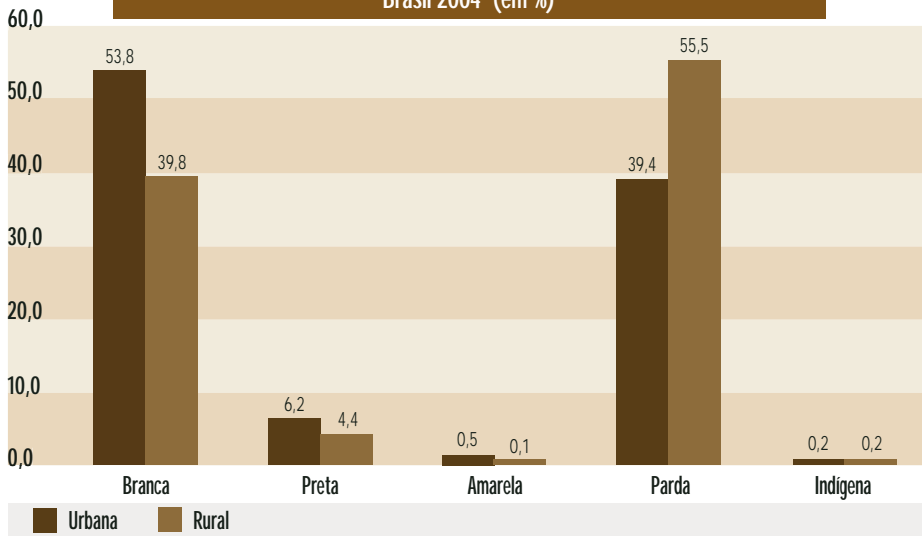
Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE





População residente por situação do domicílio, segundo cor ou raça Brasil 2004 (em %)

Gráfico 16



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui as pessoas sem declaração





Tabela 15

Distribuição da população com situação do domicílio rural por cor ou raça - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

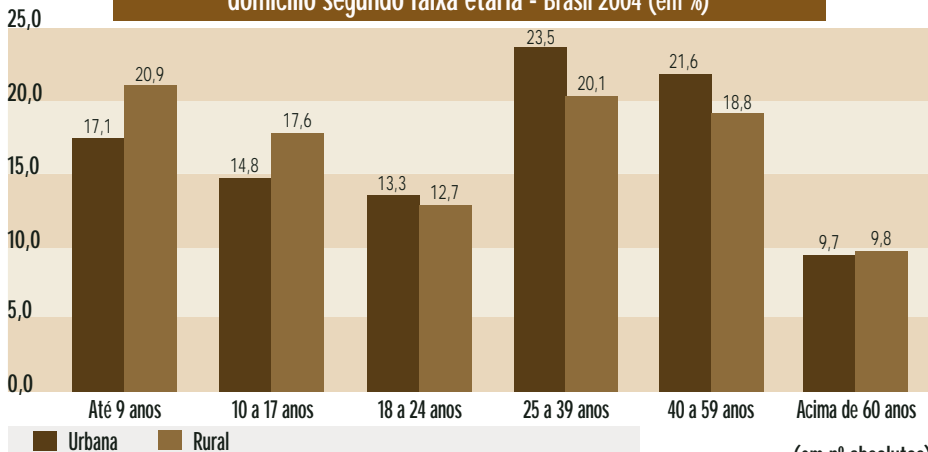
Brasil e Grandes Regiões	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	
						%	Nº absoluto (em 1.000)
Norte	19,1	3,8	0,1	76,8	0,2	100,0	3.822
Nordeste	26,2	4,5	0,1	69,1	0,2	100,0	14.401
Sudeste	52,1	6,9	0,2	40,8	-	100,0	6.160
Sul	82,7	2,1	0,1	15,1	0,1	100,0	4.794
Centro-Oeste	36,1	3,1	0,6	59,1	1,2	100,0	1.758
BRASIL	39,8	4,4	0,1	55,5	0,2	100,0	30.936

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui as pessoas sem declaração



Distribuição e estimativa da população residente por situação do domicílio segundo faixa etária - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 17



(em nº absolutos)

Situação do domicílio	Até 9 anos	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	Acima de 60 anos	Total
Urbana	25.837.960	22.343.954	20.148.115	35.468.867	32.698.784	14.616.813	151.114.493
Rural	6.462.351	5.442.076	3.924.203	6.232.210	5.827.520	3.045.902	30.934.262

Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui as pessoas com idade ignorada





Tabela 16

Distribuição das pessoas com situação do domicílio rural segundo faixa etária - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

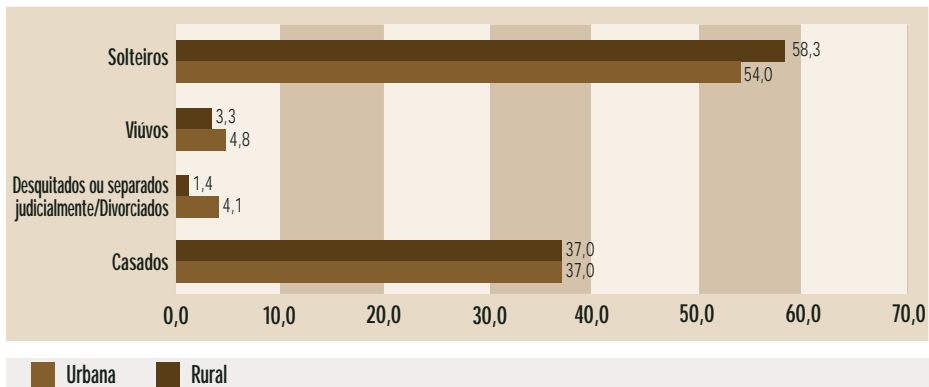
Grupos de idade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 9 anos	25,6	22,2	18,9	15,8	20,8	20,9
10 a 17 anos	19,5	18,7	15,8	16,2	14,9	17,6
18 a 24 anos	13,2	13,8	11,7	10,5	11,6	12,7
25 a 39 anos	19,9	18,9	21,8	20,8	22,9	20,1
40 a 59 anos	15,5	16,6	20,9	24,7	21,5	18,8
Acima de 60 anos	6,2	9,8	10,8	12,1	8,3	9,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

■ Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui as pessoas com idade ignorada



Distribuição e estimativa da população por situação do domicílio segundo estado civil - Brasil 2000 (em %)

Gráfico 18



(em nº absolutos)

Situação do domicílio	Casados	Desquitados ou separados judicialmente/Divorciados	Viúvos	Solteiros	Total
Urbana	41.621.926	4.641.046	5.417.936	60.707.052	112.387.960
Rural	9.081.683	340.270	813.338	14.287.108	24.522.399

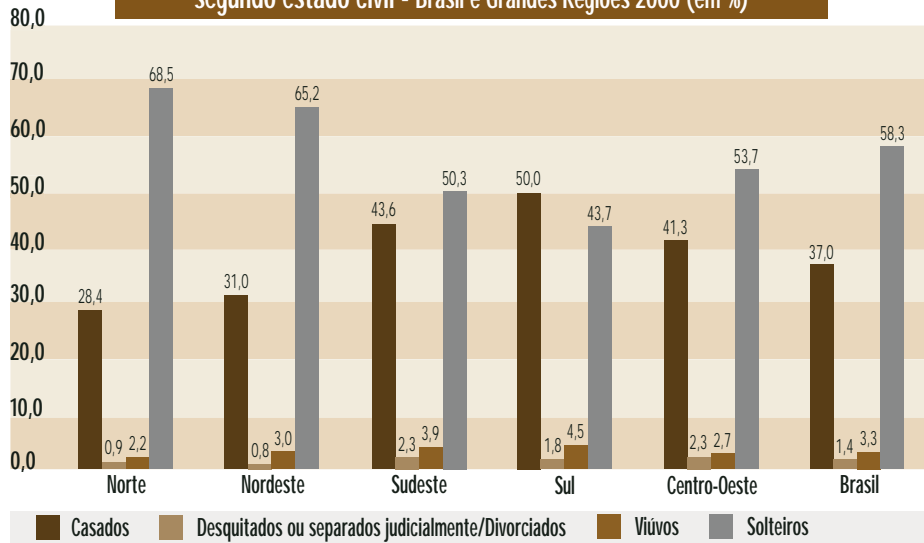
Fonte: IBGE, Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE





Gráfico 19

Distribuição da população com situação do domicílio rural segundo estado civil - Brasil e Grandes Regiões 2000 (em %)



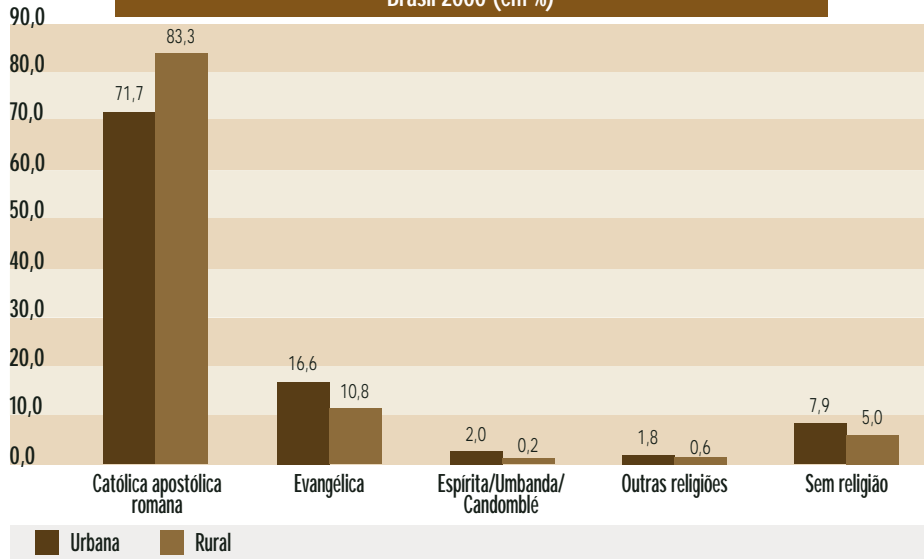
Fonte: IBGE, Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE





Distribuição da população por situação do domicílio segundo a religião Brasil 2000 (em %)

Gráfico 20



Fonte: IBGE, Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

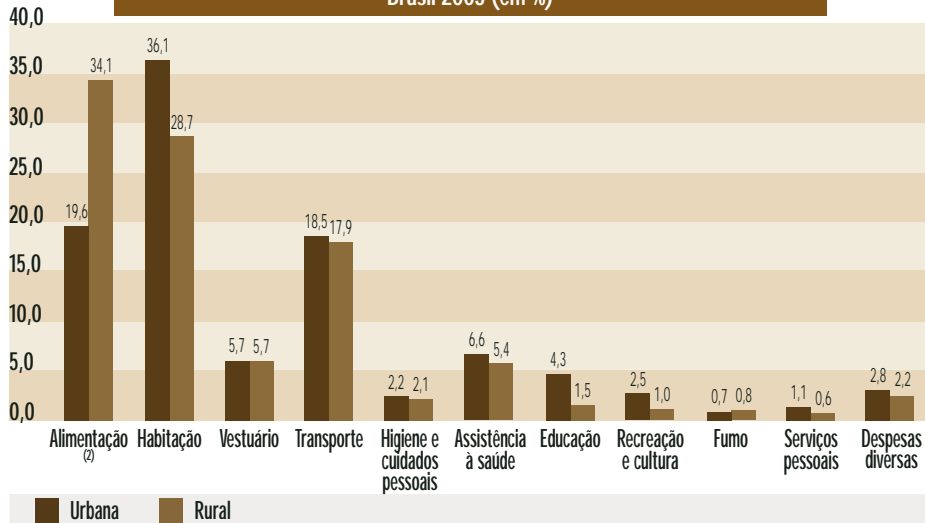
Obs.: a) Os dados são da amostra; b) Exclui as pessoas sem declaração e as não determinadas





Gráfico 21

Estrutura da despesa média familiar ⁽¹⁾ por situação do domicílio Brasil 2003 (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui as despesas médias monetárias e não monetárias; (2) Aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto destinada e utilizada no domicílio, quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"





Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

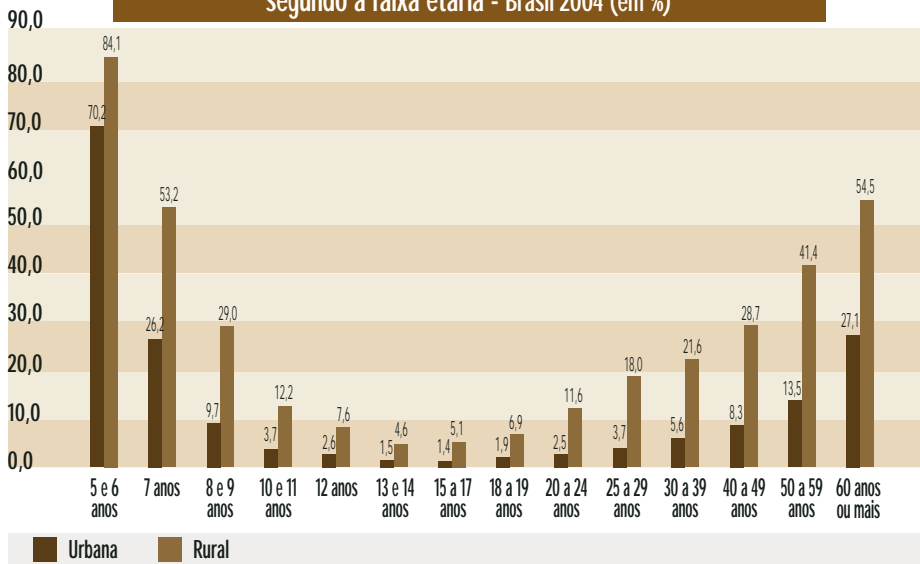
Educação





Taxa de analfabetismo⁽¹⁾ por situação do domicílio segundo a faixa etária - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 22



Fonte: IBGE, PNAD; Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Trata-se da proporção de pessoas não alfabetizadas em relação ao total de pessoas em cada grupo de idade

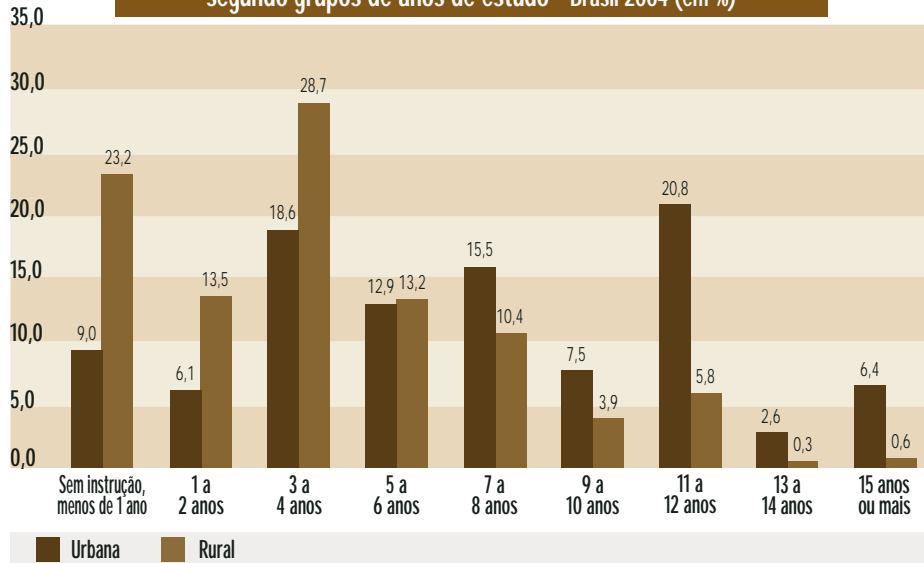
Obs.: Excluiu-se as pessoas com idade ignorada





Gráfico 23

Distribuição da população por situação do domicílio segundo grupos de anos de estudo - Brasil 2004 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração

78





Estimativa da população com situação do domicílio rural por sexo segundo grupos de anos de estudo - Brasil 2004 (em 1.000 pessoas)

Tabela 17

Sexo	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 2 anos	3 a 4 anos	5 a 6 anos	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 12 anos	13 a 14 anos	15 anos ou mais	Total ⁽¹⁾
Homem	3.167	1.893	3.679	1.614	1.288	454	625	26	61	12.851
Mulher	2.506	1.399	3.355	1.612	1.267	498	806	54	78	11.622
TOTAL	5.672	3.292	7.034	3.226	2.555	952	1.432	81	138	24.473

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração

Obs.: Refere-se as pessoas de 10 anos ou mais de idade



Tabela 18

Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por situação do domicílio e sexo segundo o grau de escolaridade cursado - Brasil 2004 (em %)

Grau de escolaridade cursado	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pré-escolar	9,7	8,9	9,3	8,8
Primeiro grau ⁽¹⁾	60,9	56,8	78,9	75,8
Primeiro grau - supletivo ⁽²⁾	1,8	2,0	1,2	1,2
Segundo grau ⁽³⁾	18,6	20,9	9,8	12,4
Superior ⁽⁴⁾	9,0	11,3	0,8	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) A categoria Primeiro grau inclui os estudantes de curso de alfabetização de adultos

(2) A categoria Supletivo inclui seriado e não seriado

(3) A categoria Segundo grau inclui os estudantes de curso pré-vestibular

(4) A categoria Superior inclui os estudantes de curso de mestrado ou doutorado





Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Saúde e Fecundidade







População residente por situação do domicílio segundo cobertura e tipo de plano de saúde - Brasil 2003 (em 1.000 pessoas)

Tabela 19

Cobertura e tipo	Urbana		Rural	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Cobertos	41.564	28,0	1.638	6,0
Planos de assistência ao servidor público	8.732	5,9	272	1,0
Planos de empresas privadas	32.832	22,1	1.366	5,0
Não cobertos	106.862	72,0	25.907	94,0
População residente ⁽¹⁾	148.426	100,0	27.545	100,0

■ Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui as pessoas que não declararam o tipo de plano de saúde

Obs.: Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá



Tabela 20

Proporção da população ⁽¹⁾ por sexo e situação do domicílio segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade - Brasil 2002-2003 (em %)

Característica	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Déficit de peso	2,6	5,1	3,5	6,1
Excesso de peso	43,8	40,0	28,5	40,8
Obesidade	9,6	13,2	5,2	12,7

■ Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Considerada a população com mais de 20 anos



Distribuição das mulheres ⁽¹⁾ por situação do domicílio segundo o número de filhos nascidos vivos - Brasil 2000 (em %)

Tabela 21

Número de filhos nascidos vivos	Urbana	Rural	Brasil
1 filho	23,4	16,3	22,3
2 filhos	27,8	19,7	26,5
3 filhos	19,1	16,3	18,7
4 filhos	9,5	11,0	9,8
5 filhos	5,6	7,8	6,0
6 filhos ou mais	14,5	29,0	16,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

■ Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Mulheres de 10 anos ou mais de idade

Obs.: Dados da amostra





Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características dos Domicílios





Pessoas responsáveis pelos domicílios⁽¹⁾ por situação do domicílio e sexo - Brasil e Grandes Regiões 2000 (em %)

Tabela 22

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Norte	71,9	28,1	100,0	90,8	9,2	100,0
Nordeste	69,8	30,2	100,0	84,8	15,2	100,0
Sudeste	73,2	26,8	100,0	87,4	12,6	100,0
Sul	74,8	25,2	100,0	89,2	10,8	100,0
Centro-Oeste	73,4	26,6	100,0	92,5	7,5	100,0
BRASIL	72,7	27,3	100,0	87,2	12,8	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

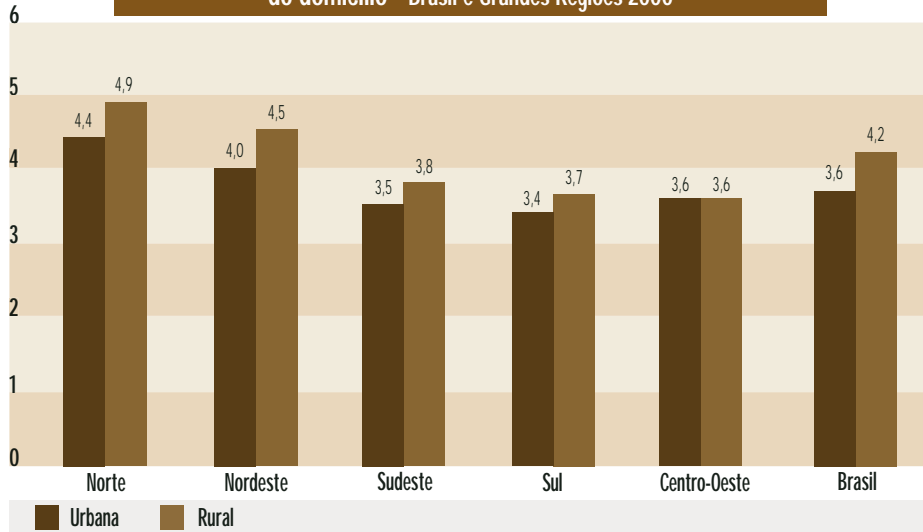
Nota: (1) Domicílios particulares permanentes

Obs.: Dados do total da população



Gráfico 24

Número médio de moradores por domicílio segundo situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões 2000



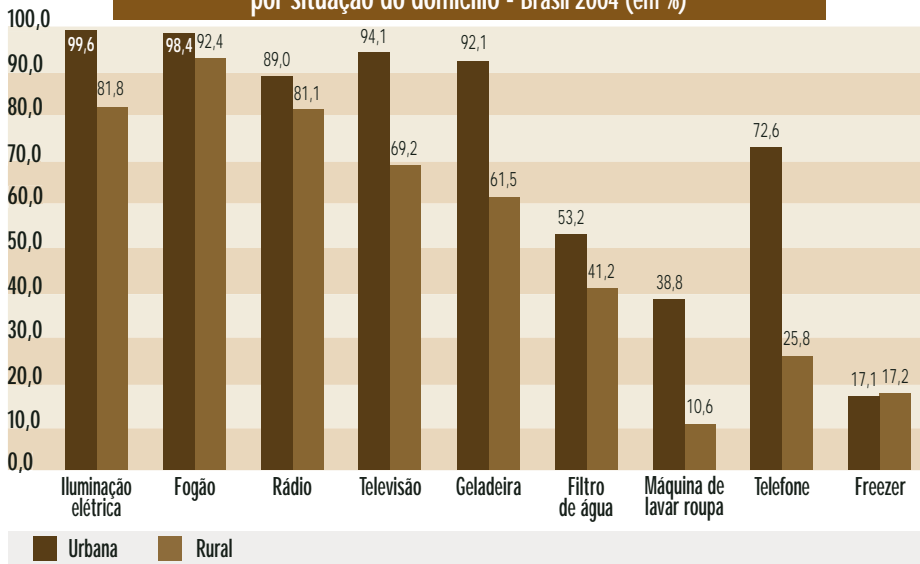
Fonte: IBGE, Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE
Obs: Dados do total da população





Domicílios com equipamentos básicos e outros bens duráveis por situação do domicílio - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 25



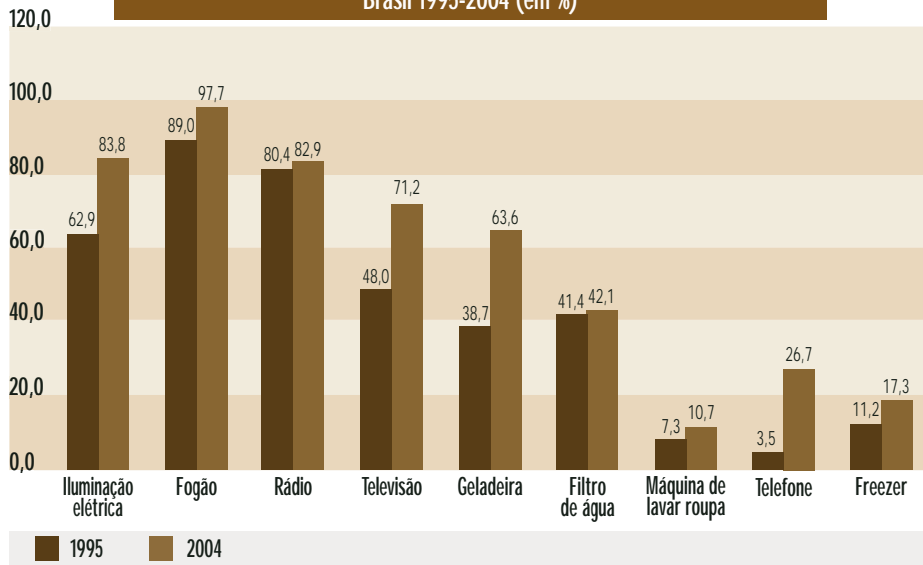
Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE





Gráfico 26

Domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis Brasil 1995-2004 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Excluídos os domicílios rurais dos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá

b) A delimitação das áreas rurais foi atualizada pelo IBGE em 2001

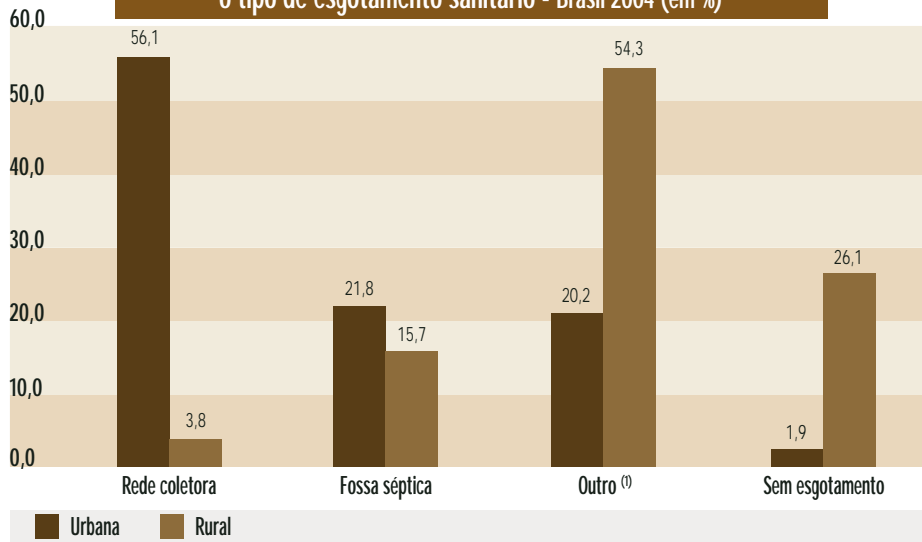
92





Distribuição dos domicílios por situação do domicílio segundo o tipo de esgotamento sanitário - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 27



Fonte: IBGE. PNAD. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica

Obs.: Exclui as pessoas sem declaração





Tabela 23

Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário Brasil e Grandes Regiões 1995-2004 (nº absolutos)

Brasil e Grandes Regiões	1995				2004			
	Rede coletora	Fossa séptica	Outro ⁽¹⁾	Sem esgo- tamento	Rede coletora	Fossa séptica	Outro ⁽¹⁾	Sem esgo- tamento
Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	75.709	170.446	1.086.326	2.351.189	48.961	276.824	1.557.841	1.584.208
Sudeste	153.924	212.914	1.159.276	362.064	226.622	251.696	1.090.260	140.025
Sul	9.012	387.945	800.343	150.034	15.663	506.972	776.180	74.377
Centro-Oeste	937	18.459	321.543	152.496	9.046	30.496	418.253	59.176
BRASIL ⁽²⁾	239.582	789.764	3.367.488	3.015.783	300.292	1.065.988	3.842.534	1.857.786

Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoamento não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica

(2) Exclui os domicílios rurais dos estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá

Obs.: a) Exclui os domicílios sem declaração

b) A delimitação das áreas rurais foi atualizada pelo IBGE em 2001



Domicílios urbanos e rurais segundo a forma de abastecimento de água - Brasil 2004

Tabela 24

Forma de abastecimento de água	Urbanos		Rurais	
	Nº absolutos (em 1.000)	%	Nº absolutos (em 1.000)	%
Com canalização interna	41.659	95,1	4.615	58,0
Com canalização interna - rede geral	39.569	90,4	1.634	20,5
Com canalização interna - outra forma	2.091	4,8	2.981	37,5
Sem canalização interna	2.135	4,9	3.343	42,0
Sem canalização interna - rede geral	942	2,2	411	5,2
Sem canalização interna - outra forma	1.193	2,7	2.932	36,8
TOTAL DE DOMICÍLIOS	43.795	100,0	7.958	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE



Tabela 25

Distribuição dos domicílios rurais segundo a forma de abastecimento de água - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Forma de abastecimento de água	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Com canalização interna	39,2	31,5	86,8	93,5	78,7	58,0
Com canalização interna - rede geral	13,3	17,8	25,1	28,6	14,6	20,5
Com canalização interna - outra forma	25,9	13,7	61,6	64,9	64,1	37,5
Sem canalização interna	60,8	68,5	13,2	6,5	21,3	42,0
Sem canalização interna - rede geral	5,8	8,7	2,3	0,8	1,3	5,2
Sem canalização interna - outra forma	55,0	59,8	11,0	5,6	20,0	36,8
TOTAL DE DOMICÍLIOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE



Capítulo 3

Trabalho e Rendimento





Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Características Gerais do Trabalho no Meio Rural





Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas segundo a posição na ocupação - Brasil 1981-2004 (em 1.000 pessoas)

Tabela 26

Posição na ocupação	1981	1990	1998	2001 ⁽¹⁾	2004 ⁽²⁾
Empregados	4.874	5.236	4.187	4.473	4.722
Conta própria	4.048	4.372	4.370	4.193	4.230
Empregadores	462	660	458	500	516
Não remunerados	3.916	3.912	4.342	3.847	3.832
Trabalho para consumo próprio	-	-	2.978	2.904	3.179
TOTAL	13.300	14.180	16.335	15.917	16.479

Fonte: IBGE.PNAD

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Dados de 2001 revistos com base na PNAD 2004

(2) Indicadores de 2004 harmonizados pela abrangência geográfica das PNADs até 2003

Obs.: a) Não existia o item "trabalho para próprio consumo" nas PNADs 1981 e 1990

b) Não inclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

c) Exclui os ocupados sem declaração



Tabela 27

Variação do pessoal ocupado na agropecuária Brasil 1993-2004 (em 1.000 pessoas)

Pessoal ocupado na agropecuária	1993	2004	Variação (em %)
Homem	11.930,0	12.063,0	1,1
Mulher	6.213,2	5.670,9	-8,7
TOTAL	18.143,2	17.733,8	-2,3

■ Fonte: IBGE. PNAD Tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul
Elaboração: DIEESE



Estimativa da população com situação do domicílio rural segundo a condição de atividade - Brasil e Grandes Regiões 2004

Tabela 28

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente Ativa	2.030.855	7.600.656	3.345.441	3.142.846	998.543	17.118.341
Ocupada	1.983.306	7.438.051	3.185.062	3.086.653	972.090	16.665.162
Com procura de trabalho	95.418	397.144	175.720	98.144	59.027	825.453
Sem procura de trabalho	1.887.888	7.040.907	3.009.342	2.988.509	913.063	15.839.709
Desocupada	47.549	162.605	160.379	56.193	26.453	453.179
Inativa	811.766	3.605.392	1.647.980	895.185	393.027	7.353.350
PIA TOTAL ⁽¹⁾	2.842.621	11.206.048	4.993.421	4.038.031	1.391.570	24.471.691

■ Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: DIEESE

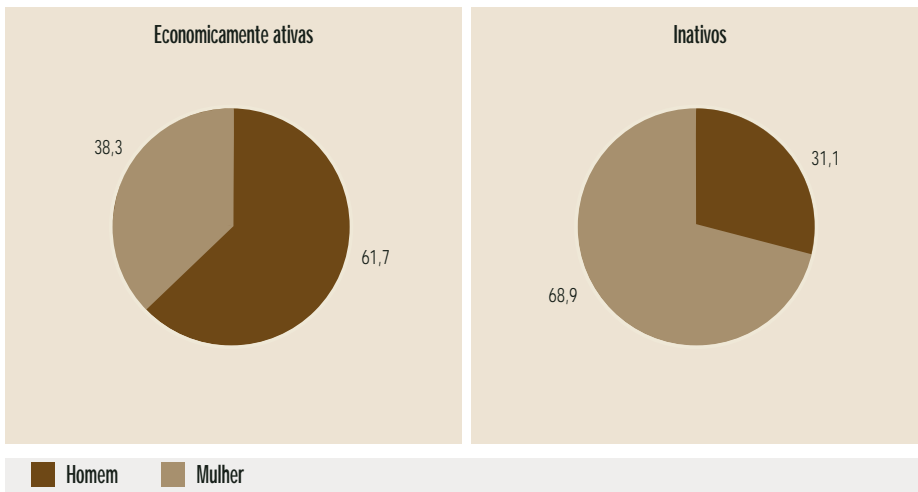
Nota: (1) A População em Idade Ativa (PIA) corresponde à soma da PEA e inativos com 10 anos ou mais

Obs.: Período de referência de 30 dias



Gráfico 28

Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos com situação do domicílio rural por sexo - Brasil 2004 (em %)



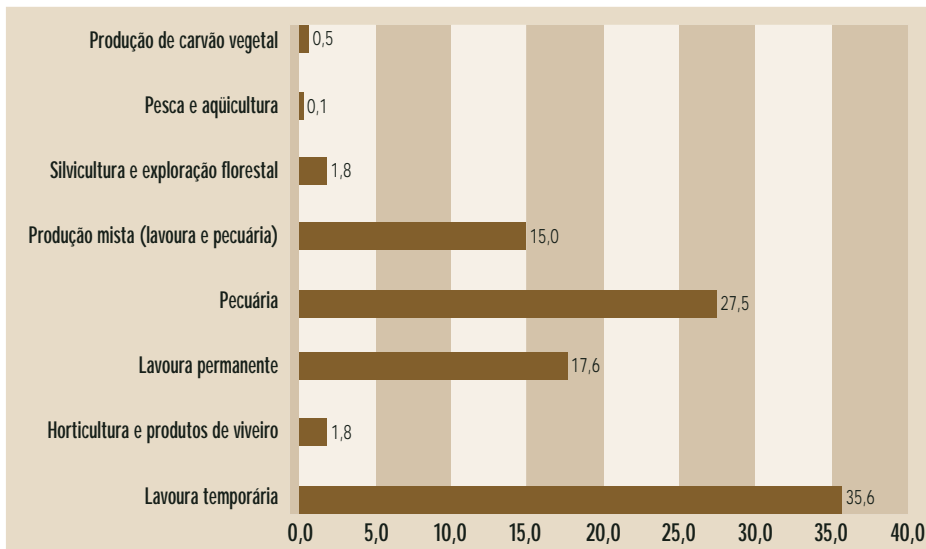
Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração DIEESE
Obs: Exclui as pessoas sem declaração





Distribuição dos ocupados segundo grupo de atividade econômica Brasil 1995-1996 (em %)

Gráfico 29



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

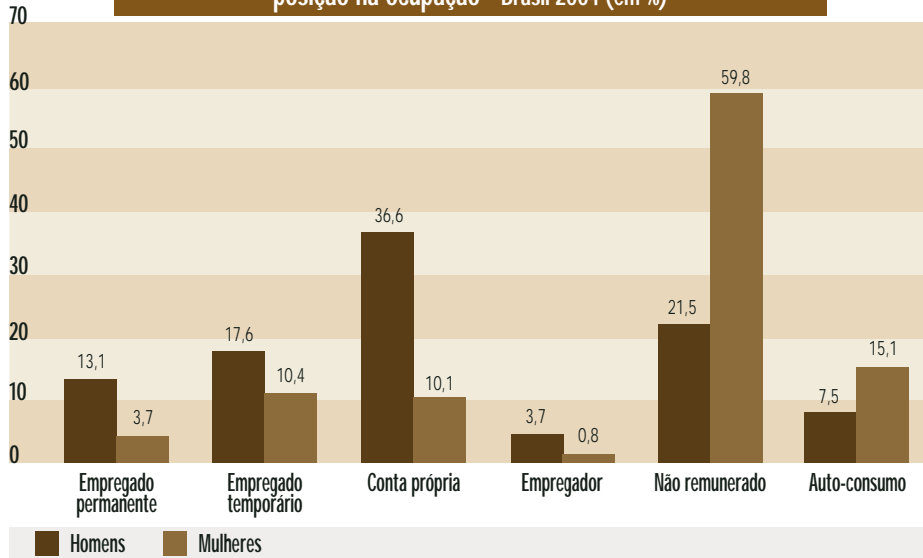
105





Gráfico 30

Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e posição na ocupação - Brasil 2004 (em %)



Fonte: IBGE. PNAD Tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul
Elaboração: DIEESE





Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade segundo posição na família - Brasil 2004 (em %)

Tabela 29

Atividade	Chefe	Cônjuge	Filha	Outras
Lavoura	14,2	64,6	18,8	2,4
Pecuária	13,0	68,1	15,7	3,2
Aves e pequenos animais	12,6	78,0	7,1	2,3
Horticultura/Floricultura	19,7	65,5	11,3	3,5
Pesca/Aqüicultura	22,3	69,3	8,4	-
Silvicultura/Exploração florestal	16,1	66,1	13,7	4,2
Apicultura/Sericicultura	8,2	65,1	6,3	20,4
Atividade não especificada/Serviços	20,8	62,1	15,1	2,1
TOTAL	14,2	64,6	18,8	2,4

Fonte: IBGE. PNAD Tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul
Elaboração: DIEESE





Tabela 30

Médias de jornada semanal, idade e escolaridade do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo - Brasil 2004

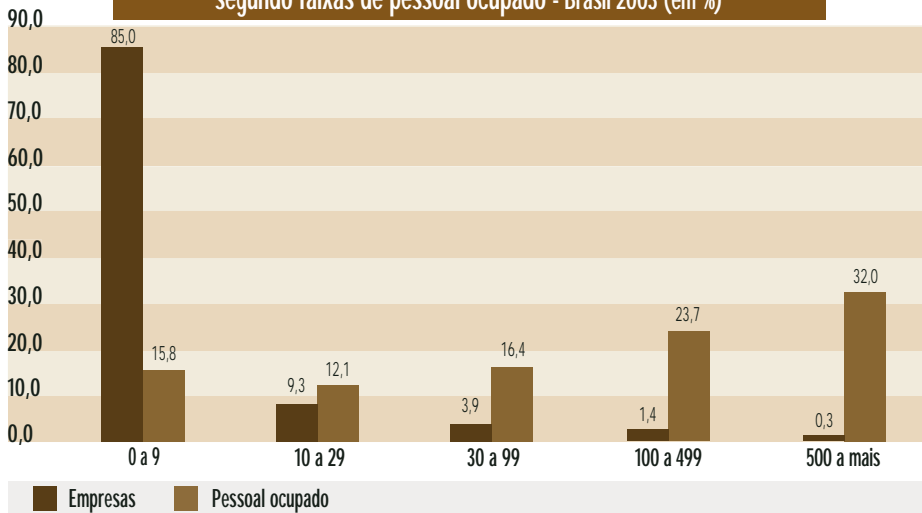
Atividade	Jornada semanal (em horas)		Idade (em anos)		Escolaridade (em anos de estudo)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Lavoura	39,6	29,5	36,8	38,1	3,8	3,6
Pecuária	44,6	27,1	38,6	40,8	4,5	4,3
Aves e pequenos animais	28,3	10,8	39,6	44,3	4,3	3,2
Horticultura/Floricultura	35,2	19,7	40,7	44,6	4,1	4,1
Pesca/Aqüicultura	39,6	25,8	35,4	37,3	4,6	3,0
Silvicultura/Exploração florestal	42,5	30,6	33,1	36,4	3,9	3,9
Apicultura/Sericicultura	35,3	32,1	38,5	30,9	5,7	7,6
Atividade não especificada/Serviços	43,5	37,1	37,4	38,2	4,9	4,4
TOTAL	40,1	23,3	37,5	40,8	4,0	3,7

■ Fonte: IBGE. PNAD Tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul
Elaboração: DIEESE



Distribuição das empresas agropecuárias⁽¹⁾ e do pessoal nelas ocupado segundo faixas de pessoal ocupado - Brasil 2003 (em %)

Gráfico 31



Fonte: IBGE, Cempre

Elaboração: D/IEESE

Nota: (1) Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, segundo classificação da CNAE





Tabela 31

Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica - Brasil 1995

Atividade econômica	Total (em 1.000 pessoas)	%
Prestação de serviços	1.174	30,0
Indústria	911	23,0
Serviço público	714	18,0
Comércio	528	13,0
Construção	419	11,0
Transporte e comunicação	146	4,0
Outros	38	1,0
TOTAL DE OCUPADOS	3.930	100,0

■ Fonte: DIEESE. A Situação do Trabalho no Brasil



Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas - Brasil 2003-2005 (em nºs absolutos)

Tabela 32

Setores	2003	2004	2005
Indústria	138.543	519.513	200.611
Construção Civil	-48.155	50.763	85.053
Comércio	225.908	403.940	389.815
Serviços	270.115	469.741	591.304
Agropecuária	58.198	79.274	-12.878
Cultivo de cana de açúcar	6.730	12.204	-3.598
Cultivo de soja	1.044	965	-4.038
Cultivo de frutas cítricas	3.423	128	-2.812
Cultivo de café	-2.842	1.075	618
Criação de animais (1)	1.991	11.366	-1.747
Outros	824	45	76
TOTAL	645.433	1.523.276	1.253.981

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

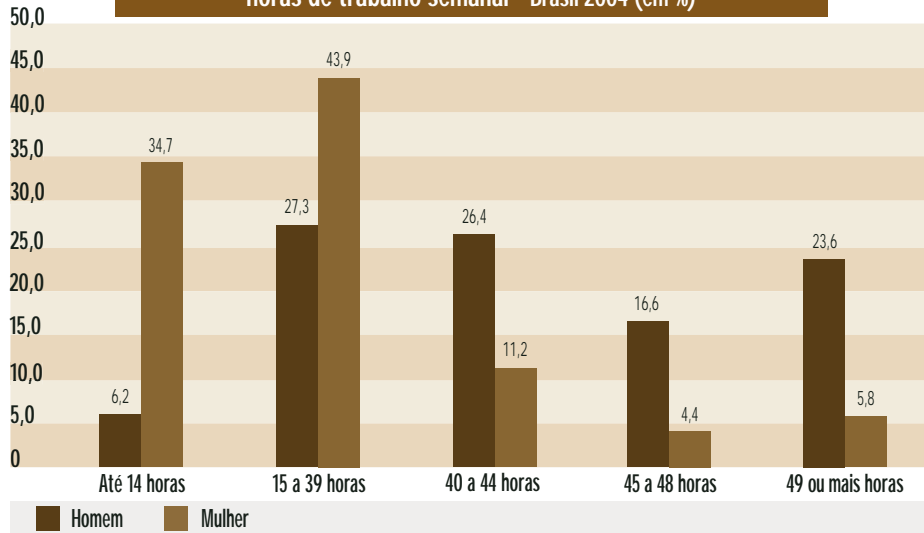
Nota: (1) Refere-se às seguintes classes da CNAE: criação de bovinos; criação de outros animais de grande porte; criação de ovinos; criação de suínos; criação de aves; criação de outros animais

Obs.: Refere-se aos empregos com vínculos formais (registro em carteira)



Gráfico 32

Distribuição dos trabalhadores agrícolas por sexo segundo classes de horas de trabalho semanal - Brasil 2004 (em %)



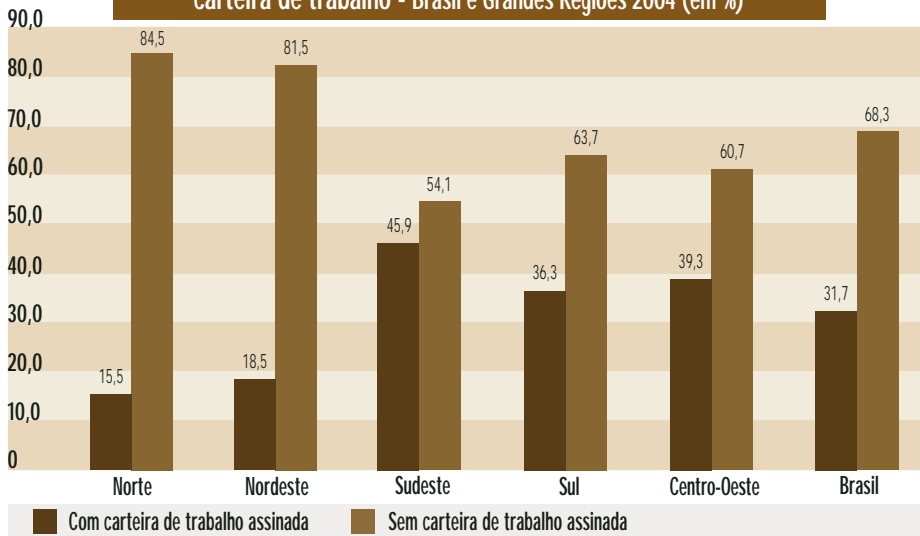
Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui os ocupados sem declaração





Distribuição dos empregados no setor agrícola segundo registro em carteira de trabalho - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Gráfico 33



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE





Tabela 33

Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural Brasil 1996-2005 (em nº absolutos)

Ano	Empresas fiscalizadas	Trabalhadores alcançados ⁽¹⁾	Trabalhadores registrados ⁽²⁾	Autuações
1996	4.515	447.483	16.782	2.146
1997	7.437	670.474	35.865	3.354
1998	7.042	686.210	29.248	2.877
1999	6.561	620.132	24.990	2.532
2000	8.585	836.943	86.633	3.379
2001	9.641	833.991	92.446	3.367
2002	8.873	836.374	103.323	3.221
2003	9.367	1.039.982	103.545	3.912
2004	13.856	1.333.271	173.581	4.734
2005	12.192	1.190.454	115.560	4.367

■ Fonte: MTE. SFIT
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) é o universo de trabalhadores formais e informais, existente na empresa no dia da fiscalização

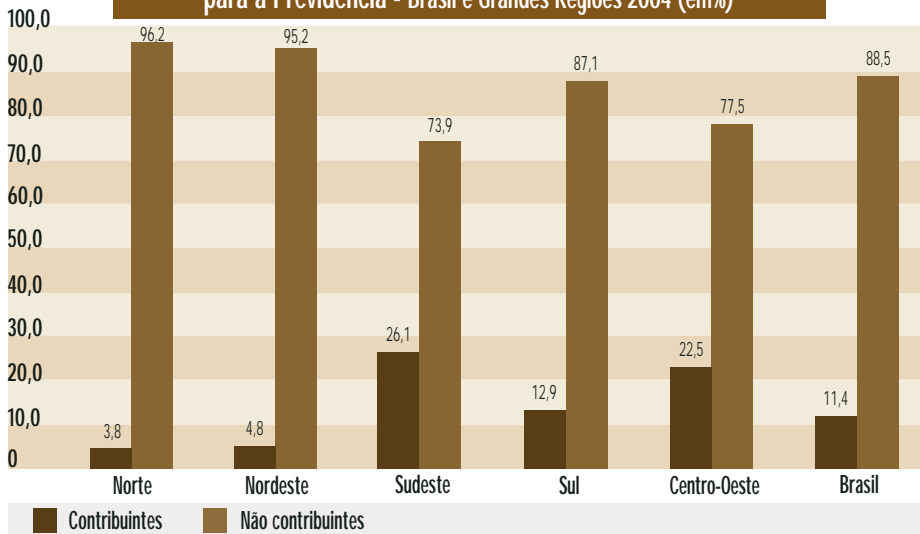
(2) refere-se aos trabalhadores informais identificados no dia da fiscalização e que foram formalizados

Obs.: Dados de circulação interna disponibilizados pelo MTE



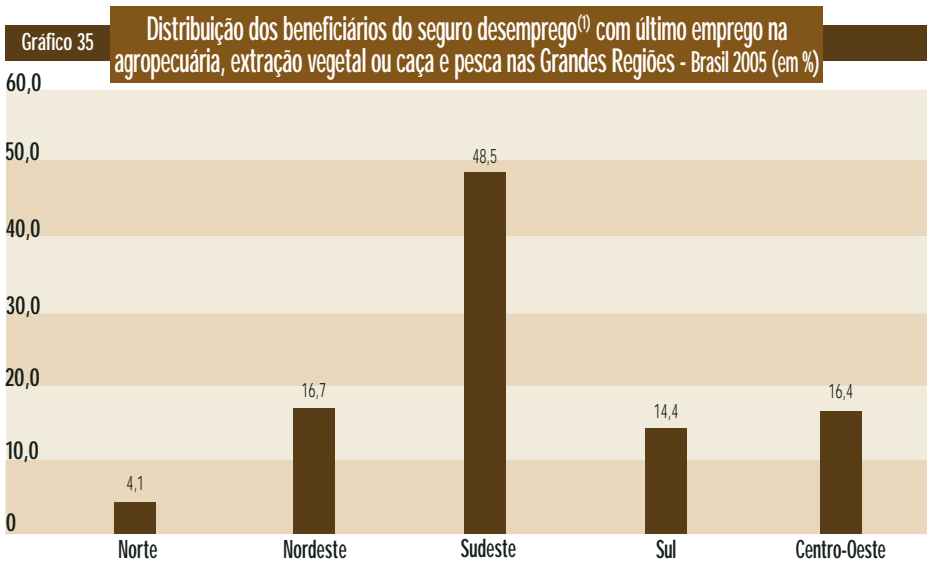
Distribuição dos ocupados na atividade agrícola segundo contribuição para a Previdência - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em%)

Gráfico 34



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui os ocupados sem declaração





Fonte: MTE. Saeg
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Beneficiário é o trabalhador segurado que recebeu pelo menos uma parcela do benefício, para um determinado requerimento
Obs.: Atualizado até o lote 859 de 31/12/2005





Distribuição dos ocupados segundo faixa etária em que começaram a trabalhar por sexo e situação do domicílio - Brasil 2004 (em%)

Tabela 34

Faixa etária	Urbana		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Até 9 anos	13,4	10,2	32,5	27,9
10 a 14 anos	44,2	33,8	54,7	54,3
15 a 17 anos	25,5	26,5	10,1	11,5
18 a 19 anos	11,1	15,0	1,9	3,0
20 a 24 anos	5,2	10,7	0,7	2,3
25 a 29 anos	0,6	2,1	0,1	0,6
30 anos ou mais	0,1	1,7	0,0	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

■ Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui os ocupados sem declaração



Tabela 35

Distribuição das crianças de 5 a 14 anos por atividade de trabalho principal e sexo - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Agrícola			Não-agrícola		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Norte	76,9	23,1	100,0	57,0	43,0	100,0
Nordeste	74,7	25,3	100,0	59,0	41,0	100,0
Sudeste	78,4	21,6	100,0	59,1	40,9	100,0
Sul	70,4	29,6	100,0	56,0	44,0	100,0
Centro-Oeste	77,5	22,5	100,0	64,3	35,7	100,0
BRASIL (n° absolutos)	896.995	305.238	1.202.233	449.188	314.224	763.412

Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE



Distribuição das crianças de 5 a 14 anos por situação de ocupação e domicílio - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 36

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Ocupadas	Não ocupadas	Total	Ocupadas	Não ocupadas	Total
Norte	4,4	95,6	100,0	nd	nd	nd
Nordeste	5,7	94,3	100,0	21,8	78,2	100,0
Sudeste	2,4	97,6	100,0	13,3	86,7	100,0
Sul	3,4	96,6	100,0	24,5	75,5	100,0
Centro-Oeste	4,0	96,0	100,0	14,9	85,1	100,0
BRASIL	3,7	96,3	100,0	20,0	80,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD

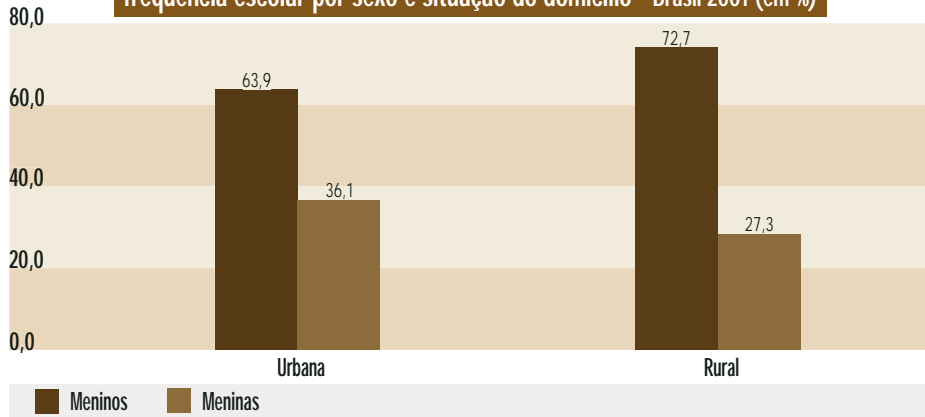
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá



Gráfico 36

Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos de idade sem frequência escolar por sexo e situação do domicílio - Brasil 2001 (em %)



(em nº absolutos)

Sexo	Urbana	Rural
Meninos	64.429	71.699
Meninas	36.381	26.930
TOTAL	100.810	98.629

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: DIEESE

Obs.: Excluída a população rural da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá





Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Rendimento





Rendimento médio mensal nominal ⁽¹⁾ das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo condição de atividade - Brasil 2004 (em R\$ de set /04)

Tabela 37

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente ativas	490	245	480	597	557	404
Ocupadas	491	246	481	598	558	405
- Procurando trabalho	315	186	333	294	389	263
Desocupadas	301	95	159	322	242	178
Inativas	257	213	346	328	297	264

■ Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: DIEESE

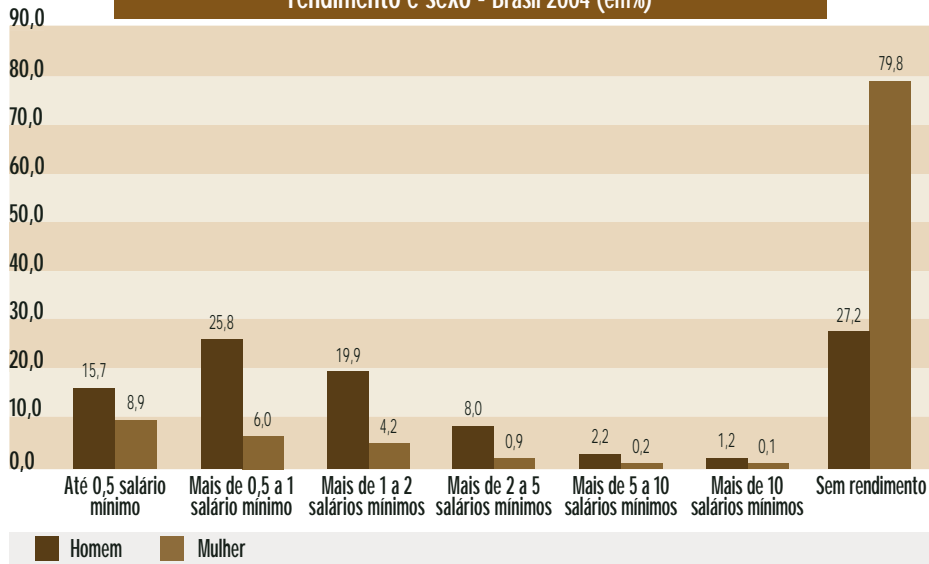
Nota: (1) São consideradas todas as fontes (salários, pensões ou outras formas de pagamento) das pessoas que têm rendimento

Obs.: Exclui as pessoas sem rendimento



Gráfico 37

Distribuição dos ocupados na atividade agrícola segundo faixa de rendimento e sexo - Brasil 2004 (em%)



Fonte: IBGE.PNAD; Elaboração: DIEESE

Obs.: a) A categoria sem rendimento inclui pessoas que receberam somente benefícios

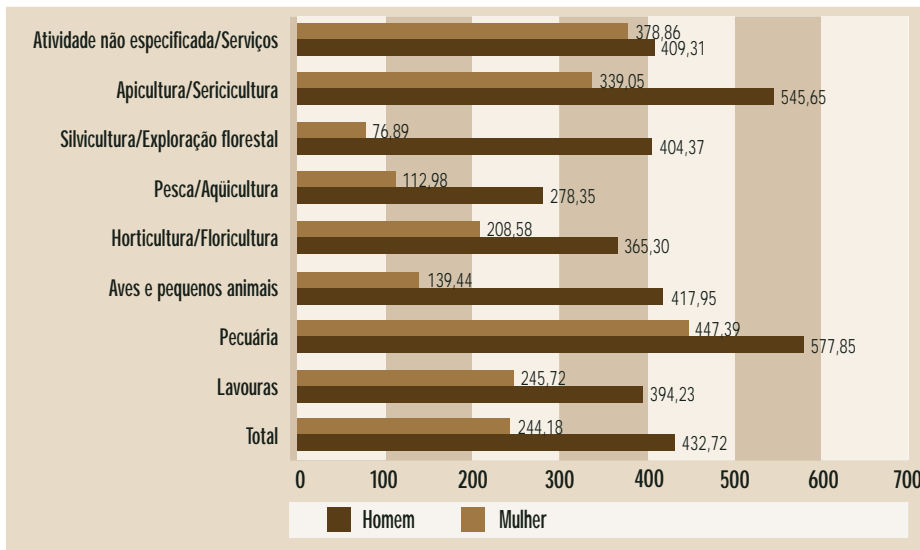
b) Exclui os ocupados sem declaração





Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade e sexo - Brasil 2004 (em R\$ de 2004)

Gráfico 38



Fonte: IBGE. PNAD Tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul. Elaboração: DIEESE

Obs.: para o cálculo da renda média foram consideradas as pessoas com renda positiva

125





Tabela 38

Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por situação do domicílio segundo origem do rendimento - Brasil 2003

Origem dos rendimentos	Urbana		Rural	
	em R\$	%	em R\$	%
Rendimento do trabalho ⁽¹⁾	1.225,11	62,7	466,28	53,4
Transferência	291,59	14,9	142,00	16,2
Aposentadoria previdência pública	217,66	11,1	111,28	12,7
Outras transferências ⁽²⁾	73,93	3,8	30,72	3,5
Rendimento de aluguel ⁽³⁾	36,71	1,9	11,04	1,3
Outros rendimentos ⁽⁴⁾	129,76	6,6	50,85	5,8
Rendimento não-monetário ⁽⁵⁾	271,25	13,9	203,76	23,3
RENDIMENTO TOTAL	1.954,42	100,0	873,93	100,0

■ Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui rendimentos do empregado, do empregador e do trabalho por conta própria

(2) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias

(3) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis

(4) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros

(5) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

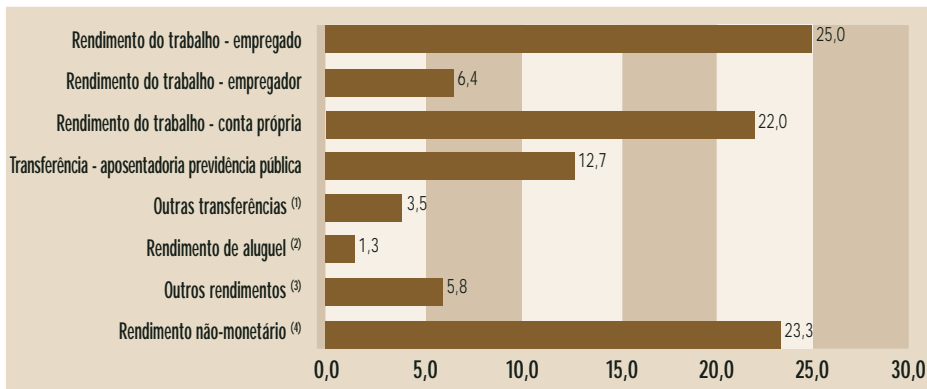
Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"





Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural ⁽¹⁾ segundo origem do rendimento - Brasil 2003 (em %)

Gráfico 39



■ Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Foram consideradas as famílias em situação do domicílio rural

(2) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias

(3) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis

(4) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros

(5) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"

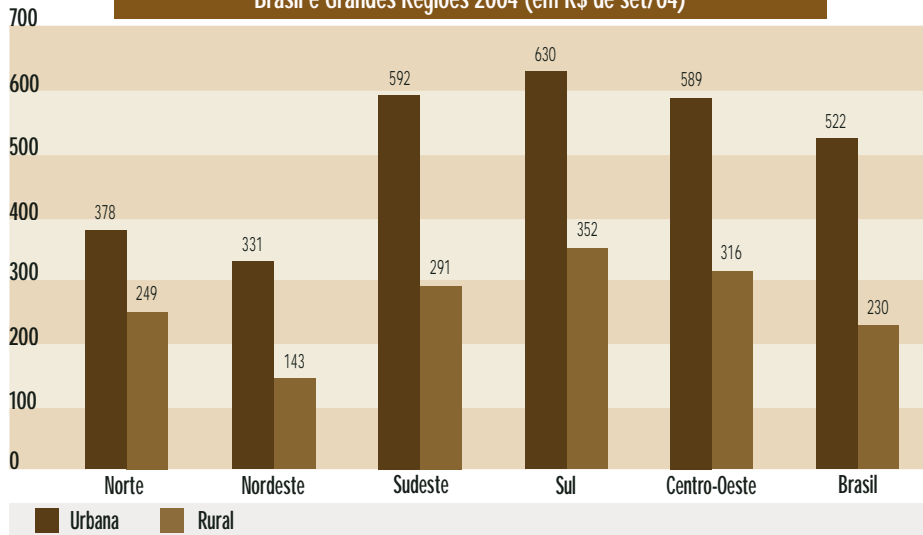
127





Gráfico 40

Rendimento médio mensal por situação do domicílio Brasil e Grandes Regiões 2004 (em R\$ de set/04)



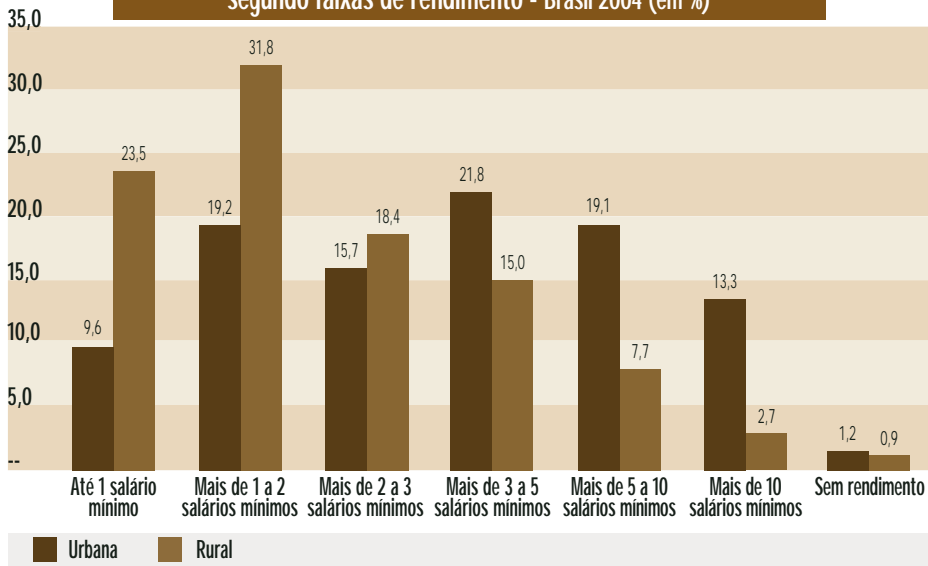
Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: DIEESE
Obs.: Exclui as pessoas sem declaração do valor do rendimento





Distribuição dos domicílios por situação do domicílio segundo faixas de rendimento - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 41



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE

Obs.: A categoria "sem rendimento" inclui os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios

129





Tabela 39

Rendimento médio mensal segundo situação do domicílio e sexo Brasil e Grandes Regiões 2004 (em R\$ de set/04)

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)	Homem	Mulher	Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (%)
Norte	503	262	52,1	360	114	31,7
Nordeste	426	248	58,2	184	99	53,8
Sudeste	798	409	51,3	413	161	39,0
Sul	851	428	50,3	513	176	34,3
Centro-Oeste	795	403	50,7	471	131	27,8
BRASIL	699	364	52,1	323	128	39,6

■ Fonte: IBGE.PNAD
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui as pessoas sem declaração do valor do rendimento



Rendimento médio mensal domiciliar por situação do domicílio Brasil e Grandes Regiões 2004 (em R\$ de set/04)

Tabela 40

Brasil e Grandes Regiões	Urbana	Rural	Proporção do rendimento rural em relação ao rendimento urbano (%)
Norte	1.168	788	67,5
Nordeste	1.002	462	46,1
Sudeste	1.660	850	51,2
Sul	1.690	1.035	61,2
Centro-Oeste	1.637	846	51,7
BRASIL	1.487	707	47,5

Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os domicílios sem declaração do valor do rendimento



Tabela 41

Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécies - Brasil 2000-2004 (em R\$ 1.000)

Grupos de Espécies	2000	2001	2002	2003	2004
Aposentadoria por tempo de contribuição	257,7	197,1	254,9	229,7	375,4
Aposentadoria por idade	47.285,4	42.920,1	63.669,3	61.003,6	69.336,7
Aposentadoria por invalidez	3.507,6	3.587,6	5.378,8	6.340,1	7.160,8
Pensões por morte	15.394,6	16.433,5	21.303,9	23.756,0	28.083,5
Auxílio-doença	21.396,1	24.977,3	42.998,4	50.909,4	65.034,2
Auxílio-reclusão	116,9	111,4	184,1	266,5	333,9
Auxílio-acidente	22,6	26,6	54,1	79,5	99,3
Salário-maternidade	64.272,1	86.299,9	105.280,5	83.420,0	82.298,2
Rendas mensais vitalícias por invalidez	10,6	9,9	5,1	4,6	2,5
Rendas mensais vitalícias por idade	2,5	1,2	1,8	0,7	0,5
Auxílio-doença acidentário	3.405,6	3.212,0	3.920,2	3.490,3	3.794,5
Auxílio-acidente acidentário	75,8	48,5	50,2	47,4	47,5
Aposentadoria acidentária	116,5	105,1	167,9	160,2	115,0
Pensões acidentárias	38,2	31,5	23,1	29,9	22,4
TOTAL	155.902,1	177.961,7	243.292,2	229.737,8	256.704,5

Fonte: MPAS. Anuário Estatístico da Previdência Social
Elaboração: DIEESE





Índice de Gini ⁽¹⁾ da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas com rendimento por situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões 2000

Tabela 42

Brasil e Grandes Regiões	Situação de domicílio		
	Urbana	Rural	Total
Norte	0,603	0,522	0,598
Nordeste	0,609	0,509	0,618
Sudeste	0,589	0,528	0,592
Sul	0,583	0,530	0,585
Centro-Oeste	0,634	0,581	0,633
BRASIL	0,602	0,535	0,608

■ Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O Índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação máxima de desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando

Obs.: Os dados são dos primeiros resultados da amostra





Capítulo 4

Indicadores Sindicais







Sindicatos e número de associados Brasil 2001

Tabela 43

Tipo de Sindicato	Número de associados		Total de sindicatos	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Trabalhadores rurais	9.136.624	44,0	3.911	24,5
Trabalhadores urbanos	10.391.687	50,1	7.443	46,6
Total (trabalhadores)	19.528.311	94,1	11.354	71,1
Empregadores rurais	519.284	2,5	1.787	11,2
Empregadores urbanos	705.510	3,4	2.820	17,7
Total (empregadores)	1.224.794	5,9	4.607	28,9
TOTAL GERAL (trabalhadores e empregadores)	20.753.105	100,0	15.961	100,0

■ Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE



Tabela 44

Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais, por faixas de associados - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Faixa de associados							Total	
	Até 50	De 51 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 50.000	%	Nº absolutos
Norte	0,3	1,4	15,2	16,6	52,7	11,1	2,7	100,0	296
Nordeste	0,4	0,5	9,5	13,2	59,4	13,9	3,1	100,0	1.678
Sudeste	1,7	4,7	23,7	18,8	41,1	7,6	2,5	100,0	767
Sul	0,7	2,0	19,5	26,4	46,8	3,7	0,9	100,0	887
Centro-Oeste	1,1	2,8	21,6	18,7	49,8	5,3	0,7	100,0	283
BRASIL	0,8	1,9	15,9	17,9	51,7	9,5	2,3	100,0	3.911

Fonte: IBGE, Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE



Distribuição dos sindicatos de empregadores rurais, por faixas de associados - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 45

Brasil e Grandes Regiões	Faixa de associados					Total	
	Até 50	De 51 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	Mais de 1.000	%	Nº absolutos
Norte	19,1	20,6	48,1	7,6	4,6	100,0	131
Nordeste	31,0	24,2	34,8	6,8	3,2	100,0	339
Sudeste	10,0	20,7	56,0	8,4	4,8	100,0	687
Sul	17,3	18,6	48,8	7,9	7,4	100,0	404
Centro-Oeste	15,2	22,3	50,9	8,9	2,7	100,0	224
BRASIL	17,0	21,1	49,1	8,0	4,8	100,0	1.785

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Corresponde ao total de sindicatos de empregadores rurais com e sem registro junto ao MTE

b) Exclui os sindicatos que não informaram o número de associados



Tabela 46

Distribuição dos sindicatos de trabalhadores rurais segundo faixas de associados em relação à base - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Percentual de associados em relação aos trabalhadores na base					Total de sindicatos	
	Até 20%	de 21 a 40%	de 41 a 60%	de 61 a 80%	de 81 a 100%	%	Nº absolutos
Norte	13,2	24,1	13,6	14,2	34,9	100,0	295
Nordeste	8,9	19,1	21,0	21,5	29,6	100,0	1.678
Sudeste	19,0	19,3	19,0	14,0	28,7	100,0	767
Sul	7,7	17,6	20,9	19,6	34,3	100,0	887
Centro-Oeste	14,1	20,5	17,7	18,4	29,3	100,0	283
BRASIL	11,3	19,3	19,8	18,8	30,9	100,0	3.910

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Posição em 31/12/2001

b) Exclui os sindicatos sem declaração do número de associados e/ou do número de trabalhadores na base



Distribuição dos sindicatos de empregadores rurais segundo faixa de associados em relação às empresas na base - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 47

Brasil e Grandes Regiões	Percentual de associados em relação ao total de empresas na base					Total de sindicatos	
	Até 20%	de 21 a 40%	de 41 a 60%	de 61 a 80%	de 81 a 100%	%	Nº absolutos
Norte	18,3	27,5	13,0	9,2	32,1	100,0	131
Nordeste	31,4	14,5	10,7	8,3	35,2	100,0	338
Sudeste	24,0	20,8	13,2	9,0	32,9	100,0	687
Sul	18,8	20,3	15,3	11,9	33,7	100,0	404
Centro-Oeste	22,3	26,8	15,2	11,6	24,1	100,0	224
BRASIL	23,6	20,7	13,5	9,9	32,3	100,0	1.784

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Posição em 31/12/2001

b) Exclui os sindicatos sem declaração do número de associados e/ou do número de empresas na base



Tabela 48

Composição da diretoria dos sindicatos de trabalhadores rurais por tipo de inserção na agropecuária - Brasil 2001 (em %)

Tipo de inserção na produção agropecuária	Sindicatos de trabalhadores rurais, por inserção na diretoria		
	Presidente	1º secretário	1º tesoureiro
Pequeno proprietário	71,2	45,6	48,1
Arrendatário	5,3	25,1	4,7
Parceiro	6,1	8,1	27,6
Posseiro ou ocupante	7,0	8,1	7,6
Assalariado	7,8	10,2	9,5
Outro	2,5	3,0	2,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE



Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixas de participação de mulheres na diretoria do sindicato - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 49

Grandes Regiões e tipo de sindicato	Faixas de participação de mulheres na diretoria						Total
	Não tem	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75%	De 76 a 100%	Sem declaração ⁽¹⁾	
Empregadores	58,0	36,6	5,3	-	-	-	100,0
Trabalhadores	10,8	36,8	45,6	6,1	0,7	-	100,0
Norte	25,3	36,8	33,3	4,2	0,5	-	100,0
Empregadores	65,5	27,1	7,1	0,3	-	-	100,0
Trabalhadores	7,0	34,7	48,2	8,5	1,5	0,1	100,0
Nordeste	16,8	33,4	41,3	7,1	1,2	0,1	100,0
Empregadores	74,0	23,8	1,5	0,3	0,1	0,3	100,0
Trabalhadores	29,3	41,9	25,3	3,0	0,5	-	100,0
Sudeste	50,5	33,3	14,0	1,7	0,3	0,1	100,0
Empregadores	72,8	26,2	0,5	-	-	0,5	100,0
Trabalhadores	25,5	48,3	25,1	0,8	0,2	0,1	100,0
Sul	40,3	41,4	17,4	0,5	0,2	0,2	100,0

continua





Tabela 49

Distribuição dos sindicatos rurais segundo faixas de participação de mulheres na diretoria do sindicato - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

conclusão

Grandes Regiões e tipo de sindicato	Faixas de participação de mulheres na diretoria						Total
	Não tem	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75%	De 76 a 100%	Sem declaração ⁽¹⁾	
Empregadores	67,0	29,9	2,7	0,4	-	-	100,0
Trabalhadores	9,5	45,6	42,8	2,1	-	-	100,0
Centro-Oeste	34,9	38,7	25,0	1,4	-	-	100,0
Empregadores	70,1	26,7	2,7	0,2	0,1	0,2	100,0
Trabalhadores	16,0	40,1	37,9	5,0	0,8	0,1	100,0
BRASIL	33,0	35,9	26,9	3,5	0,6	0,1	100,0

■ Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há informação do sindicato

Obs.: Posição em 31/12/2001



Serviços prestados e atividades oferecidas pelos sindicatos rurais Brasil 2001

Tabela 50

Serviços prestados e atividades oferecidas pelo sindicato aos associados ou aos funcionários das empresas associadas	Sindicatos Rurais			
	Empregadores		Trabalhadores	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Serviços odontológicos	340	19,0	918	23,5
Convênios odontológicos	321	18,0	624	16,0
Serviços médicos	210	11,8	820	21,0
Convênios médicos	446	25,0	926	23,7
Convênios para aquisição de remédios	134	7,5	317	8,1
Serviços de assistência social	214	12,0	773	19,8
Serviços jurídicos	844	47,2	2.051	52,4
Farmácias	64	3,6	278	7,1
Escola sindical/centro de formação	160	9,0	171	4,4
Creche	5	0,3	9	0,2
Lanchonete	6	0,3	17	0,4
Barbearia/cabeleireiro	8	0,4	186	4,8
Biblioteca	105	5,9	232	5,9
Clube de campo/sede campestre	52	2,9	12	0,3
Colônia de férias	4	0,2	5	0,1
Atividades esportivas, culturais e sociais	519	29,0	848	21,7

145

continua





Tabela 50

Serviços prestados e atividades oferecidas pelos sindicatos rurais Brasil 2001

conclusão

Serviços prestados e atividades oferecidas pelo sindicato aos associados ou aos funcionários das empresas associadas	Sindicatos Rurais			
	Empregadores		Trabalhadores	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Atividades específicas para mulheres	222	12,4	624	16,0
Atividades específicas para crianças e adolescentes	62	3,5	134	3,4
Atividades específicas para aposentados	43	2,4	384	9,8
Atividades educacionais	646	36,1	560	14,3
Atividades de educação e formação sindical	277	15,5	1226	31,3
Atividades de intermediação de mão-de-obra	216	12,1	201	5,1
Outros serviços e atividades ⁽¹⁾	222	12,4	337	8,6
TOTAL DE SINDICATOS - BRASIL	1.787		3.911	

■ Fonte: IBGE, Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Serviços de complementação diagnóstica; serviços financeiros, de seguros e habitação; serviços de despachantes; bolsa de empregos; distribuição de material escolar; serviços de comércio; serviços contábeis; serviços de assessoria e de apoio técnico à agropecuária; orientação religiosa; e outros

Obs.: Um mesmo sindicato pode oferecer um ou mais serviços e atividades aos associados ou aos funcionários das empresas associadas





Sindicatos de trabalhadores e empregadores rurais por condição de registro no Ministério do Trabalho e Emprego - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 51

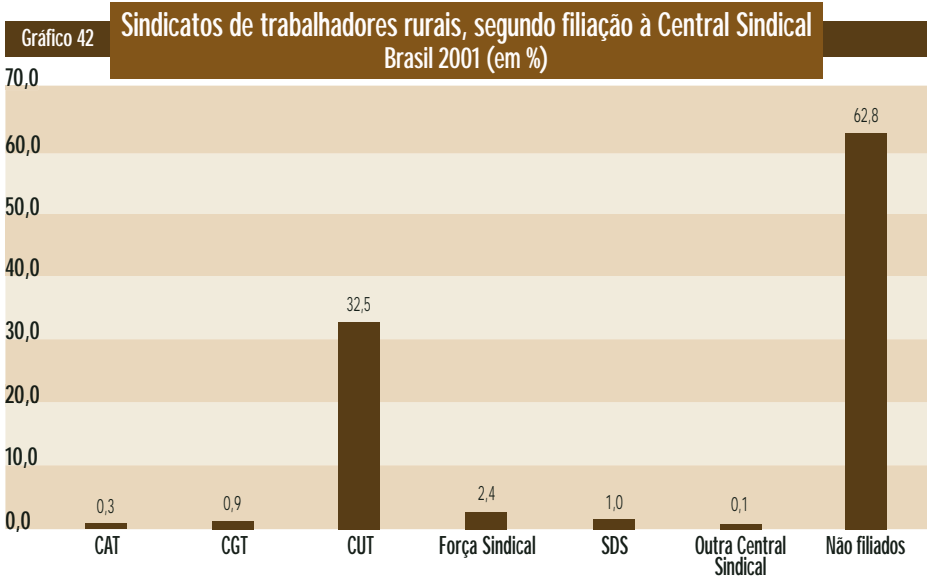
Tipos de Sindicatos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sindicato de Trabalhadores Rurais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com registro ⁽¹⁾	39,2	61,6	74,1	74,2	57,6	64,9
sem registro ⁽²⁾	60,8	38,4	25,9	25,8	42,4	35,1
Sindicato de Empregadores Rurais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
com registro ⁽¹⁾	55,7	67,8	86,4	86,9	72,8	79,0
sem registro ⁽²⁾	44,3	32,2	13,6	13,1	27,2	21,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui apenas os sindicatos que possuem carta de reconhecimento (carta sindical) ou registro sindical no MTE

(2) Inclui os sindicatos que possuem apenas registro em cartório ou registro em cartório e pedido de registro no MTE



Fonte: IBGE, Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE





Distribuição das negociações coletivas realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais por natureza da negociação - Brasil e Grandes Regiões 2001 (em %)

Tabela 52

Natureza da negociação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Negociações realizadas entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos de empresas por Convenção Coletiva ⁽¹⁾	20,7	14,7	28,3	52,6	25,9	25,9
Negociações realizadas entre sindicatos de trabalhadores e empresas por Acordo Coletivo ⁽²⁾	59,3	47,3	50,6	33,3	57,4	47,6
Dissídio ⁽³⁾ de Convenção Coletiva	1,7	3,5	10,8	3,6	3,7	5,4
Dissídio ⁽³⁾ de Acordo Coletivo	2,4	30,6	3,3	1,1	7,9	14,2
Negociações iniciadas no ano de 2001 e não concluídas até 31.12.2001	15,9	3,9	7,0	9,4	5,1	6,8
TOTAL DE NEGOCIAÇÕES (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL DE NEGOCIAÇÕES (em nº absolutos)	295	1.367	938	553	216	3.369

Fonte: IBGE. Pesquisa Sindical
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Termo resultante do processo de negociação entre uma ou mais entidades representativas de trabalhadores e uma ou mais entidades sindicais patronais (sindicato patronal, federação patronal). A convenção coletiva abrange todas as empresas da base da entidade sindical patronal signatária

(2) Instrumento de negociação coletiva em que há, de um lado, um ou mais sindicatos de trabalhadores e, de outro, uma ou mais empresas de determinada categoria econômica, com sua aplicação ocorrendo no âmbito da empresa ou das empresas acordantes

(3) Sentença normativa emitida pelo tribunal, após a frustração do processo negocial







Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar







Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Reforma Agrária

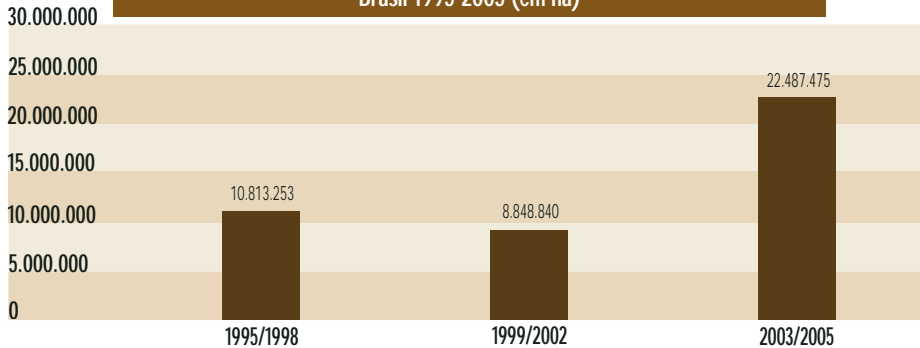






Evolução da área destinada à reforma agrária Brasil 1995-2005 (em ha)

Gráfico 43



Fonte: MDA/Incrá. Balanço 2005
Elaboração: DIEESE

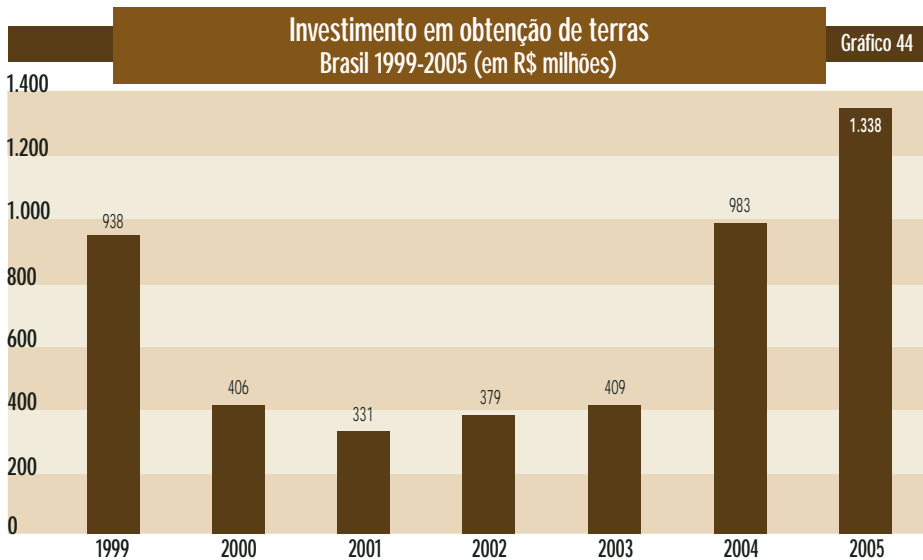


Tabela 53

Número de imóveis e área desapropriada Brasil 1997-2002

Ano	N° de imóveis		Área		Capacidade de assentamento	
	N° absolutos	%	Em 1.000 ha	%	N° de famílias	%
1997	649	23,2	1.953	27,6	60.299	28,0
1998	857	30,6	2.285	32,3	64.747	30,1
1999	499	17,8	1.177	16,6	38.224	17,8
2000	263	9,4	437	6,2	16.287	7,6
2001	305	10,9	735	10,4	22.466	10,4
2002	229	8,2	485	6,9	13.059	6,1
TOTAL	2.844	100,0	7.369	100,0	221.261	100,0

Fonte: Incra. Indicadores Cadastrais
Elaboração: DIEESE



Fonte: MDA/Incrá. Balanço 2005

Elaboração: DIEESE

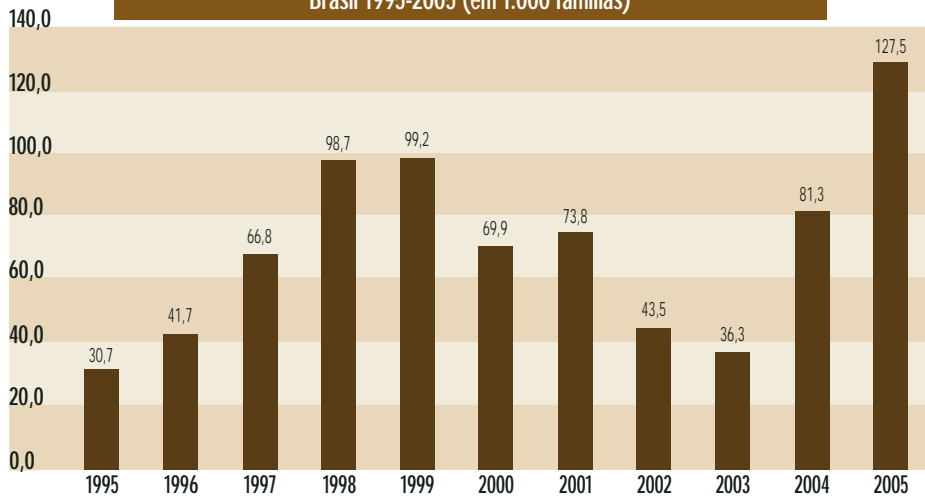
Obs.: Refere-se aos gastos do Incra com desapropriações e com a compra de terras para fins de Reforma Agrária





Gráfico 45

Evolução do número de famílias assentadas Brasil 1995-2005 (em 1.000 famílias)



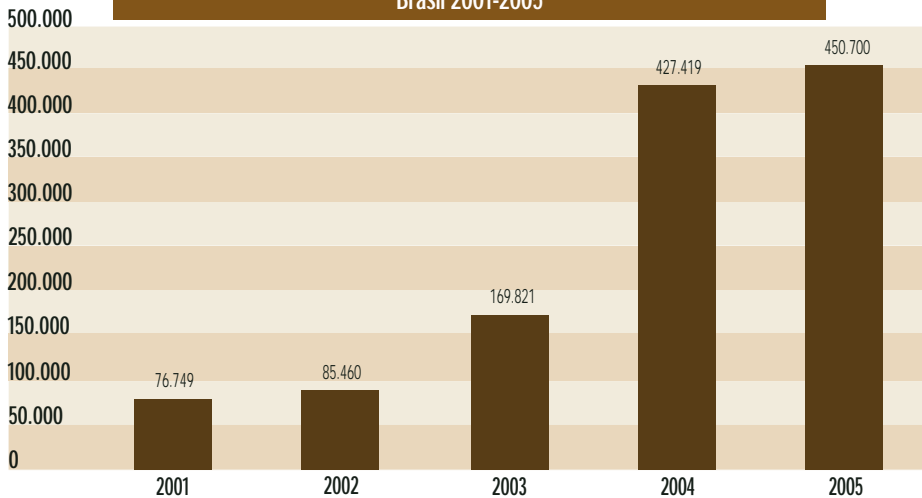
Fonte: MDA. II PNRA; MDA/Incra. Balanço de 2005
Elaboração: DIEESE





Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica Brasil 2001-2005

Gráfico 46



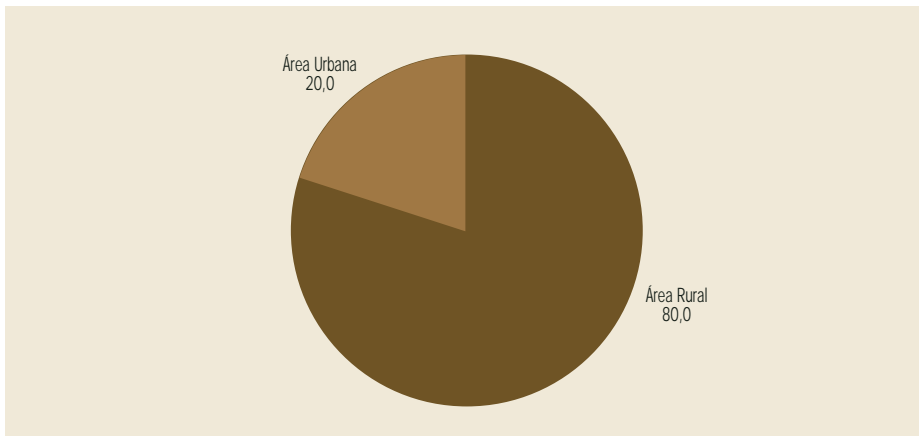
Fonte: MDA/Incrá. Balanço 2005
Elaboração: DIEESE





Gráfico 47

Situação do domicílio dos assentados anterior ao assentamento Regiões Selecionadas ⁽¹⁾ 2000 (em%)



Fonte: NEAD/MDA. Impactos dos assentamentos
Elaboração: DIEESE

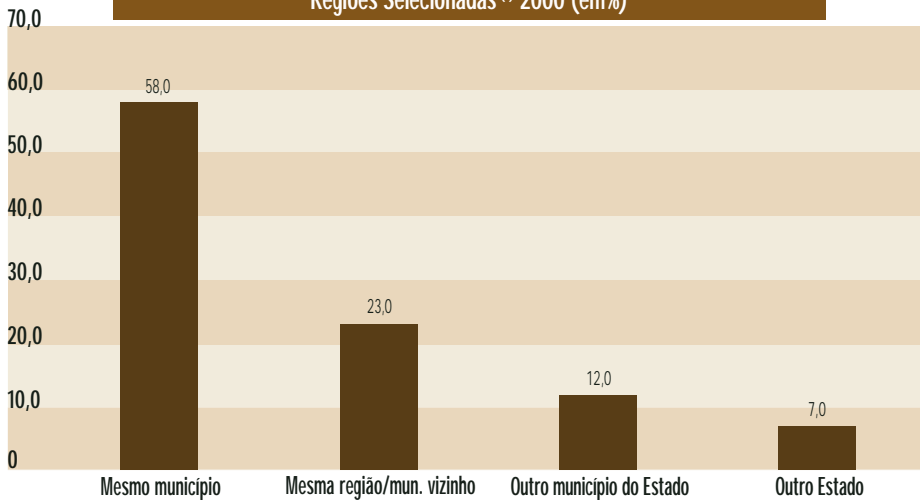
Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste





Moradia dos assentados anterior ao assentamento Regiões Seleccionadas ⁽¹⁾ 2000 (em%)

Gráfico 48



Fonte: NEAD/MDA. Impacto dos assentamentos

Elaboração: DIEESE

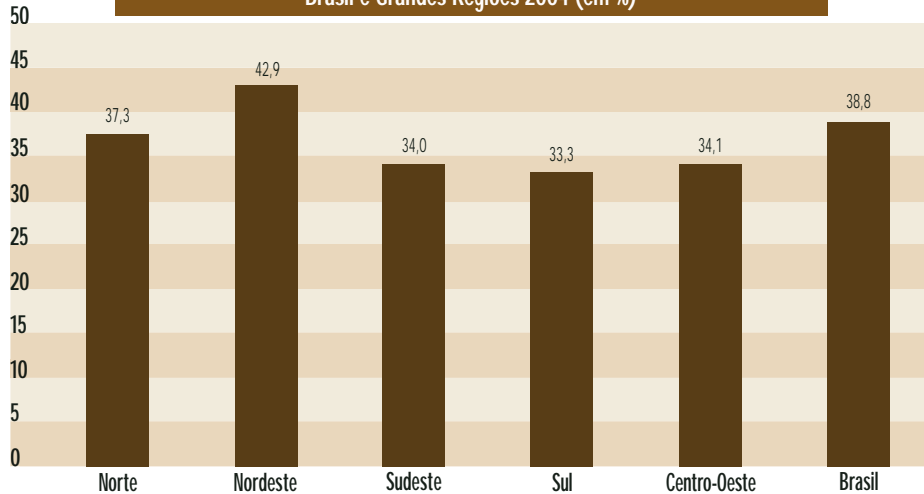
Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste





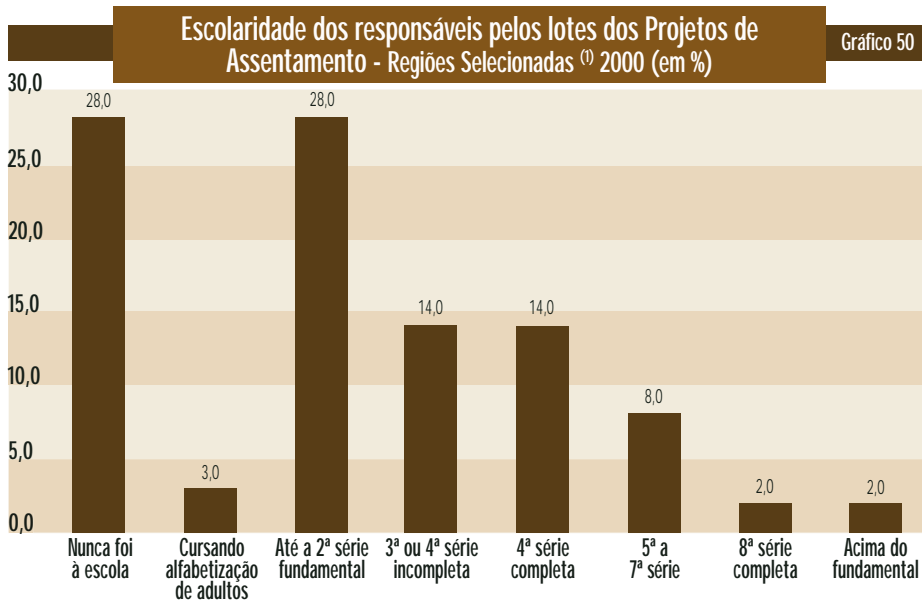
Gráfico 49

Proporção de assentados que frequentam a escola Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)



Fonte: MEC. Inep: MDA. Incra/Pronera - PNERR
Elaboração: DIEESE





Fonte: NEAD/MDA. Impacto dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

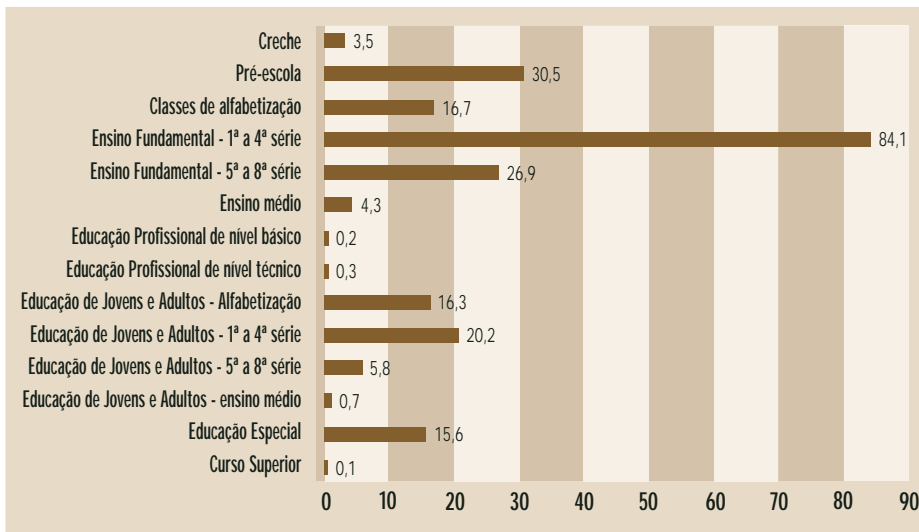
Obs.: Os dados originais não somam 100%





Gráfico 51

Proporção de escolas que atendem assentados que oferecem determinados níveis e modalidades de ensino - Brasil 2004 (em %)



Fonte: MEC. Inep: MDA. Incra/Pronera - PNERA
Elaboração: DIEESE
Obs.: O respondente pode assinalar mais de um nível ou modalidade





Distribuição das escolas que atendem assentados segundo características do perfil dos professores - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Tabela 54

A maioria dos professores da escola	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Trabalha na escola há menos de 2 anos	36,2	28,9	35,7	31,4	33,9	32,0
Trabalha na escola de 2 a 5 anos	44,7	42,5	38,7	34,8	43,1	42,4
Trabalha na escola há mais de 5 anos	19,1	28,6	25,6	33,8	22,9	25,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Leciona há menos de 2 anos na zona rural	19,3	18,8	20,6	21,7	26,4	20,1
Leciona de 2 a 5 anos na zona rural	44,8	40,9	40,2	30,8	39,7	41,1
Leciona há mais de 5 anos na zona rural	35,9	40,3	39,2	47,5	33,9	38,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC. Inep; MDA.Incra/Pronera - PNERA
Elaboração: DIEESE



Tabela 55

Distribuição das escolas que atendem assentados segundo a localização em relação ao assentamento - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

Localização da escola	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Dentro do assentamento na agrovila/centro comunitário	45,4	66,3	41,8	37,1	40,4	54,3
Dentro do assentamento, mas fora da agrovila/centro comunitário	44,3	10,6	23,9	21,5	43,5	25,0
Fora do assentamento/no entorno	10,3	23,1	34,2	41,3	16,0	20,7

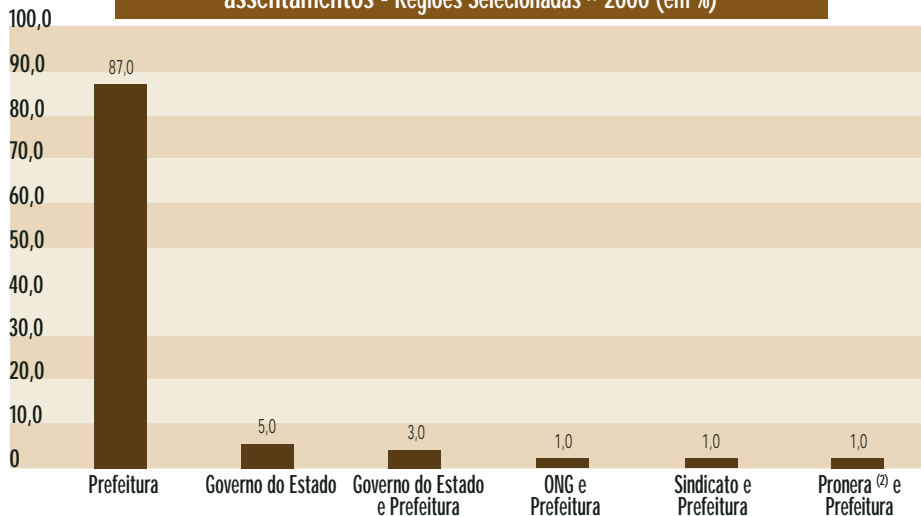
■ Fonte: MEC. Inep: MDA. Incra/Pronera - PNERA
Elaboração: DIEESE





Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos - Regiões Seleccionadas ⁽¹⁾ 2000 (em %)

Gráfico 52



Fonte: NEAD/MDA. Impacto dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

(2) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Obs.: Os dados originais não somam 100%

167





Tabela 56

Posse de bens de consumo duráveis, antes e depois do assentamento Regiões Selecionadas ⁽¹⁾ 2000 (em %)

Tipos de bens de consumo duráveis	Possua pelo menos um eletrodoméstico	
	Antes	Depois
Fogão a gás	52,0	79,0
Geladeira	22,0	37,0
Televisão	27,0	48,0
Antena parabólica	5,0	17,0
Máquina de lavar	5,0	12,0
Freezer	3,0	8,0
Outros ⁽²⁾	25,0	37,0

■ Fonte: NEAD/MDA. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

(2) Aparelho de som ou rádio, liquidificador, ferro elétrico, espremedor, ventilador, máquina de costura





Material de construção das casas, antes e depois do assentamento Regiões Seleccionadas ⁽¹⁾ 2000 (em %)

Tabela 57

Tipos de materiais de construção	De que era feita a casa	
	Antes	Depois
Tijolo ou bloco	39,0	74,0
Madeira aparelhada	6,0	6,0
Madeira aproveitada	18,0	12,0
Barro ou taipa	28,0	6,0
Palha	7,0	3,0
Outros ⁽²⁾	5,0	3,0

■ Fonte: NEAD/MDA. Impactos dos Assentamentos
Elaboração: DIEESE

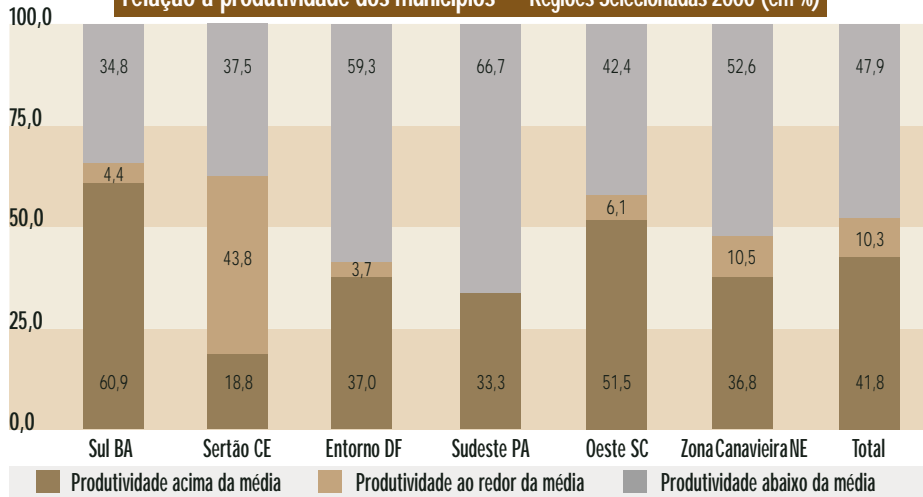
Notas: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

(2) Inclui papelão ou plástico, adobe e terra brasilis



Gráfico 53

Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média ⁽¹⁾ em relação à produtividade dos municípios ⁽²⁾ - Regiões Seleccionadas 2000 (em %)



Fonte: NEAD/MDA. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Foram considerados apenas os produtos mais relevantes em cada região, segundo o percentual dos assentamentos que produzem e vendem e a participação no valor da produção

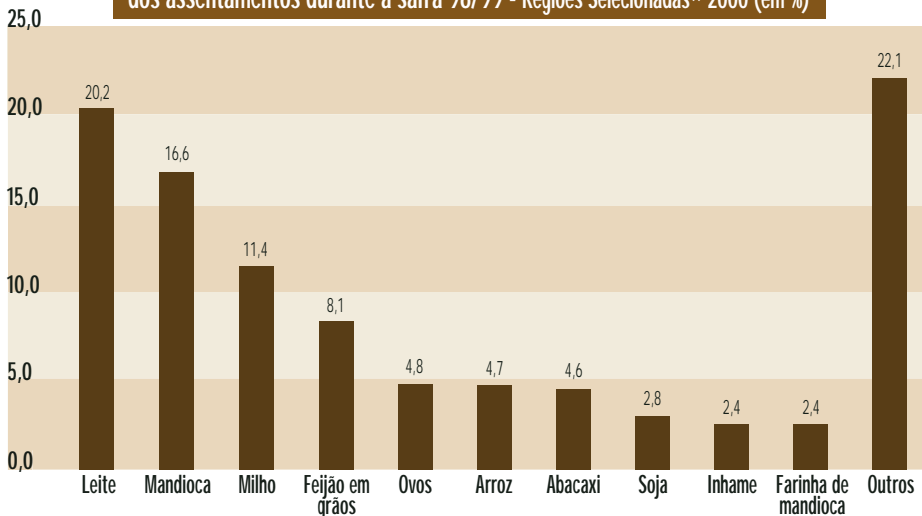
(2) Refere-se aos municípios em que estão inseridos os assentamentos





Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 98/99 - Regiões Selecionadas⁽¹⁾ 2000 (em %)

Gráfico 54



Fonte: NEAD/MDA. Impacto dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste





Tabela 58

Área e número de imóveis que tiveram o cadastro notificado pela Portaria 558/99 ⁽¹⁾ por indicio de grilagem ⁽²⁾ e situação atual do cadastro - Brasil 2002

Situação atual do cadastro	Imóveis	%	Hectares	%
Ativos	710	45,4	13.773.045	22,3
Desapropriados	69	4,4	1.394.048	2,3
Cancelados (SNCR) ⁽³⁾	520	33,3	35.956.319	58,2
Diligência (consulta a órgãos de terras)	264	16,9	10.657.838	17,3
TOTAL	1.563	100,0	61.781.250	100,0

■ Fonte: Inkra. Balanço da Grilagem

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Em dezembro de 1999, o governo instituiu a Portaria Inkra/P n° 558/1999, na qual cancela todos os cadastros de imóveis com área igual ou superior a 10.000 ha, estipulando um prazo de seis meses para que os proprietários pudessem apresentar as documentações que regularizassem seus imóveis

(2) É a prática do apossamento de terras de forma ilegal por meio de documentos falsificados

(3) Sistema Nacional de Cadastro Rural



Número de comunidades quilombolas ⁽¹⁾ identificadas pelo Governo Federal - Estados da Federação 2000-2005

Tabela 59

Estados da Federação	2000	2005	Estados da Federação	2000	2005
Alagoas	10	37	Paraná	1	7
Amapá	1	16	Pernambuco	15	59
Amazonas	1	1	Piauí	25	68
Bahia	245	315	Rio de Janeiro	14	22
Ceará	5	72	Rio Grande do Norte	15	62
Espírito Santo	15	47	Rio Grande do Sul	9	132
Goiás	7	15	Rondônia	2	5
Maranhão	172	539	Santa Catarina	4	8
Mato Grosso	2	76	São Paulo	33	71
Mato Grosso do Sul	6	20	Sergipe	23	35
Minas Gerais	69	174	Tocantins	1	6
Pará	36	340	TOTAL	724	2.146
Paraíba	13	19			

■ Fonte: MinC, Fundação Cultural Palmares (2000); SEPIR (2005)
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos."





Tabela 60

**Dimensões dos módulos fiscais
Brasil e Estados da Federação 2006 (em hectares)**

Estados da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais freqüente
Norte			
Acre	100	70	100
Amapá ⁽¹⁾	70	50	70/50
Amazonas	100	80	100
Pará	75	5	70
Rorônia ⁽²⁾	60	60	60
Roraima	100	80	80
Tocantins	80	70	80
Nordeste			
Alagoas	70	7	16
Bahia	70	5	65
Ceará	90	5	55
Maranhão	75	15	75
Paraíba	60	7	55
Pernambuco	70	5	14
Piauí	75	15	70
Rio Grande do Norte	70	7	35
Sergipe	70	5	70

174

continua





conclusão

Dimensões dos módulos fiscais Brasil e Estados da Federação 2006 (em hectares)

Tabela 60

Estados da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais freqüente
Sudeste			
Espírito Santo	60	7	20
Minas Gerais	70	5	30
Rio de Janeiro	35	5	10
São Paulo	40	5	16
Sul			
Paraná	30	5	18
Rio Grande do Sul	40	5	20
Santa Catarina	24	7	20
Centro Oeste			
Distrito Federal ⁽²⁾	5	5	5
Goiás	80	7	30
Mato Grosso	100	30	80
Mato Grosso do Sul	110	15	45

■ Fonte: Incra

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) As dimensões 50 ha e de 70 ha são, ambas, as mais freqüentes no estado

(2) Módulo único

Obs.: a) As variações resultam do fato de que o Incra determina o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso etc; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra

175







Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Agricultura Familiar

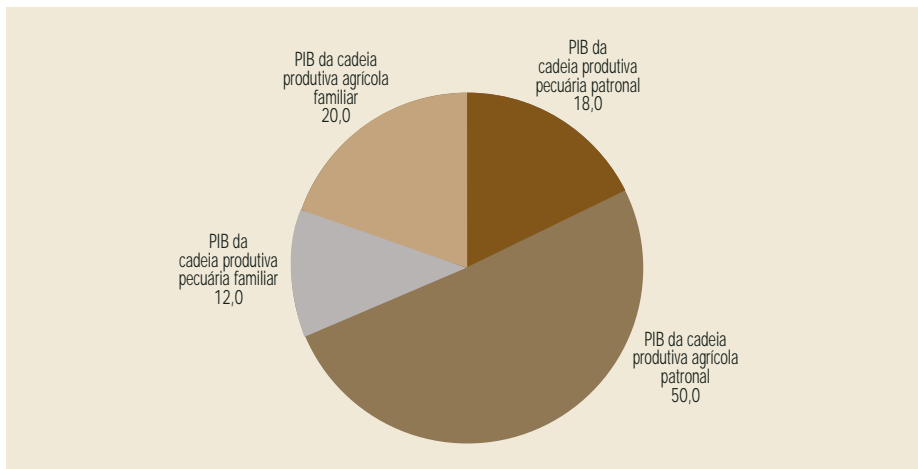






Distribuição do PIB das cadeias produtivas segundo o tipo de produtor Brasil 2004 (em %)

Gráfico 55



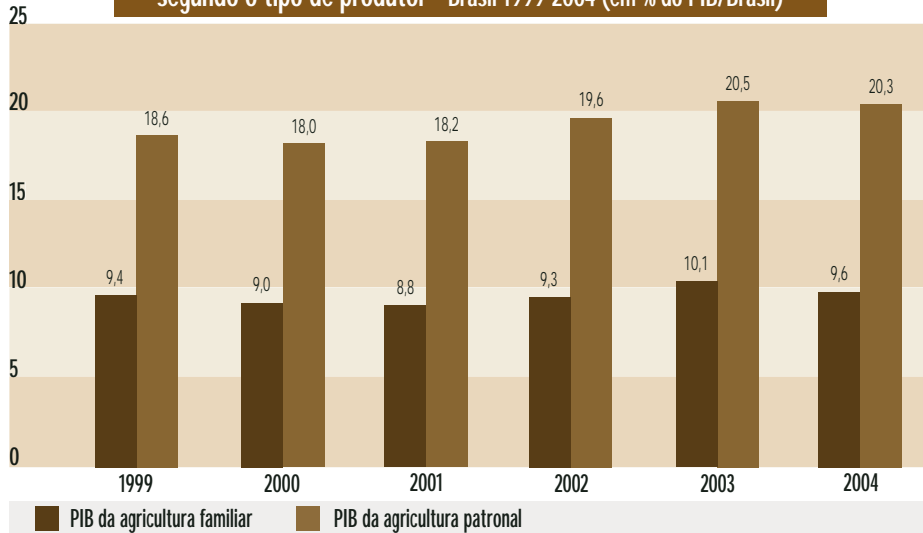
Fonte: NEAD/MDA. Estudo sobre o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul
Elaboração: DIEESE

Obs.: O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)



Gráfico 56

Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura no PIB segundo o tipo de produtor - Brasil 1999-2004 (em % do PIB/Brasil)



Fonte: NEAD/MDA. Estudo sobre o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul

Elaboração: DIEESE

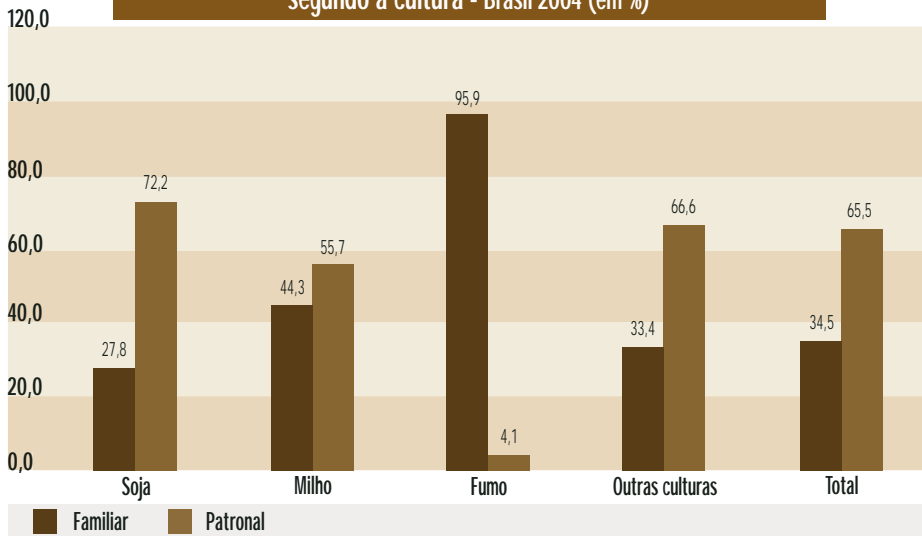
Obs.: O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)





Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor segundo a cultura - Brasil 2004 (em %)

Gráfico 57



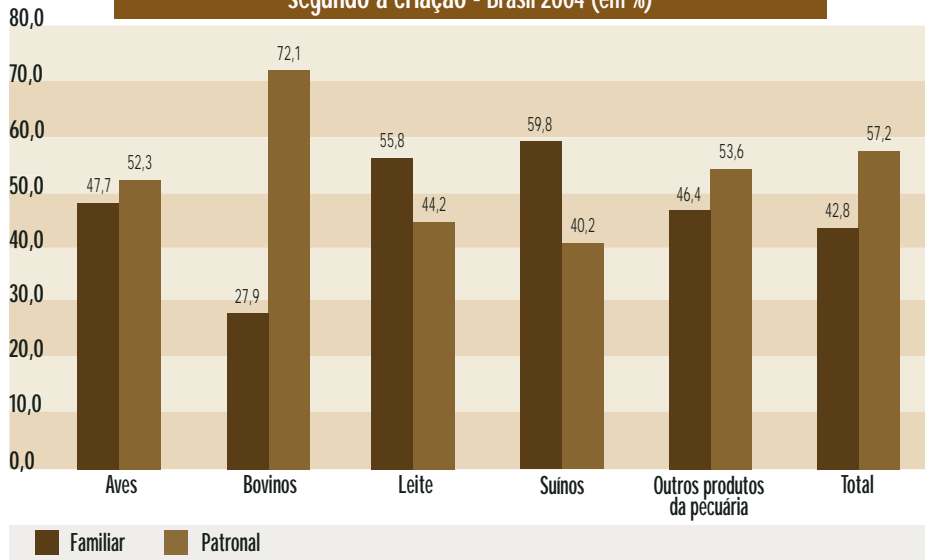
Fonte: NEAD/MDA, Estudo sobre o nível de atividade do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul
Elaboração: DIEESE





Gráfico 58

Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor segundo a criação - Brasil 2004 (em %)



Fonte: NEAD/MDA. Estudos sobre o nível de atividade do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul
Elaboração: DIEESE





Distribuição do pessoal ocupado por grau de integração no mercado ⁽¹⁾ dos estabelecimentos em que estão ocupados - Brasil 1995-1996 (em %)

Tabela 61

Pessoal Ocupado	Muito integrado	Integrado	Pouco integrado	Total familiar
Familiar maior de 14 anos	72,3	74,2	74,3	74,0
Familiar menor de 14 anos	10,7	14,1	16,1	14,3
Parceiros	4,7	2,2	1,2	2,2
Empregados permanentes	9,3	7,2	6,3	7,2
Empregados temporários	1,1	0,9	0,8	0,9
Outra condição	1,8	1,3	1,2	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inkra. Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de Integração: relação entre valor da produção vendida e o valor bruto da produção (VPV/VBP). O estabelecimento está "muito integrado" ao mercado quando este grau está acima de 90%; está "integrado" quando o grau está entre 50% e 90%; e "pouco integrado" quando o grau é inferior a 50%



Tabela 62

Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo a propriedade da terra e os tipos de renda da agricultura familiar - Brasil 1995-1996

Propriedade da terra e tipos de renda	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$ 1.000	%
Total familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
Maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
Renda média	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
Renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6
Quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
Instituições religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Entidades públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0
TOTAL	4.859.732	100,0	353.602.962	100,0	47.795.509	100,0

■ Fonte: Incra. Sade

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os estabelecimentos cuja propriedade da terra não foi identificada



Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o grau de integração no mercado ⁽¹⁾ - Brasil 1995-1996

Tabela 63

Grau de integração no mercado	Estabelecimentos		Área		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$ 1.000	%
Muito integrado	799.911	19,3	23.310.621	21,6	7.033.198	38,8
Integrado	1.422.675	34,4	40.350.389	37,4	6.741.870	37,2
Pouco integrado	1.824.046	44,1	41.166.807	38,2	4.342.656	24,0
Grau de integração não identificado	92.737	2,2	2.940.632	2,7	0,0	0,0
TOTAL FAMILIAR	4.139.369	100,0	107.768.450	100,0	18.117.725	100,0

Fonte: Inbra. Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de integração: relação entre valor da produção vendida e o valor bruto da produção (VPV/VBP). O estabelecimento está "muito integrado" ao mercado quando este grau está acima de 90%; está "integrado" quando o grau está entre 50% e 90%; e "pouco integrado" quando o grau é inferior a 50%



Tabela 64

Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o grau de especialização ⁽¹⁾ - Brasil 1995-1996

Grau de especialização	Estabelecimentos		Área		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$ 1.000	%
Muito especializado	476.806	11,5	9.362.361	8,7	1.748.276	9,6
Especializado	1.217.411	29,4	33.929.210	31,5	8.066.985	44,5
Diversificado	1.825.995	44,1	48.210.687	44,7	6.660.577	36,8
Muito diversificado	526.420	12,7	13.325.559	12,4	1.641.886	9,1
Grau de especialização não identificado	92.737	2,2	2.940.632	2,7	0	0,0
TOTAL FAMILIAR	4.139.369	100,0	107.768.450	100,0	18.117.725	100,0

Fonte: Inbra. Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de especialização: proporção do valor da produção do principal produto com relação ao valor bruto da produção. Nos estabelecimentos "muitos especializados" esta proporção corresponde a 100%; nos "especializados" esta proporção varia de 65% a 100%; nos "diversificados" de 35% a 65%; nos "muito diversificados" esta proporção é inferior a 35%





Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção da agricultura familiar segundo o tipo de mão-de-obra utilizada - Brasil 1995-1996

Tabela 65

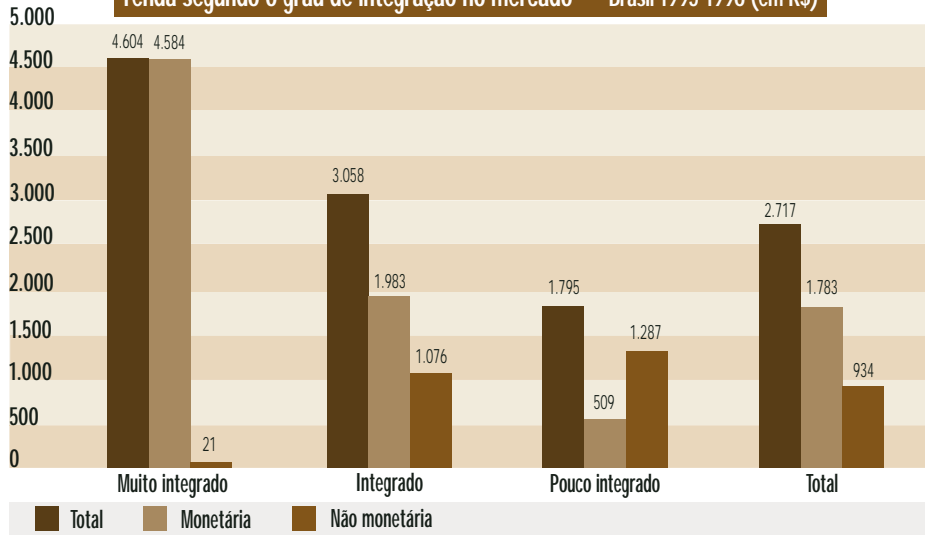
Tipo de mão-de-obra	Estabelecimentos		Área		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$ 1.000	%
Só mão-de-obra familiar	3.183.221	76,9	62.995.259	58,5	10.733.196	59,2
Mão-de-obra familiar e temporária	197.185	4,8	5.951.935	5,5	1.038.694	5,7
Mão-de-obra familiar, temporária e permanente	12.919	0,3	1.190.677	1,1	219.764	1,2
Mão-de-obra familiar e emprego de máquinas	242.383	5,9	7.521.209	7,0	2.092.048	11,5
Mão-de-obra familiar e demais combinações	503.661	12,2	30.109.369	27,9	4.034.023	22,3
TOTAL FAMILIAR	4.139.369	100,0	107.768.450	100,0	18.117.725	100,0

Fonte: Incra. Sade
Elaboração: DIEESE



Gráfico 59

Renda média dos estabelecimentos da agricultura familiar por tipo de renda segundo o grau de integração no mercado ⁽¹⁾ - Brasil 1995-1996 (em R\$)



Fonte: Inkra, Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de integração: relação entre valor da produção vendida e o valor bruto da produção (VPV/VBP). O estabelecimento está "muito integrado" ao mercado quando este grau está acima de 90%; está "integrado" quando o grau está entre 50% e 90%; e "pouco integrado" quando o grau é inferior a 50%





Distribuição da área dos estabelecimentos da agricultura familiar por condição do produtor segundo grau de integração no mercado⁽¹⁾ - Brasil 1995-1996 (em %)

Tabela 66

Grau de integração no mercado	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Muito integrado	21,1	48,0	27,1	16,4
Integrado	37,9	27,7	35,7	34,1
Pouco integrado	38,3	17,7	35,6	47,6
Grau de integração não identificado	2,7	6,6	1,6	1,9
TOTAL FAMILIAR	100,0	100,0	100,0	100,0

■ Fonte: Inkra. Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de Integração: relação entre valor da produção vendida e o valor bruto da produção (VPV/VBP). O estabelecimento está "muito integrado" ao mercado quando este grau está acima de 90%; está "integrado" quando o grau está entre 50% e 90%; e "pouco integrado" quando o grau é inferior a 50%





Tabela 67

Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar por tipo de tecnologia empregada segundo grau de especialização da produção ⁽¹⁾ - Brasil 1995-1996 (em %)

Grau de especialização	Só força manual	Uso de força animal ou mecânica	Energia elétrica	Assistência técnica	Associação cooperativa	Uso de adubos e corretivos	Total
Muito especializado	33,1	20,8	13,9	8,3	5,4	18,6	100,0
Especializado	24,4	23,2	18,5	9,3	6,0	18,5	100,0
Diversificado	23,6	26,1	18,6	7,7	6,3	17,8	100,0
Muito diversificado	18,9	27,7	19,5	7,6	7,5	18,9	100,0
Grau de especialização não identificado	45,4	18,2	13,1	8,3	4,6	10,3	100,0
TOTAL FAMILIAR	24,6	24,8	18,1	8,2	6,2	18,1	100,0

Fonte: Inkra, Sade
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Grau de especialização: proporção do valor da produção do principal produto com relação ao valor bruto da produção. Nos estabelecimentos "muito especializados" esta proporção corresponde a 100%; nos "especializados" esta proporção varia de 65% a 100%; nos "diversificados" de 35% a 65%; nos "muito diversificados" esta proporção é inferior a 35%





Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

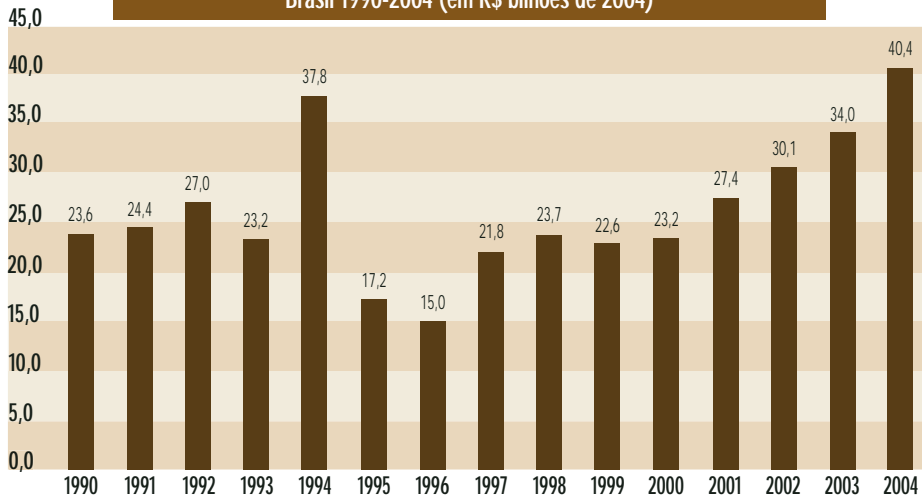
Crédito





Evolução do crédito rural Brasil 1990-2004 (em R\$ bilhões de 2004)

Gráfico 60



Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE





Tabela 68

Valor dos financiamentos rurais concedidos por finalidade segundo a fonte de recursos - Brasil 2004

Fonte de recurso	Custeio		Investimento	
	Em R\$ 1.000	%	Em R\$ 1.000	%
FAT ⁽¹⁾	973.550	33,0	549.070	38,1
FCO ⁽²⁾	122.813	4,2	144.469	10,0
FNE ⁽³⁾	32.276	1,1	324.219	22,5
Funcafé ⁽⁴⁾	4.449	0,2	0	0,0
MCR 6.2 ⁽⁵⁾	785.040	26,6	656	0,0
Poupança Rural ⁽⁶⁾	7.376	0,3	0	0,0
RPL ⁽⁷⁾	132.918	4,5	110	0,0
RTN ⁽⁸⁾	888.436	30,1	423.406	29,4
TOTAL	2.946.859	100,0	1.441.932	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DICESE

Notas: (1) FAT: Recurso proveniente do Fundo Amparo ao Trabalhador

(2) FCO: Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

(3) FNE: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

(4) Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

(5) MCR: Manual do Crédito Rural. Pelas regras do MCR 6.2, os bancos devem aplicar 25% dos seus recursos de depósitos à vista em empréstimos para o meio rural

(6) Poupança Rural: Recurso proveniente da caderneta de poupança rural

(7) RPL: Rentabilidade do Patrimônio Líquido

(8) RTN: Recursos provenientes do Tesouro Nacional





Operações de crédito rural por origem do recurso Brasil 2005 ⁽¹⁾

Tabela 69

Sistema financeiro	Em R\$ milhões	%
Privado nacional ⁽²⁾	15.825	24,0
Público ⁽³⁾	39.165	59,3
Estrangeiro ⁽⁴⁾	11.062	16,7
TOTAL DO SISTEMA FINANCEIRO	66.052	100,0

■ Fonte: Banco Central. Indicadores econômicos consolidados

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Saldo no final de dezembro de 2005. Dados preliminares

(2) Refere-se às instituições em que as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e residentes no País detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25/1/1993

(3) Refere-se às instituições em que os governos federal, estadual ou municipal detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25/1/1993

(4) Refere-se às instituições que tenham sob controle estrangeiro, direta ou indiretamente, maioria do capital votante. Inclui, também, as constituídas e sediadas no exterior com dependência ou filial no País, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25/1/1993



Tabela 70

Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas segundo faixa de financiamento - Brasil 2004

Faixa de financiamento	Contrato		Valor	
	Nº absoluto	%	Em R\$ milhões	%
De 0 a 60.000	2.641.994	96,2	15.743	38,9
De 60.001 a 150.000	65.744	2,4	6.326	15,6
De 150.001 a 300.000	23.557	0,9	4.834	12,0
Acima de 300.000	14.292	0,5	13.543	33,5
TOTAL	2.745.587	100,0	40.446	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE



Financiamentos concedidos às cooperativas Brasil e Grandes Regiões 2004

Tabela 71

Brasil e Grandes Regiões	Contrato		Valor		Área financiada	
	Nº absolutos	%	Em R\$ 1.000	%	Hectares	%
Norte	11	0,3	836	0,0	500	0,0
Nordeste	63	1,4	29.705	0,7	18.581	1,3
Sudeste	1.149	26,4	1.241.507	29,2	224.334	15,8
Sul	2.866	65,8	2.752.530	64,7	1.180.305	82,9
Centro-Oeste	264	6,1	226.527	5,3	86	0,0
BRASIL	4.353	100,0	4.251.105	100,0	1.423.806	100,0

Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE



Tabela 72

Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf Brasil e Grandes Regiões 2002/2003 - 2005/2006

Desempenho do Pronaf	Ano-agricola	Norte	Nodeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Montante (em R\$ milhões)	2002/2003	201,1	393,1	389,9	1.205,7	186,7	2.376,4
	2003/2004	549,2	888,0	783,2	1.925,2	344,9	4.490,5
	2004/2005	614,2	1.146,9	1.046,9	2.887,1	381,3	6.076,3
	2005/2006	686,9	1.888,3	1.470,9	2.928,6	532,3	7.507,1
Número de Contratos (em 1.000)	2002/2003	35.145	285.595	118.358	435.009	30.104	904.211
	2003/2004	91.729	545.745	194.640	500.171	57.881	1.390.166
	2004/2005	99.591	559.827	236.348	678.312	57.704	1.631.782
	2005/2006	96.982	804.988	303.623	630.820	67.443	1.903.856

Fonte: MDA. Pronaf / Sistema de Monitoramento e Avaliação

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) exclui os contratos com região geográfica não identificada

b) dados de agosto de 2006



Evolução dos municípios atendidos pelo Pronaf Brasil 2001/2002 - 2005/2006 (nº absolutos)

Tabela 73

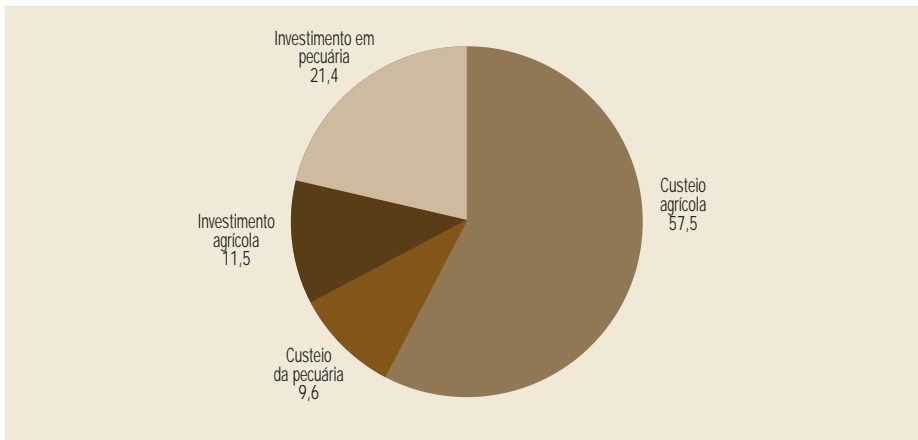
Ano Agrícola	Municípios com crédito
2001/2002	4.640
2002/2003	4.868
2003/2004	5.228
2004/2005	5.343
2005/2006	5.337

Fonte: MDA, SAF
Elaboração: DIEESE



Gráfico 61

Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf ⁽¹⁾ segundo atividade e finalidade - Brasil 2004 (em %)



Fonte: Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Obs.: De acordo com o art. 1, inciso III, da Resolução nº 2.321, de 09/10/96, as Instituições Financeiras estão dispensadas do registro das operações de investimento no Sistema Recor. Os dados de investimentos, portanto, não espelham necessariamente o volume de recursos concedidos para esta finalidade, no âmbito do Pronaf





Valor financiado pelo Pronaf ⁽¹⁾ e variação em relação ao ano-agrícola ⁽²⁾ anterior segundo modalidade de financiamento - Brasil e Grandes Regiões 2004-2005

Tabela 74

Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ milhões	Variação 2004-2005/2003-2004 (em %)	Em R\$ milhões	Variação 2004-2005/2003-2004 (em %)	Em R\$ milhões	Variação 2004-2005/2003-2004 (em %)
Norte	216	23,9	398	6,2	614	11,8
Nordeste	385	6,9	762	44,3	1.147	29,2
Sudeste	774	43,7	273	11,6	1.047	33,7
Sul	2.173	64,4	714	18,4	2.887	50,0
Centro-Oeste	221	30,9	160	-9,0	381	10,5
BRASIL	3.770	47,0	2.306	19,8	6.076	35,3

Fonte: MDA. SAF
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

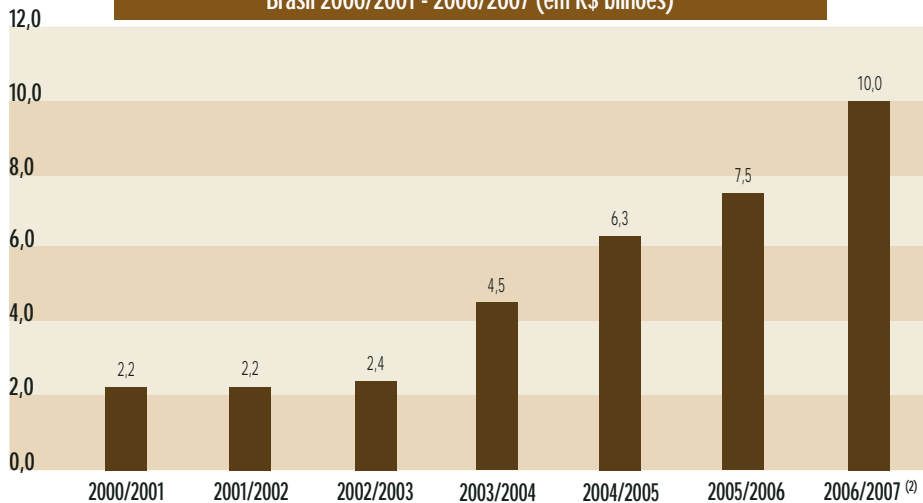
(2) No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho





Gráfico 62

Evolução do crédito do Pronaf ⁽¹⁾ por ano-agrícola Brasil 2000/2001 - 2006/2007 (em R\$ bilhões)



Fonte: MDA, SAF

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(2) Projeção

Obs.: a) No Brasil o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho
b) Valores contratados





Evolução do número de contratos e do montante do crédito rural do Pronaf ⁽¹⁾ - Brasil 1997/1998 - 2006/2007

Tabela 75

Ano agrícola	Nº de contratos (em 1.000)	Variação em relação ao ano anterior (em %)	Montante (em R\$ milhões)	Variação em relação ao ano anterior (em %)
1997/1998	533	.	1.338	.
1998/1999	645	21,0	1.467	9,6
1999/2000	928	43,9	2.152	46,7
2000/2001	893	-3,8	2.168	0,7
2001/2002	933	4,5	2.189	1,0
2002/2003	904	-3,1	2.376	8,5
2003/2004	1.390	53,8	4.490	89,0
2004/2005	1.632	17,4	6.077	35,3
2005/2006	1.904	16,7	7.507	23,5
2006/2007 ⁽²⁾	2.000	5,0	10.000	33,2

■ Fonte: MDA.SAF

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(2) Projeção

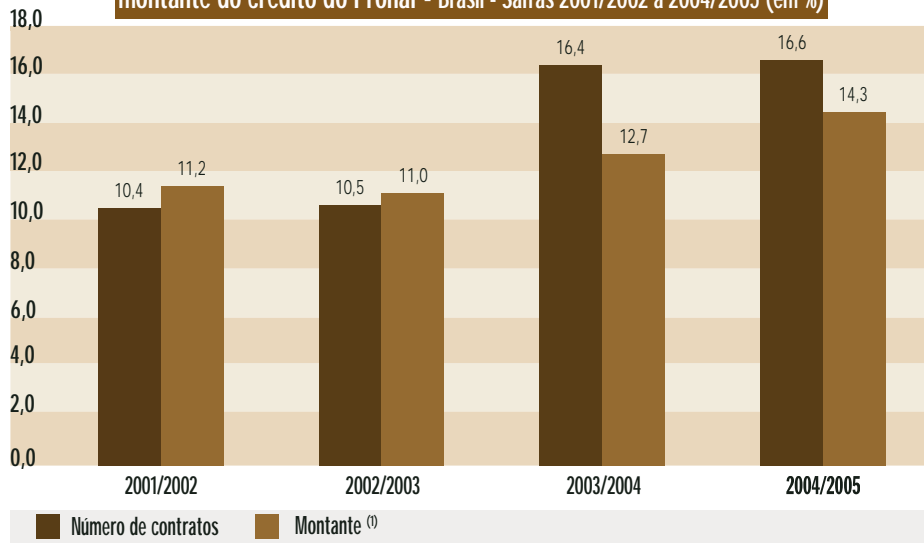
Obs.: No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho





Gráfico 63

Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf - Brasil - Safras 2001/2002 a 2004/2005 (em %)



Fonte: PPIGRE/MDA. Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estimativa do montante das operações





Variação do crédito do Pronaf ⁽¹⁾ em relação ao ano-agrícola anterior segundo modalidade e linha de crédito - Brasil 2002-2005 (em %)

Tabela 76

Modalidade e linha de crédito	2002/2003		2003/2004		2004/2005		
	Nº de contratos	Valor financiado	Nº de contratos	Valor financiado	Nº de contratos	Valor financiado	
Custeio	Grupo A/C ⁽²⁾	66,2	93,9	139,9	203,3	-32,1	-24,6
	Grupo C ⁽³⁾	1,6	3,2	43,0	81,8	6,8	34,2
	Grupo D ⁽⁴⁾	-14,4	4,7	15,4	44,1	20,2	34,5
	Grupo E ⁽⁵⁾	-	-	-	-	31,2	69,9
	CUSTEIO TOTAL	-4,6	4,8	39,4	84,1	18,1	47,0
Investimento	Agroindústria familiar	-	-	-	-	-	-
	Grupo A ⁽⁶⁾	15,4	17,8	-15,3	11,4	-10,1	-11,5
	Grupo B ⁽⁷⁾	-9,5	-9,4	138,7	368,2	7,5	9,7
	Grupo C ⁽³⁾	31,8	13,4	39,4	88,6	47,5	11,3
	Grupo D ⁽⁴⁾	16,0	17,0	83,4	145,0	21,8	32,0
	Grupo E ⁽⁵⁾	-	-	-	-	60,8	89,5
INVESTIMENTO TOTAL	1,3	14,3	91,8	95,9	15,9	19,8	
TOTAL	-3,1	8,6	53,7	89,0	17,4	35,3	

Fonte: MDA. SAF. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A; (3) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil; (4) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil; (5) (Proger Familiar Rural) - Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção; (6) É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas; (7) É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda. Obs.: No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho

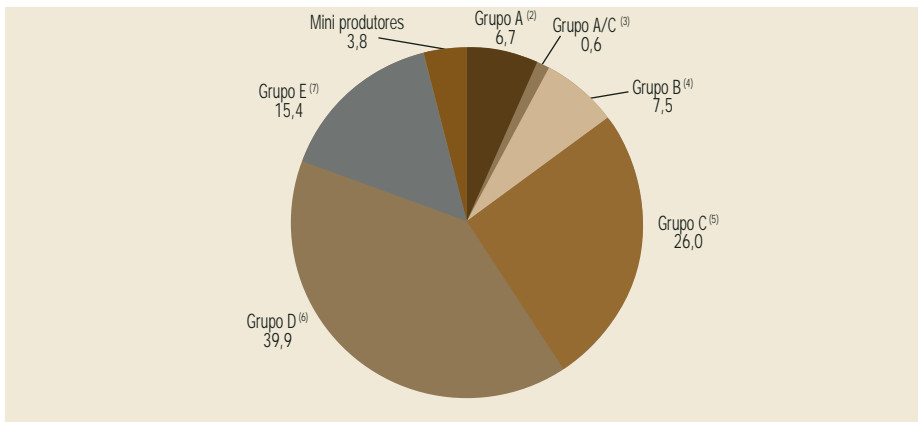
205





Gráfico 64

Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf⁽¹⁾ Brasil 2005 (em %)



Fonte: MDA, SAF
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas; (3) É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A; (4) É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda; (5) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil; (6) Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil; (7) (Proger Familiar Rural) – Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção. Obs.: Os dados referem-se ao ano fiscal





Evolução da participação dos grupos A e A/C no total de contratos e no montante do crédito do Pronaf ⁽¹⁾ - Brasil 2000-2005

Tabela 77

Ano	Pronaf A ⁽²⁾		Pronaf A/C ⁽³⁾		Total absoluto de crédito rural do Pronaf	
	Nº de contratos (em %)	Montante (em %)	Nº de contratos (em %)	Montante (em %)	Nº de contratos	Montante (em R\$ 1.000)
2000	9,9	21,3	0,2	0,1	969.727	2.188.635
2001	4,1	15,3	0,5	0,4	910.466	2.153.351
2002	4,4	17,3	1,5	1,0	953.247	2.404.851
2003	4,0	14,2	1,9	1,3	1.138.112	3.806.899
2004	2,2	7,9	1,2	0,8	1.611.105	5.747.363
2005	1,7	6,7	0,9	0,6	1.454.534	5.372.741

Fonte: MDA.SAF
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(2) É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas

(3) É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A

Obs.: Os dados referem-se ao ano fiscal





Tabela 78

**Evolução das cooperativas de crédito ⁽¹⁾
Brasil 2000-2005**

Descrição	2000	2001		2002	
	N° absolutos	N° absolutos	2001/2000 (em %)	N° absolutos	2002/2001 (em %)
Centrais de crédito ⁽³⁾	1	1	0,0	1	0,0
Cooperativas singulares ⁽⁴⁾	43	58	34,9	89	53,4
PACs ⁽⁵⁾	17	22	29,4	38	72,7
Estados	4	5	25,0	7	40,0
Municípios	290	410	41,4	649	58,3
Sócios	32.500	42.000	29,2	56.800	35,2
Patrimônio	7.200.000	10.800.000	50,0	15.850.000	46,8
Depósitos	18.000.000	31.200.000	73,3	53.800.000	72,4
Empréstimos ⁽⁶⁾	10.200.000	17.000.000	66,7	29.300.000	72,4
Repasses/Serviços do Pronaf	40.000.000	65.000.000	62,5	105.000.000	61,5

continua



conclusão

Evolução das cooperativas de crédito ⁽¹⁾ Brasil 2000-2005

Tabela 78

Descrição	2003		2004		2005 ⁽²⁾	
	Nº absolutos	2003/2002 (em %)	Nº absolutos	2004/2003 (em %)	Nº absolutos	2005/2004 (em %)
Centrais de crédito ⁽³⁾	2	100,0	3	50,0	4	33,3
Cooperativas singulares ⁽⁴⁾	105	18,0	127	21,0	156	22,8
PACs ⁽⁵⁾	47	23,7	62	31,9	69	11,3
Estados	12	71,4	13	8,3	14	7,7
Municípios	891	37,3	964	8,2	1.142	18,5
Sócios	78.000	37,3	108.000	38,5	130.000	20,4
Patrimônio	30.200.000	90,5	45.930.000	52,1	63.000.000	37,2
Depósitos	79.800.000	48,3	102.200.000	28,1	118.000.000	15,5
Empréstimos ⁽⁶⁾	57.200.000	95,2	92.830.000	62,3	117.000.000	26,0
Repasses/Serviços do Pronaf	175.000.000	66,7	220.000.000	25,7	320.000.000	45,5

■ Fonte: Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Corresponde às cooperativas filiadas a Ancosol (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária)

(2) Os dados de 2005 correspondem aos meses de janeiro a outubro

(3) Centrais de crédito: são as centralizadoras formadas pela associação de cooperativas; sua função é fazer as negociações financeiras, além de prestar serviços de assessoria às filiadas, tais como: auditoria, capacitação, etc.

(4) Cooperativas singulares: são as cooperativas individuais, que provavelmente ainda não têm vínculo com as centrais

(5) PACs: Posto de Atendimento às Cooperativas. Geralmente funcionam como correspondente bancário, pois estão instalados em municípios ou na área rural onde este acesso é restrito

(6) Correspondem somente aos recursos do Pronaf, excluindo recursos próprios

209





Tabela 79

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Estados da Federação 2003-2005

Estados da Federação	2003		2004		2005	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Alagoas	176	2.035,0	407	4.508,2	190	2.080,5
Bahia	816	14.977,0	528	11.038,9	692	12.222,3
Ceará	326	9.443,0	256	8.741,6	425	12.822,4
Espírito Santo	128	1.044,0	330	1.993,0	409	2.276,5
Goiás	136	2.051,0	-	-	-	-
Maranhão	980	23.698,0	893	20.258,4	1.930	36.936,4
Minas Gerais	582	140.938,0	428	7.688,3	183	2.040,0
Mato Grosso	494	9.341,0	-	-	80	1.142,9
Paraíba	534	12.467,0	402	8.627,6	433	12.332,4
Pernambuco	344	9.035,0	104	2.101,8	521	9.987,5
Piauí	993	25.384,0	1.567	41.906,3	1.428	35.547,5
Paraná	387	3.453,0	-	-	168	1.038,0
Rio de Janeiro	17	319,0	-	-	15	254,2

continua





conclusão

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Estados da Federação 2003-2005

Tabela 79

Estados da Federação	2003		2004		2005	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Rio Grande do Norte	453	7.519,0	724	14.276,7	751	15.602,6
Rio Grande do Sul	1.757	20.233,0	24	181,6	847	7.660,6
Santa Catarina	455	7.427,0	88	1.340,0	913	9.585,1
Sergipe	242	1.819,0	278	2.788,9	287	2.753,3
São Paulo	119	521,0	-	-	-	-
Tocantins	199	4.974,0	-	-	39	1.018,6
TOTAL	9.138	296.678,0	6.029	125.451,1	9.311	165.300,8

Fonte: MDA. CGPMA/SRA

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados de circulação interna da SRA





Capítulo 6

Indicadores Agropecuários





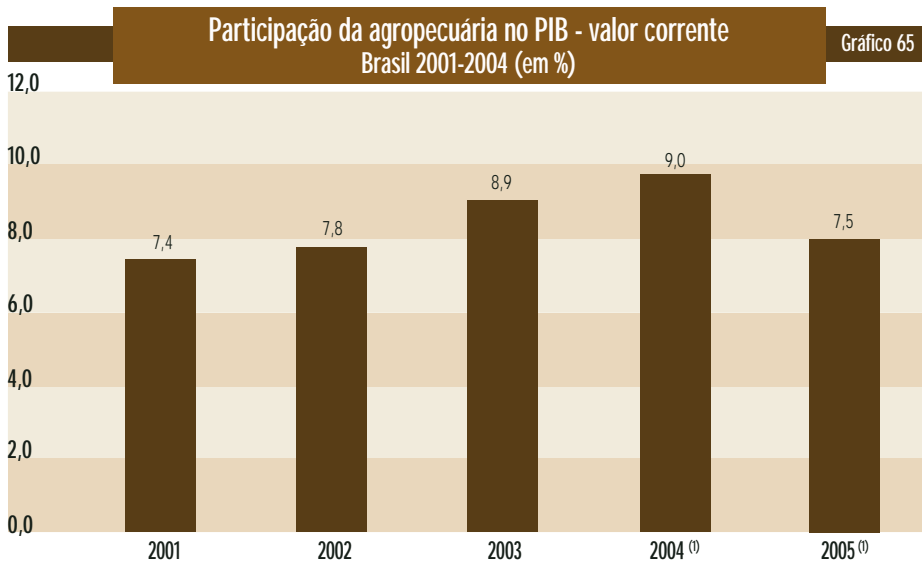


Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

Desempenho da Agropecuária





Fonte: IBGE, Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Resultados calculados a partir de Contas Nacionais Trimestrais





Tabela 80

Distribuição do valor adicionado bruto⁽¹⁾ da agropecuária Brasil e Grandes Regiões 2001-2003 (em%)

Brasil e Grandes Regiões	2001	2002	2003
Norte	7,2	7,5	6,5
Nordeste	14,4	14,6	13,6
Sudeste	36,6	36,4	32,2
Sul	29,5	28,0	33,4
Centro-Oeste	12,3	13,5	14,3
BRASIL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil

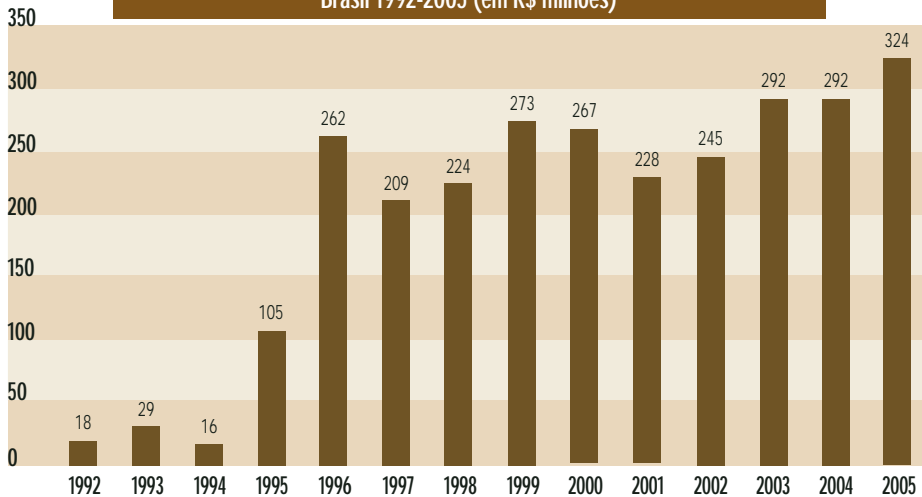
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades



Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) ⁽¹⁾ Brasil 1992-2005 (em R\$ milhões)

Gráfico 66



Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Receita Federal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O ITR incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano, e é pago pelos proprietários. As alíquotas variam de 0,03% até 20%. Legislação básica: Lei nº 9.393, de 19/12/1996; Decreto nº 4.382, de 19/09/2002 (regulamento) e EC 42, de 19/12/2003

Obs.: a) O Plano Real entrou em vigor em julho/94

b) Arrecadação de 1992 a 1994 (até junho) convertida pela URV média mensal

219





Tabela 81

Balança comercial do agronegócio ⁽¹⁾ Brasil e Grandes Regiões 2005 (em US\$ FOB 1.000)

Brasil e Grandes Regiões	Exportações	Importações	Saldo
Norte	1.464.972	60.902	1.404.070
Nordeste	3.979.110	619.380	3.359.730
Sudeste	15.637.356	2.922.719	12.714.637
Sul	15.546.002	1.425.256	14.120.746
Centro-oeste	6.844.659	142.620	6.702.039
BRASIL	43.472.099	5.170.877	38.301.222

Fonte: Mapa, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui operações especiais, que entram na balança comercial em separado (bens que não são possíveis de ser identificados com o maior grau de detalhamento da classificação de mercadorias)



Balança comercial dos principais produtos do agronegócio brasileiro Brasil 2005 (em US\$ FOB 1.000)

Tabela 82

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Complexo da soja	9.476.727	102.936	9.373.791
Carnes	7.178.503	98.099	7.080.404
Açúcar e álcool	4.684.322	310	4.684.012
Madeira e suas obras	3.792.304	83.665	3.708.639
Papel e celulose	3.404.800	864.456	2.540.344
Couros, peles e calçados	3.069.444	237.638	2.831.806
Café, chá, mate e especiarias	2.668.986	22.544	2.646.442
Fumo e tabaco	1.706.520	22.226	1.684.294
Algodão e fibras têxteis vegetais	1.525.955	235.967	1.289.988
Sucos de frutas	1.245.057	148.257	1.096.800
Frutas, hortaliças e preparações	692.414	416.050	276.364
Pescados	390.338	287.572	102.766
Cacau e suas preparações	386.807	115.325	271.482
Cereais, farinhas e preparações	339.026	1.193.434	(854.408)
Leite, laticínios e ovos	180.616	137.588	43.028

continua

221





Tabela 82

**Balança comercial dos principais produtos do agronegócio brasileiro
Brasil 2005 (em US\$ FOB 1.000)**

conclusão

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Bebidas	68.275	179.923	(111.648)
Borracha natural	325	269.222	(268.897)
Demais produtos	2.790.515	768.687	2.021.828
TOTAL DO AGRONEGÓCIO	43.600.934	5.183.899	38.417.035
TOTAL DO BRASIL	118.309.000	73.545.000	44.764.000

■ Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE





Balança comercial do agronegócio e variação relativa Brasil 2005 (em US\$ milhões)

Tabela 83

Balança comercial	Importações	Exportações	Saldo	Variação relativa (2005/2004)	
				Exportações (%)	Importações (%)
Agronegócio	43.601	5.184	38.417	11,8	6,2
Demais produtos	74.708	68.361	6.347	30,0	18,0
Comércio total	118.309	73.545	44.764	22,6	17,1
PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO TOTAL (%)	36,9	7,0	85,8	-8,9	-9,3

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE



Tabela 84

Evolução da balança comercial do agronegócio Brasil 1996-2005 (em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1996	21.145	8.010	13.134
1997	23.404	8.164	15.240
1998	21.575	8.049	13.526
1999	20.514	5.700	14.814
2000	20.610	5.739	14.871
2001	23.863	4.781	19.082
2002	24.839	4.381	20.458
2003	30.636	4.649	25.987
2004	39.016	4.881	34.135
2005	43.601	5.184	38.417

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE



Destino das exportações e origem das importações do agronegócio brasileiro - Blocos econômicos e regiões 2005

Tabela 85

Países	Exportações		Importações ⁽⁵⁾	
	Em US\$ (FOB) milhões	%	Em US\$ (FOB) milhões	%
União Européia	14.174	32,5	1.011	19,5
Ásia ⁽¹⁾	8.619	19,8	717	13,9
Nafta ⁽²⁾	6.592	15,1	585	11,3
Europa Oriental	3.586	8,2	29	0,6
Oriente Médio	3.057	7,0	18	0,3
África	2.850	6,5	60	1,2
Aladi ⁽³⁾	1.735	4,0	313	6,0
Mercosul	1.297	3,0	2.203	42,6
Europa Ocidental ⁽⁴⁾	886	2,0	208	4,0
Demais países das Américas	626	1,4	4	0,1
Oceania	179	0,4	30	0,6
TOTAL	43.601	100,0	5.177	100,0

Fonte: Mapa, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Não inclui Oriente Médio

(2) não inclui o México

(3) Não inclui o Mercosul

(4) Não inclui a União Européia

(5) Não inclui operações especiais



Tabela 86

Principais produtos importados do agronegócio Brasil 2005 (em US\$ FOB 1.000)

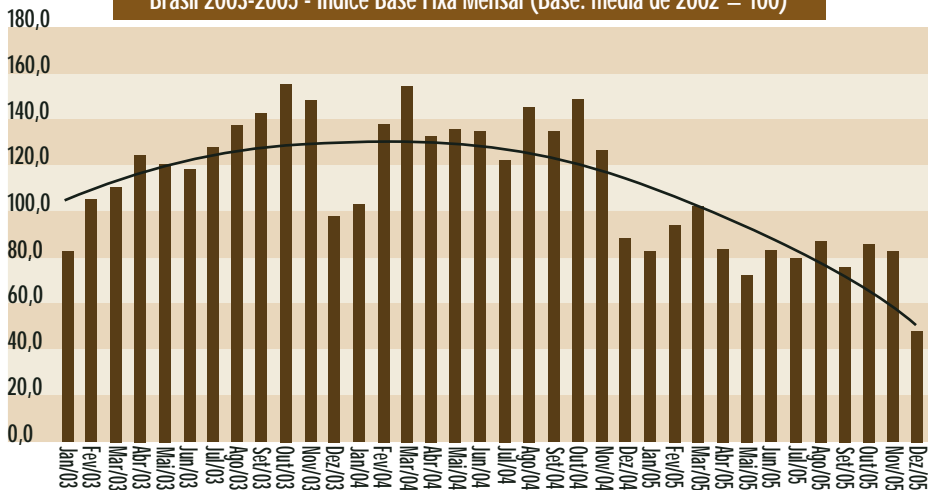
Produtos	2004	2005	Variação 2005/2004 (em %)
Trigo	729.877	649.013	-11,1
Borracha natural	238.664	269.222	12,8
Arroz	235.738	129.459	-45,1
Leite	51.444	77.327	50,3
Alho	48.166	73.483	52,6
Milho	34.474	58.830	70,7
Algodão	162.193	41.160	-74,6
TOTAL	1.500.556	1.298.494	-13,5

■ Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE



Produção de bens de capital agrícolas Brasil 2003-2005 - Índice Base Fixa Mensal (Base: média de 2002 = 100)

Gráfico 67



Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal
Elaboração: DIEESE



Tabela 87

Venda de agrotóxicos Brasil 2000-2004 (em %)

Ano	Acaricidas	Inseticidas	Fungicidas	Herbicidas	Outros defensivos	Total	
						%	Em US\$ 1.000
2000	2,6	27,6	15,2	52,0	2,5	100,0	2.499.958
2001	2,9	27,6	15,9	50,0	3,7	100,0	2.287.482
2002	3,7	24,0	18,5	50,6	3,3	100,0	1.951.782
2003	2,6	23,1	22,8	48,6	3,0	100,0	3.136.342
2004	1,7	23,7	30,9	40,7	2,9	100,0	4.494.948

■ Fonte: Mapa. Agricultura Brasileira em Números - Anuário 2004
Elaboração: DIEESE

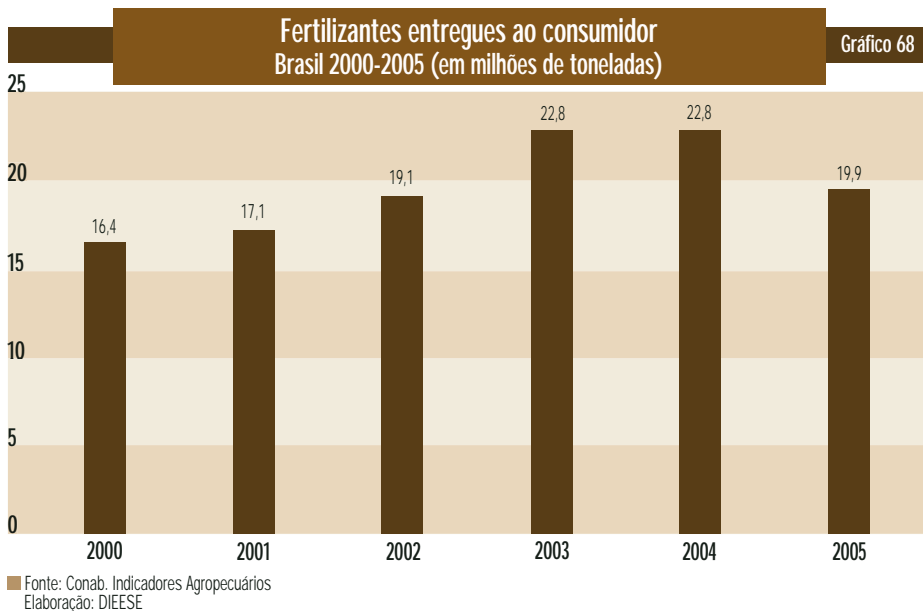
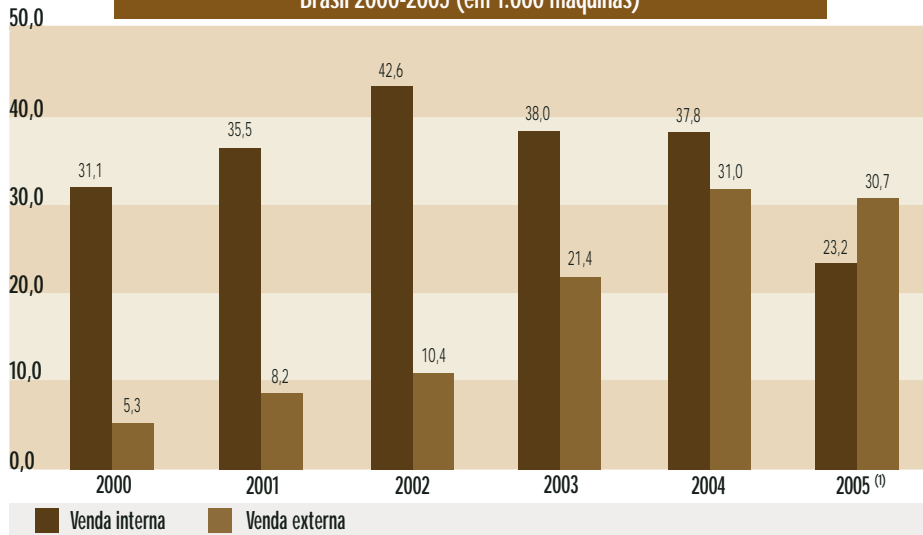




Gráfico 69

Venda interna e externa de máquinas agrícolas Brasil 2000-2005 (em 1.000 máquinas)



Fonte: Conab, Indicadores Agripecuários

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados correspondem ao período de janeiro a novembro de 2005





Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

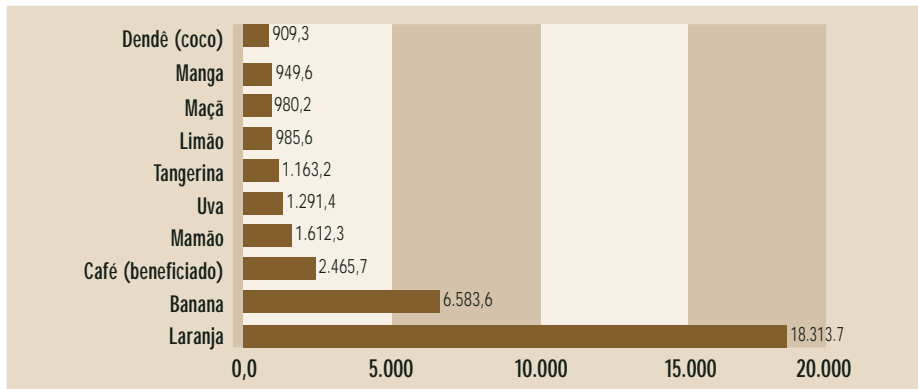
Indicadores de Produção





Produção da lavoura permanente Brasil 2004 (em 1.000 t)

Gráfico 70



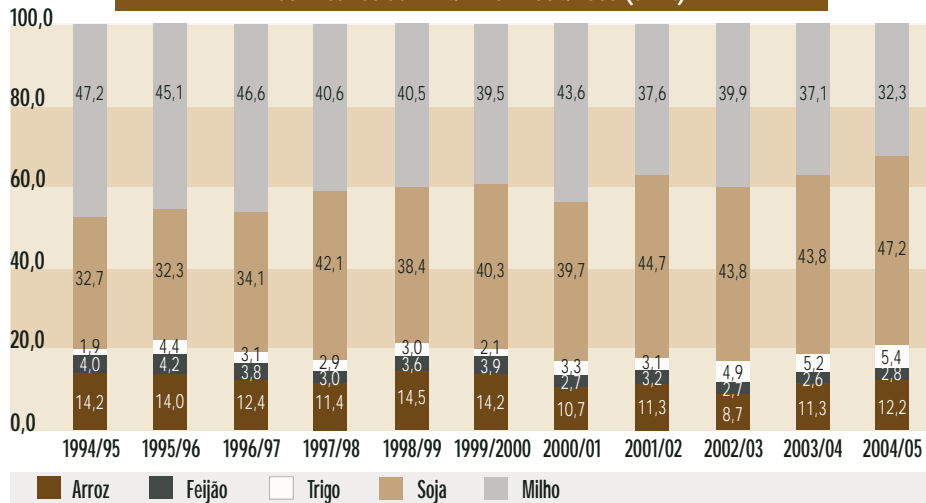
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal
Elaboração: DIEESE





Gráfico 71

Evolução da distribuição da produção dos principais grãos por safra Brasil - Safras de 1994/1995 - 2004/2005 (em %)



Fonte: Conab. Safras

Elaboração: DIEESE

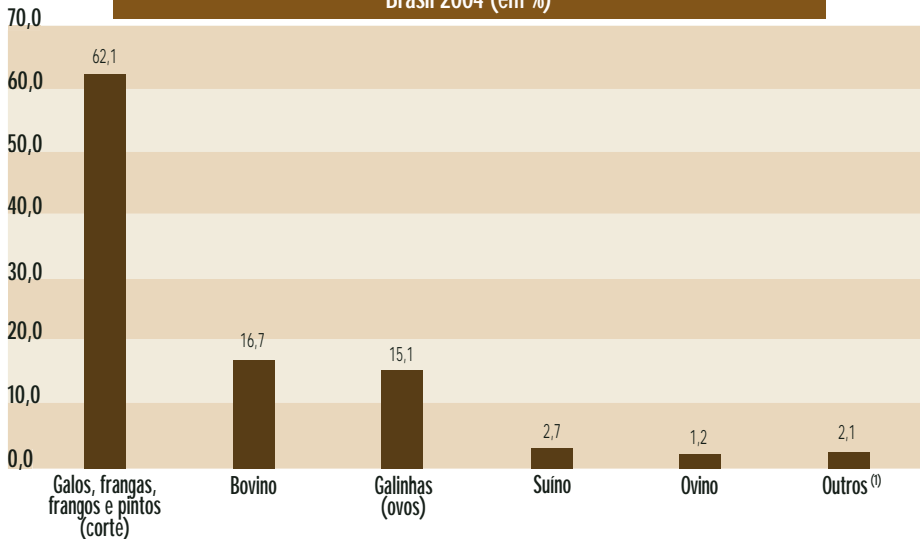
Obs.: A safra corresponde à soma da produção dos grãos considerados, em toneladas





Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho Brasil 2004 (em %)

Gráfico 72



Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem aos rebanhos de asino, bubalino, caprino, codornas, coelhos, equinos e mulas

235





Tabela 88

Produção, produtividade e área plantada dos principais grãos Brasil- Safra 2004-2005

Grãos	2003/2004			2004/2005			Variação da produtividade (em %)
	Produção (em 1.000 t)	Área plantada (em mil ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produção (em 1.000 t)	Área plantada (em mil ha)	Produtividade (Kg/ha)	
Arroz	12.829	3.654	3.511	13.227	3.916	3.378	-3,8
Feijão	2.978	4.287	695	3.044	3.948	771	10,9
Milho	42.129	12.783	3.296	34.977	12.026	2.909	-11,7
Soja	49.793	21.376	2.329	51.452	23.301	2.208	-5,2
Trigo	5.851	2.464	2.375	5.846	2.756	2.121	-10,7
BRASIL	113.580	44.565	2.512	108.546	45.947	2.322	-7,6

Fonte: Conab. Safras
Elaboração: DIEESE



Oferta e demanda brasileira de alguns grãos selecionados Brasil - Safra 2004-2005 (em 1.000 toneladas)

Tabela 89

Produto	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Arroz em casca	1.507,2	13.227,3	700,0	15.434,5	12.900,0	400,0	2.134,5
Feijão	419,7	3.044,4	100,7	3.564,8	3.100,0	2,3	462,5
Milho	7.801,7	34.976,9	597,0	43.375,6	39.100,0	1.070,0	3.205,3
Soja em grão	3.306,7	51.451,5	368,0	55.126,2	31.660,0	22.435,1	1.031,1
Trigo	421,7	5.845,9	5.311,0	11.578,6	10.333,0	5,3	1.240,3
TOTAL	13.457,0	108.546,0	7.076,7	129.079,7	97.093,0	23.912,7	8.073,7

Fonte: Conab, Safras
Elaboração: DIEESE



Tabela 90

Oferta e demanda mundial de alguns grãos selecionados ⁽¹⁾ Safrá 2004-2005 ⁽²⁾ (em milhões de toneladas)

Produto	Estoqe inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoqe final
Arroz	86,0	402,2	28,3	516,5	415,1	28,3	73,1
Milho	103,8	708,3	75,8	887,9	681,1	75,8	131,0
Soja em grão	35,7	215,3	64,8	315,8	176,0	65,2	44,9
Trigo	132,2	626,6	113,0	871,8	608,8	113,0	150,1
TOTAL	357,7	1.952,5	281,9	2.592,0	1.881,0	282,3	399,1

■ Fonte: Conab. Indicadores Agropecuários

Elaboração: DIIESE

Notas: (1) Levantamento de janeiro de 2006

(2) Estimativa





Capítulo 7

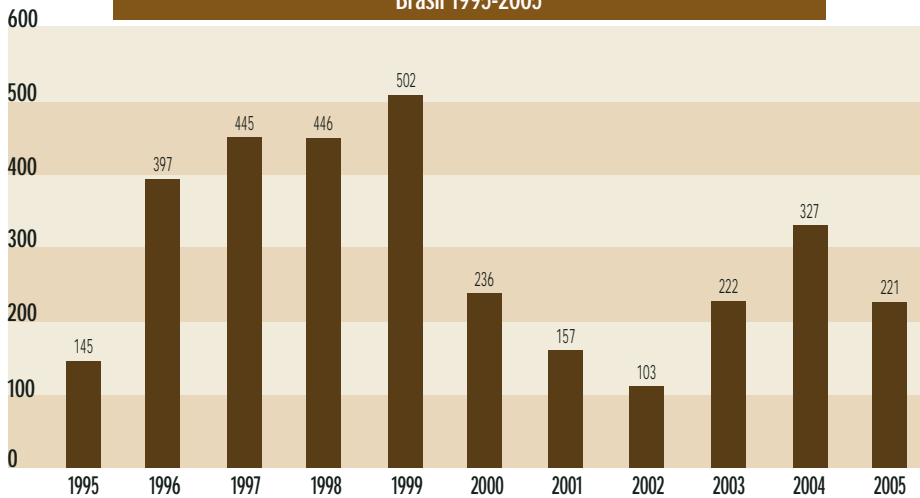
Conflitos no Campo





Evolução do número de ocupações de terra Brasil 1995-2005

Gráfico 73



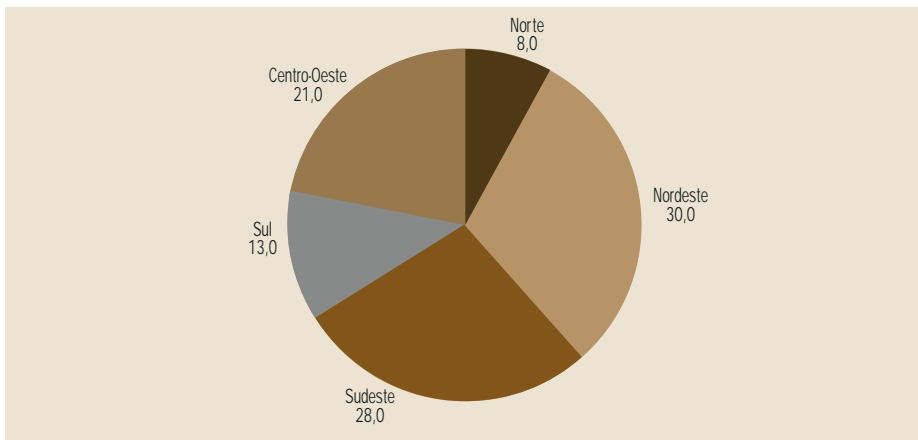
Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE





Gráfico 74

Distribuição das ocupações de terra por Grandes Regiões Brasil 2005 (em %)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE



Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações - Unidades da Federação 2005 (nº absolutos)

Tabela 91

Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas	Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas
Alagoas	9	861	Paraíba	1	40
Bahia	19	3.540	Paraná	15	3.568
Distrito Federal	24	4.360	Pernambuco	37	6.665
Espírito Santo	3	320	Rio de Janeiro	7	655
Goiás	9	2.520	Rio Grande do Sul	10	3.030
Mato Grosso	5	881	Rondônia	4	445
Mato Grosso do Sul	9	4.200	Santa Catarina	4	816
Minas Gerais	15	1.615	São Paulo	36	6.565
Pará	14	1.514	TOTAL	221	41.595

Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

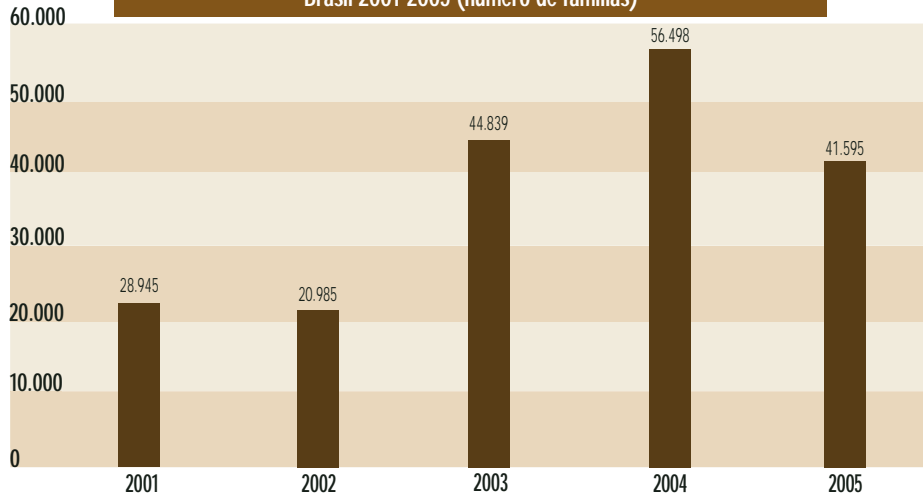
Elaboração: DIEESE

Obs.: Excluíse Unidades da Federação que não apresentaram conflitos segundo os dados do Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos



Gráfico 75

Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra Brasil 2001-2005 (número de famílias)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE





Violência no campo contra a pessoa Brasil e Grandes Regiões 2005 (em %)

Tabela 92

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						%	Nº absolutos
Conflitos	32,2	32,4	11,6	10,2	13,6	100,0	1.881
Pessoas envolvidas ⁽¹⁾	24,5	27,0	11,8	18,6	18,1	100,0	1.021.355
Assassinatos	44,7	23,7	10,5	-	21,1	100,0	38
Tentativas de assassinatos	30,4	39,3	16,1	1,8	12,5	100,0	56
Mortos em consequência ⁽²⁾	12,5	9,4	21,9	1,6	54,7	100,0	64
Ameaçados de morte	56,0	26,7	6,4	2,3	8,6	100,0	266
Torturados	30,3	51,5	9,1	-	9,1	100,0	33
Agrididos fisicamente	12,7	14,3	63,5	-	9,5	100,0	63
Presos	34,9	24,1	10,0	23,0	8,0	100,0	261
Feridos	-	18,1	22,9	31,3	27,7	100,0	166

Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Pessoas envolvidas em situações violentas, não apenas as que sofreram violência direta

(2) São as mortes que acontecem em consequência dos conflitos. Por exemplo: por causa de um conflito sério fica impossível retirar um doente grave de uma área para levá-la a um local onde possa ser socorrido, ou as mortes de crianças indígenas por desnutrição, registradas recentemente, devido ao processo de luta por reconquista de suas áreas.

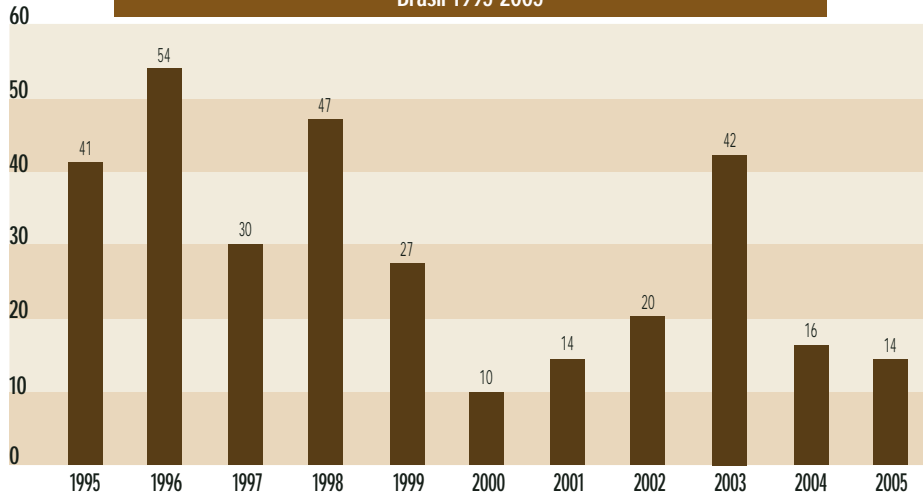
Obs.: Tabela constituída a partir do número de pessoas que sofreram violência nas ocorrências de conflitos por terra, seca, água, trabalhista e garimpo





Gráfico 76

Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários Brasil 1995-2005



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

Elaboração: DIEESE

Obs.: A Ouvidoria considera as mortes decorrentes de conflitos agrários aquelas assim reconhecidas pelo respectivo inquérito policial





Violência contra a ocupação e a posse de terras Brasil e Grandes Regiões 2005 (em %)

Tabela 93

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						%	Nº absolutos
Ocorrências ⁽¹⁾	27,1	34,0	14,2	11,8	13,0	100,0	1.304
Famílias envolvidas	26,6	29,7	11,4	11,9	20,4	100,0	160.770
Área	79,9	11,1	2,4	1,2	5,5	100,0	11.487.072 ⁽²⁾
Famílias expulsas	56,5	16,3	8,4	2,3	16,4	100,0	4.366
Famílias despejadas	25,9	16,1	14,3	23,5	20,1	100,0	25.618
Famílias ameaçadas de despejo	26,8	20,8	18,9	10,9	22,6	100,0	22.187
Famílias ameaçadas de expulsão	43,8	44,4	6,2	2,1	3,5	100,0	15.151
Casas destruídas	69,5	19,5	0,6	8,4	2,1	100,0	2.189
Roças destruídas	37,3	59,9	1,3	1,5	-	100,0	2.967
Bens destruídos ⁽³⁾	82,7	13,5	2,2	0,1	1,5	100,0	5.719
Pistolagem ⁽⁴⁾	57,9	16,6	9,4	6,1	10,0	100,0	16.995

Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O número de ocorrências é a soma de conflitos por terra, ocupações e acampamentos

(2) Em hectares

(3) São, por exemplo, animais, meios de locomoção - carros, bicicletas, motos; a safra colhida e armazenada etc., destruídos ou nos processos de expulsão por pistoleiros, ou na execução de mandados judiciais de despejo, ou como forma de pressão e intimidação

(4) São conflitos onde se dá a presença de pistoleiros. Muitas vezes é só uma forma de intimidação e ameaça, mas chega às vias da violência física em algumas circunstâncias. De toda forma, a simples presença de pistoleiros significa uma ação dos fazendeiros, à revelia da lei, na defesa do "direito" à propriedade, ou na reivindicação de outros direitos dos trabalhadores





Tabela 94

**Conflitos pela água ⁽¹⁾ no Brasil
Estados da Federação 2005**

Estados da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Acre	1	1,4	300	0,9
Amapá	3	4,2	330	1,0
Amazonas	3	4,2	310	1,0
Pará	2	2,8	4.792	14,8
Rondônia	1	1,4	620	1,9
Tocantins	2	2,8	40	0,1
Norte	12	16,9	6.392	19,7
Alagoas	2	2,8	150	0,5
Bahia	7	9,9	775	2,4
Ceará	3	4,2	2.197	6,8
Maranhão	2	2,8	140	0,4
Paraíba	1	1,4	500	1,5
Pernambuco	3	4,2	718	2,2
Piauí	3	4,2	96	0,3
Nordeste	21	29,6	4.576	14,1
Minas Gerais	9	12,7	4.050	12,5

248

continua



conclusão

Conflitos pela água ⁽¹⁾ no Brasil Estados da Federação 2004

Tabela 94

Estados da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Rio de Janeiro	3	4,2	670	2,1
São Paulo	3	4,2	577	1,8
Sudeste	15	21,1	5.297	16,3
Paraná	3	4,2	6.880	21,2
Rio Grande do Sul	3	4,2	1.712	5,3
Santa Catarina	4	5,6	4.150	12,8
Sul	10	14,1	12.742	39,3
Distrito Federal	1	1,4	300	0,9
Goiás	2	2,8	1.911	5,9
Mato Grosso	9	12,7	1.187	3,7
Mato Grosso do Sul	1	1,4	58	0,2
Centro-Oeste	13	18,3	3.456	10,6
TOTAL	71	100,0	32.463	100,0

■ Fonte: CPT. Conflitos no Campo

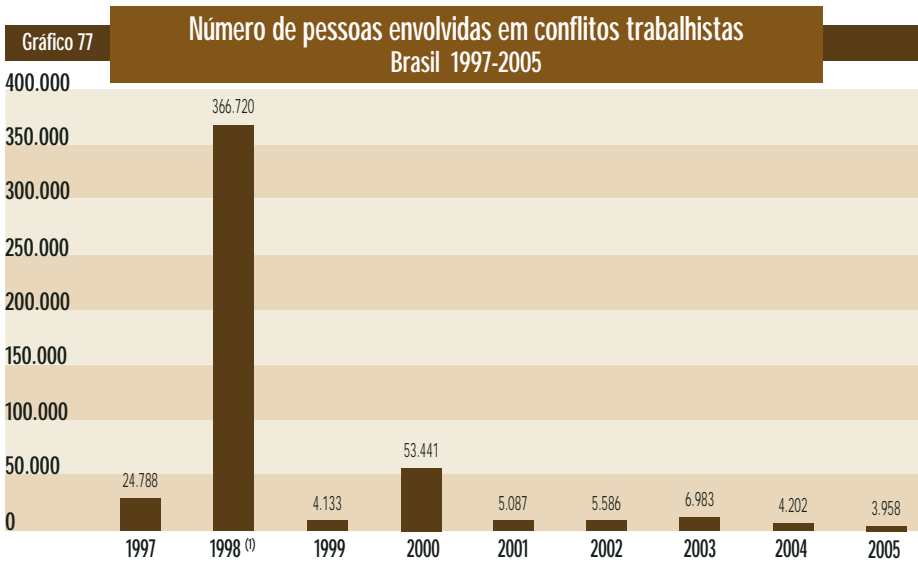
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc.

Obs: Não há dados disponíveis para os demais estados da federação

249





Fonte: CPT. Conflitos no Campo
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Este número se deve ao fato de ter ocorrido uma campanha salarial dos canavieiros de Alagoas, envolvendo 250 mil pessoas.

O mesmo aconteceu em Pernambuco, no município de Goiânia, envolvendo 104 mil pessoas

Obs.: Conflitos trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho





Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo Brasil 1995-2005 ⁽¹⁾ (em números absolutos)

Tabela 95

Ano	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento de indenização (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
1995	11	77	-	84	-	906
1996	26	219	-	425	-	1.751
1997	20	95	-	394	-	796
1998	18	47	-	159	-	282
1999	19	56	-	725	-	411
2000	25	88	1.130	516	472,85	522
2001	26	149	2.164	1.305	957,94	796
2002	30	85	2.805	2.285	2.084,41	621
2003	66	187	5.985	5.090	6.085,92	1.418
2004	72	275	3.643	2.887	4.905,61	2.477
2005	83	186	3.488	4.160	7.499,47	2.247
TOTAL	396	1.464	19.215	18.030	22.006,20	12.227

Fonte: MTE. SIT/Deflt/Detrae

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Atualizado em 15 de fevereiro de 2006

(2) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração

Obs.: a) Os dados sobre trabalhadores registrados e pagamento de indenizações não foram computados entre 1995 e 1999

b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo MTE

251





Tabela 96

Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo - Estados da Federação 2005 ⁽¹⁾ (em %)

Unidade da Federação	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento de indenização (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
Acre	2,4	1,1	1,5	0,6	2,1	2,1
Bahia	7,2	10,8	10,4	6,9	4,2	6,2
Goiás	10,8	16,1	10,7	9,7	10,2	24,2
Maranhão	13,3	16,7	11,5	9,4	18,4	10,4
Mato Grosso do Sul	4,8	2,2	1,2	0,4	0,6	0,4
Mato Grosso	14,5	7,5	18,5	33,9	25,1	8,2
Pará	30,1	33,9	32,4	27,8	29,6	33,5
Piauí	1,2	0,5	0,5	0,4	0,8	0,5
Paraná	1,2	0,5	2,4	2,0	1,4	0,5
Rondonia	3,6	2,7	1,1	1,0	1,6	2,1
Rio Grande do Sul	1,2	0,5	1,0	0,8	0,7	0,4
São Paulo	1,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	8,4	7,0	8,9	7,1	5,2	11,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. SIT/Defit/Detrae. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Atualizado em 15 de fevereiro de 2006; (2) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração

Obs.: Não há dados disponíveis para os demais Estados da Federação





Número de acampamentos no campo e de famílias acampadas Grandes Regiões 2005

Tabela 97

Grandes Regiões	Acampamentos		Famílias acampadas	
	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%
Norte	13	14,4	4.754	27,6
Nordeste	31	34,4	6.274	36,4
Sudeste	8	8,9	610	3,5
Sul	20	22,2	2.207	12,8
Centro-Oeste	18	20,0	3.388	19,7
TOTAL	90	100,0	17.233	100,0

Fonte: CPT. Conflitos no campo
Elaboração: DIEESE

Obs.: A CPT não registrou dados para os estados do Acre, Amapá, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Distrito Federal





Glossário

Guia de Referências Bibliográficas







Glossário - Termos técnicos utilizados

ACAMPAMENTOS - Espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos. Na pesquisa Conflitos no Campo da CPT registra-se somente o ato de acampar.

AGRICULTURA PATRONAL - Refere-se aos estabelecimentos onde a direção dos trabalhos não é exercida pelo produtor e/ou o trabalho contratado é superior ao familiar. Além disso, ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior a que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

AGRONEGÓCIO - Agronegócio (agribusiness) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico. É dividido em em três partes: a) A de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores; b) os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários; c) negócios à jusante (ou "pós-porteira") que são aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais.

ALADI - ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - A Aladi foi instituída pelo Tratado de Montevidéu, em 12/08/80, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc. Hoje ela reúne 12 países: Bolívia, Equador, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela, Cuba, Argentina, Brasil e México.

AMAZÔNIA LEGAL - Corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 503.735.726,26 ha

ANO-AGRÍCOLA - Período de doze meses que compreende o ciclo produtivo do tipo de agricultura predominante

257





Glossário - Termos técnicos utilizados

em determinada região, começando com o preparo do solo para a semeadura. No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia no dia 1º de julho.

APICULTURA - É o ramo da agricultura que estuda as abelhas produtoras de mel e as técnicas para explorá-las convenientemente em benefício do homem. Inclui técnicas de criação de abelhas e a extração e comercialização de mel, cera, geléia real e própolis.

AQUICULTURA - Processo de produção em cativeiro, de organismos com habitat predominantemente aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) - A APA é uma Unidade de Conservação que visa a proteção da vida silvestre, a manutenção de bancos genéticos e dos demais recursos naturais, através da adequação e orientação das atividades humanas na área, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se de uma forma de conservação que disciplina o uso e a ocupação do solo, através do zoneamento, procedimentos de controle e fiscalização, programas de educação e extensão ambiental.

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - A criação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico tem como finalidade a proteção de uma área natural de grande valor ecológico e extensão relativamente pequena (sempre inferior a 5.000 hectares), regulamentando e disciplinando a utilização de seus recursos ambientais.

ÁREA EXPLORADA - Para o Incri são as áreas com culturas, reforestadas com essências nativas, extração vegetal, pastagens e exploração granjeira ou aquícola.

ÁREAS EXPLORÁVEIS - Corresponde ao somatório da área explorada e da área aproveitável (explorável) mas não utilizada.

ARRENDATÁRIO - Condição do produtor que toma as terras do estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços.

258





Glossário - Termos técnicos utilizados

AUXÍLIO-ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO - "O auxílio-acidente previdenciário, regulamentado pela Lei nº 9.032/95 é devido ao segurado da Previdência que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, sofra de redução de capacidade funcional. É pago a título de indenização e corresponde a 50% do salário-de-benefício do segurado. O recebimento de salário ou a concessão de outro benefício não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente, vedada a acumulação com qualquer aposentadoria.

AUXÍLIO-DOENÇA - O auxílio-doença tem caráter temporário e é devido ao segurado que fica incapacitado por motivo de doença. São três as espécies de auxílio-doença (Auxílio-doença do trabalhador rural, Auxílio-doença previdenciário, e Auxílio-doença (extinto Plano Básico), sendo que apenas o Auxílio-doença previdenciário ainda é concedido.

AUXÍLIO-RECLUSÃO - O auxílio-reclusão é devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço ou tenha remuneração superior a R\$ 586,19 (a partir de 1º de maio de 2004).

BALANÇA COMERCIAL - Apresentação do valor das exportações e importações de um país, sem o cômputo dos fretes e seguros envolvidos nessas operações. O seu saldo será positivo (superávit) quando o valor das exportações superar o das importações e negativo (déficit) no caso contrário.

BENS DE CAPITAL - São bens que servem para a produção de outros bens, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria.

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS E NÃO-DURÁVEIS - Bens utilizados diretamente pelos consumidores finais, isto é, que não se destinam para a produção de outros bens, seja como bens de capital, seja como bens intermediários. Conforme a maior ou menor duração do período de sua utilização, eles são classificados como bens duráveis ou não-duráveis.





Glossário - Termos técnicos utilizados

CADEIA PRODUTIVA - A Cadeia Produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais de uma determinada família de produtos acabados.

CANALIZAÇÃO INTERNA - Domicílio que tem água canalizada para pelo menos um cômodo.

CENTRAIS DE CRÉDITO - São as centralizadoras formadas pela associação de cooperativas; sua função é fazer as negociações financeiras, além de prestar serviços de assessoria às filiadas, tais como, auditoria, capacitação etc.

CONFLITOS POR TERRA - Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

CONFLITOS TRABALHISTAS - Ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

COOPERATIVAS SINGULARES - São as cooperativas individuais que, provavelmente, ainda não têm vínculo com as centrais.

DOMICÍLIOS - O IBGE conceitua domicílio como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Nas tabelas das Estatísticas do Meio Rural consideraram-se os domicílios particulares (destinados a habitação de uma pessoa ou de um grupo relacionado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência) e permanentes (casa, apartamento ou cômodo destinado à moradia).

260





Glossário - Termos técnicos utilizados

ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO (IBGE) - Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA - A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA - É a maneira como está organizada a propriedade da terra e o tamanho dessas propriedades em um dado momento histórico.

EXPORTAÇÃO - Vendas para o exterior de bens e serviços produzidos em um país.

FOB - FREE ON BOARD (LIVRE A BORDO) - Denominação da cláusula de contrato segundo a qual o frete não está incluído no custo da mercadoria. Valor do FOB é o preço de venda da mercadoria acrescido de todas as despesas que o exportador fez até colocá-lo a bordo.

FLORESTA NACIONAL - A Floresta Nacional é definida pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - como sendo uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável, sendo permitida a permanência de população tradicional existente quando da sua criação.

FOSSA SÉPTICA - Quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um

261





Glossário - Termos técnicos utilizados

processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município.

GRAU DE EFICIÊNCIA NA EXPLORAÇÃO (GEE) - Parâmetro utilizado pelo Incra para aferir a eficiência da exploração da área efetivamente utilizada do imóvel, obtido da seguinte forma: 1) Divide-se a quantidade colhida de cada produto vegetal pelo respectivo índice de rendimento estabelecido pelo Incra; 2) Divide-se o número total de Unidades Animais - UA do rebanho pelo índice de lotação animal estabelecido pelo Incra; 3) O GEE é determinado pela divisão entre a soma dos resultados obtidos na forma dos itens anteriores e a área efetivamente utilizada, multiplicada por 100.

GRAU DE UTILIZAÇÃO DA TERRA (GUT) - Parâmetro utilizado pelo Incra para aferir a utilização da terra. É obtido a partir da relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável (explorável) total do imóvel.

IMÓVEIS INCONSISTENTES - Imóveis cujos registros foram eliminados por pelo menos um dos seguintes motivos: 1) imóveis com área superior à superfície territorial do município de localização objeto do cadastro; 2) atualizações com código de motivo inválido; 3) imóveis sem declaração de área total.

IMÓVEIS INEXPLORADOS/NÃO EXPLORADOS - Para o Incra, são os imóveis sem declaração de área explorada.

IMÓVEIS PRODUTIVOS - Para o Incra, corresponde aquele que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e Grau de Eficiência na Exploração - GEE igual ou superior a 100% (cem por cento).

IMÓVEL RURAL (INCRA) - Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: 1) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área

262





Glossário - Termos técnicos utilizados

total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de "Imóvel Rural" e não são objeto de cadastro.

2) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada.

IMPORTAÇÃO - Compras de bens e serviços produzidos no exterior pelos residentes de um país.

INATIVOS - Parcela da PIA (População em Idade Ativa) que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

LAVOURA PERMANENTE - Plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Inclui as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

LAVOURA TEMPORÁRIA - Plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita, inclui as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

MERCOSUL - MERCADO COMUM DO SUL - Bloco econômico criado em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

MÓDULO FISCAL - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar.

NAFTA – *North American Free Trade Agreement* (Tratado De Livre Comércio Da América Do Norte) - A Nafta entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. O acordo visa a constituição de uma zona de livre comércio e prevê a remoção total, em 15 anos, de barreiras comerciais e de investimento entre os Estado Unidos, o Canadá e o México.





Glossário - Termos técnicos utilizados

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS - Processo de entendimento entre trabalhadores e patrões, que visa a obtenção de um acordo a respeito de reivindicações colocadas pelos primeiros, geralmente durante uma campanha salarial. Pela legislação atual, não ocorrendo o acordo, qualquer das partes poderá requerer a instauração de um processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Esta atuará, em um primeiro momento, como mediadora entre as partes na tentativa de conciliação. Em caso de malogro, participa como árbitro, proferindo uma sentença normativa com cláusulas que deverão vigorar no prazo estipulado para sua vigência, geralmente de um ano. Em caso de greve, o dissídio pode ser instaurado também pelo Procurador Regional do Trabalho, mesmo que as partes não o solicitem.

OCUPAÇÕES DE TERRA - Ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

OCUPANTE - Condição do produtor que explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

PARCEIRO - Condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito do qual resulta a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida.

PARQUE NACIONAL - Parques Nacionais são unidades de conservação de proteção integral. Destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta.

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - Valor do total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período. Bens e serviços finais são aqueles que não são utilizados como insumos na produção de outros bens e serviços, pelo menos no período a que se refere o cálculo do PIB.





Glossário - Termos técnicos utilizados

POPULAÇÃO DESOCUPADA/DESOCUPADOS - Para o IBGE: Foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) - É a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) - Corresponde à população com 10 anos ou mais.

POPULAÇÃO OCUPADA/OCUPADOS - Definição utilizada pelo IBGE: São as pessoas que têm algum trabalho remunerado ou não. Incluem-se as pessoas que possuem trabalho, mas não estavam trabalhando por motivo de doença, férias, greves etc.

POSSE - Para a CPT o conceito de posse não está ligado ao conceito juridicamente estabelecido. Refere-se a qualquer forma de posse - posse, propriedade ou ocupação da terra. Refere-se à violência sofrida pelos trabalhadores que de alguma forma tinham a posse de uma determinada área.

POSTO DE ATENDIMENTO ÀS COOPERATIVAS (PAC) - Geralmente funcionam como correspondente bancário, pois estão instalados em municípios ou na área rural onde este acesso é restrito.

PRESERVAÇÃO PERMANENTE - Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

PRODUTIVIDADE - Resultado da divisão da produção física obtida numa unidade de tempo por um dos fatores empregados na produção (trabalho, terra, capital).





Glossário - Termos técnicos utilizados

PROPRIETÁRIO - Para o IBGE é a condição do produtor que explora diretamente as terras de sua propriedade, inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.

PROTEÇÃO INTEGRAL - Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

REDE COLETORA - Sistema de coleta de águas servidas e dejetos ligado a um desaguardo geral da área, região ou município, mesmo quando o sistema não dispõe de estação de tratamento da matéria esgotada.

REDE GERAL DE ÁGUA - Quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE - Os Refúgios de Vida Silvestre pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. No caso de incompatibilidade dos objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

REGISTRO NO MTE - Consideram-se sindicatos com registro no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, aqueles que possuem carta de reconhecimento (carta sindical) ou registro sindical; Sindicatos sem registro no MTE são aqueles que possuem apenas registro em cartório ou possuem registro em cartório e apresentaram pedido de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

RENDIMENTO DO ALUGUEL - Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de: aluguel de bens imóveis (aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros) e de aluguel de bens móveis (aluguel, uso ou

266





Glossário - Termos técnicos utilizados

exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo, veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções).

RENDIMENTO DO TRABALHO - Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico e empregado temporário na área rural), empregador e conta-própria. Rendimento do Empregado: Rendimento da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível e outros. Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado. Conta-própria é a pessoa que, individualmente ou com auxiliares não-remunerados, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual (por necessidade de reforço no orçamento). Considerou-se como rendimento do empregador ou conta-própria a retirada ou ganho líquido. Esse valor corresponde aos rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica.

RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO - Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado. É importante observar que as despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não-monetárias com exceção do aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não-monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003).





Glossário - Termos técnicos utilizados

RESERVA BIOLÓGICA - São áreas delimitadas com a finalidade de preservação e proteção integral da fauna e flora, para fins científicos e educativos, onde é proibida qualquer forma de exploração dos seus recursos naturais.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica

RESERVA ECOLÓGICA - O artigo 1º da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 004/85 diz que: são consideradas reservas ecológicas as formações florísticas e as áreas de florestas de preservação permanente mencionadas no artigo 18 da Lei Federal nº 6.938/81, bem como as estabelecidas pelo Poder Público.

RESERVA EXTRATIVISTA - As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam.

RESERVA LEGAL - Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

SERICULTURA - É a parte da zootecnia especial que trata do estudo e da criação do bicho-da-seda

SILVICULTURA - O ato de criar e desenvolver povoamentos florestais, satisfazendo as necessidades de mercado

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por
268 | Lei Municipal em 1º de agosto de 2000. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, corres-





Glossário - Termos técnicos utilizados

pendentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é usado na classificação da população urbana e rural.

TAXA DE ANALFABETISMO - Percentual de pessoas analfabetas (incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no seu idioma) em relação ao total de pessoas de cada faixa etária.

TERRAS INAPROVEITÁVEIS - Para o IBGE, são as formadas por terras imprestáveis para a formação de culturas, pastos e matas, tais como: areais, pântanos, encostas íngremes, pedreiras etc. e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes etc.

TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS - Para o IBGE são as áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas, mas não estão sendo utilizadas para tais finalidades por pelo menos quatro anos.

UNIÃO EUROPÉIA - Bloco que congrega, atualmente, Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia, Suécia, Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia, cujo processo de integração se iniciou em 1957.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) - É um espaço e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de preservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

USO SUSTENTÁVEL - Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.





Glossário - Termos técnicos utilizados

VALOR ADICIONADO - Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

NOTA TÉCNICA - PNAD/IBGE - A partir de 2004 a PNAD passou a abranger a população rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.





Guia de referências bibliográficas

BANCO CENTRAL. **Anuário estatístico do crédito rural 2004**. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/?RED1-RELRL>. No prelo.

_____. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie2-16.xls>; <http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie2-17.xls>; <http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie2-18.xls>; <http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie2-19.xls> Acesso em: 03 fev. 2006

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2005. Goiânia, 2006. 228 p. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safras: séries históricas**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/BrasilProdutoSerieHist.xls>. Acesso em: 28 jan. 2006.

_____. **Safras: avaliação da safra agrícola 2005/2006**: Brasil 3º levantamento jan/06. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/safra/boletim.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2006

_____. **Indicadores agropecuários**: quadro de suprimentos: oferta e demanda mundial. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2006.

_____. **Indicadores agropecuários**: quadro de suprimentos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/indicadores/pubindicadores.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2006.

_____. **Indicadores agropecuários**: índices e insumos agrícolas. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/download/indicadores/O607-Maquinas-Agricolas.pdf>; <http://www.conab.gov.br/download/indicadores/O605-Fertilizantes-entregues.pdf>; Acesso em: 01 fev. 2006.





Guia de referências bibliográficas

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Anuário dos Trabalhadores 2005**. São Paulo: DIEESE, 2005.

_____. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro central de empresas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2006

_____. **Cartografia**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principalshtm?c=5>. Acesso em: 11 jun. 2006.

_____. **Censo agropecuário**. Brasil 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1998. 366 p. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 dez. 2005 e 23 jan. 2006. 6.

_____. **Censo demográfico: Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001 Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 04, 10 e 13 jan. 2006.

_____. **Contas regionais do Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2006.

_____. **Diretoria de pesquisas coordenação de contas nacionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2006.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 2004. 116 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2005, 5, 16, 17 e 23 jan. 2006.

272 | _____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.





Guia de referências bibliográficas

220 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: jan. 2006.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2006.

_____. **Pesquisa sindical:** indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 257 p. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2005.

_____. **Pesquisa pecuária municipal.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006.

_____. **Pesquisa industrial mensal.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **GeoBrasil 2002.** Disponível em: <www.wiiuma.org.br/geobrasil/geobrasil.html> Acesso em: 06 jan. 2006.

_____. **Informações gerais sobre as unidades de conservação.** Disponível em: <www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/estat/>. Acesso em: 13 jan. 2006.

_____. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004_2005.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. DCA/Divisão de Estatística. **Estatísticas cadastrais.** Brasília, v.1, 2 e 3, 1999.

_____. **Balanco da grilagem.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_down/port558.ppt . Acesso em: 24 jan. 2006.





Guia de referências bibliográficas

_____. **Indicadores Cadastrais**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/areas2.asp. Acesso em: jan.2006.

_____. **O Brasil Desconcentrando Terras**. Brasília, 2001.

_____. **SADE**: banco de dados da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>. Acesso em: 25 abr. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Versão Preliminar. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura Brasileira em números**: anuário 2004. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/imagens/MAPA/estatistica/05.06.xls>. Acesso em: 31 jan. 2006.

_____. **Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Secretaria da Receita Federal**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>. Acesso em: 02 fev. 2006.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Anuário estatístico da previdência social**. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/AEPS2004/13_01.asp> Acesso em: jul. 2006.

274 | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Balanco 2005**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/index.php?scid=132>. Acesso em 20 de fevereiro de 2006.





Guia de referências bibliográficas

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 8 maio 2006.

_____. Pronaf. **Sistema de Monitoramento e Avaliação.** Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagrica/ano_agricola.asp. Acesso em: 28 jul. 2006

_____. **Relatório da ouvidoria agrária.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/index.php?scgid=130>> Acesso em: 13 abr. 2006.

_____. **Secretaria da agricultura familiar.** Disponível em: <http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/anofiscal.asp>. Acesso em: 26 jan. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=cnuc.consultaBd&idEstrutura=66>. Acesso em jun. 2006.

_____. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004-2005.pdf. Acesso em: 24 abr. 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sistema de acompanhamento estatístico-gerencial do seguro-desemprego.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/SeguroDesemp/Conteudo/saeg.asp> . Acesso em: 19 jan. 2006.

_____. **Cadastro geral de empregados e desempregados.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br> Acesso em: 14 fev. 2006.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.





Guia de referências bibliográficas

_____. **Estudo sobre o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.** São Paulo, jan. 2006.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA/MDA. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul.** Brasília, 2006.

